

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARILIA WINKLER DE MORAIS

**A DECOLONIALIDADE E O FEMINISMO DECOLONIAL REVISTOS A PARTIR
DAS CATEGORIAS PMEST DE RANGANATHAN**

SÃO CARLOS/SP
2022

MARILIA WINKLER DE MORAIS

**A DECOLONIALIDADE E O FEMINISMO DECOLONIAL REVISTOS A PARTIR
DAS CATEGORIAS PMEST DE RANGANATHAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação.

Linha de Pesquisa: Conhecimento e Informação para Inovação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP – Processo 2020/06971-1.

Morais, Marília Winkler de

A decolonialidade e o feminismo decolonial revistos a partir das categorias PMEST de Ranganathan / Marília Winkler de Moraes -- 2022.
161f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Luciana de Souza Gracioso
Banca Examinadora: Ariadne Chloe Mary Furnival, Deise Maria Antonio Sabbag
Bibliografia

1. Ciência da Informação. 2. Decolonialidade. 3. Categorias PMEST. I. Moraes, Marília Winkler de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Marília Winkler de Moraes, realizada em 15/05/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

Profa. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival (UFSCar)

Profa. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag (USP)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.
Processo nº 2020/06971-1.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Àqueles que, assim como eu, lutam contra seus problemas mentais. Nós somos, nas palavras de Arthur Bispo do Rosário, como beija-flores: nunca pousamos. Ficamos sempre a dois metros do chão.

AGRADECIMENTOS

Desenvolver essa pesquisa inteiramente no cenário da pandemia foi um desafio. Não posso negar que, se não fosse pelo contato e atenção de algumas pessoas, eu talvez não teria conseguido seguir em frente nessa jornada. Primeiramente, preciso agradecer pela oportunidade de poder ter trabalhado com esse tema, que me possibilitou expandir minhas visões de mundo. A Marília que entrega esta pesquisa não é a mesma Marília que passou no processo seletivo do Programa em 2020. E assim espero sempre poder evoluir.

Agradeço a Levi, por ter me ajudado muito nessa trajetória de pesquisa. Agradeço à Marina por termos nos aproximado novamente. Agradeço meu amado irmão Alex por existir! Nunca se esqueça do ditado do Mestre Jiraya: *aonde tem alguém pensando em você é onde fica o seu lar. Você mora no meu coração. Te amo.*

Agradeço à minha terapeuta Mariana, por ter me possibilitado leituras da vida sob outro prisma e por sempre me dar esperança de que é possível sim construir um caminho diferente daquele que me foi determinado. Sigo tentando dar forma ao meu mosaico.

Agradeço ao Padrinho André, Fabiana, Marli e todas as pessoas que estiveram envolvidas com o meu processo de cura interior. Vocês me ensinaram a comungar a sagrada medicina da Ayahuasca e um mundo completamente novo se abriu pra mim. Eu agradeço! Eu agradeço! Eu agradeço!

Agradeço imensamente à minha orientadora, querida Professora Luciana. Fui muito feliz nessa parceria e espero que possamos contar uma com a outra mais vezes no futuro. Você é um exemplo de força, dedicação, talento, amor pelo que faz e, sem dúvidas, é uma grande inspiração para mim.

Agradeço aos professores, colegas de turma, ao grupo de pesquisa Pragma que me possibilitou conhecer novas pessoas e novas perspectivas de conhecimentos. Agradeço à Secretaria do PPGCI UFSCar, em especial à Vanessa, por ter se disponibilizado a me dar suporte e atenção sempre que necessitei. Obrigada mesmo!

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP por ter financiado este projeto, incentivando que temáticas de pesquisa como esta sejam cada vez mais desenvolvidas e contribuam com o fortalecimento de uma Ciência da Informação brasileira e emancipada.

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

A decolonialidade é um movimento dedicado à contínua reflexão acerca da realidade cultural, política e social latino-americana. A natureza decolonial surge das práticas de oposição e intervenção desde o momento em que o primeiro sujeito colonial reagiu contra os propósitos imperiais que se iniciaram no século XV. No projeto acadêmico, a decolonialidade se expressa através da constituição de linhas de pensamentos, práticas e pesquisas autênticas da América Latina. Dentro do recorte da decolonialidade, ressalta-se a importância do feminismo decolonial enquanto movimento Latino-Americano dedicado às questões de gênero e raça numa perspectiva de resistência. Diante disso, recorreu-se às teorias e metodologias da Organização do Conhecimento enquanto tecnologias emancipatórias como base para um melhor entendimento dos arranjos conceituais sobre esses fenômenos. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é estabelecer um diagnóstico e delimitar um conjunto de procedimentos mínimos e iniciais para a construção de uma rede semântica conceitual que abarque o contexto narrativo da decolonialidade, de forma a possibilitar sua identificação no contexto da Ciência da Informação. Especificamente, objetiva-se analisar o quanto as Categorias PMEST de Ranganathan (1967), sendo elas: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo permitiriam elencar um conjunto de enunciados que compõem a estrutura das narrativas decoloniais a partir de noções que se deslocam dos habituais sentidos denotativos, sintetizados a nível de mapa conceitual. Para tanto, conduziu-se um estudo teórico exploratório baseado na análise bibliográfica sobre decolonialidade e feminismo decolonial. A fim de se estruturar a rede semântica dos termos e dos conceitos que compõem essas narrativas, foi utilizado o método de raciocínio das Categorias Fundamentais ampliadas à luz das Categorias Literárias sugeridas por Costa (2008). Dentre os resultados, constatou-se que os procedimentos escolhidos permitiram a aproximação teórico-conceitual entre essas Categorias e os elementos que estruturam os discursos decoloniais, além de expor como a relação entre seus conceitos é ampla e permeada de aspectos conotativos essenciais para que possamos melhor entender a dimensão dessas temáticas. Concluímos que estudos como este são necessários para que a decolonialidade e o feminismo decolonial possam alcançar maior visibilidade e representatividade, convertendo-se cada vez mais em conteúdos disciplinares, linhas de pesquisa e projetos de intervenção, além de contribuir para o fortalecimento de um pensamento decolonial como constitutivo na Ciência da Informação Latino-Americana.

Palavras-chave: Decolonialidade. Feminismo Decolonial. Shiyali Ramamrita Ranganathan. Rede Semântica. Mapa Conceitual. Ciência da Informação.

ABSTRACT

Decoloniality is a movement dedicated to continuous reflection on the Latin American cultural, political and social reality. The decolonial nature arises from the practices of opposition and intervention from the moment the first colonial subject reacted against the imperial purposes that began in the 15th century. In the academic project, decoloniality is expressed through the constitution of lines of thought, practices and authentic research in Latin America. Within the scope of decoloniality, the importance of decolonial feminism as a Latin American movement dedicated to gender and race issues in a perspective of resistance is highlighted. In view of this, the theories and methodologies of Knowledge Organization were used as emancipatory technologies as a basis for a better understanding of the conceptual arrangements on these phenomena. Thus, the general objective of this research is to establish a diagnosis and delimit a set of minimum and initial procedures for the construction of a conceptual semantic network that encompasses the narrative context of decoloniality, in order to enable its identification in the context of Information Science. Specifically, the objective is to analyze how much the so-called Fundamental Categories of Ranganathan (1967), namely: Personality, Matter, Energy, Space and Time, would allow to list a set of statements that make up the structure of decolonial narratives from notions that move of the usual denotative meanings, synthesized at the level of a conceptual map. To this end, an exploratory theoretical study was conducted based on bibliographic analysis on decoloniality and decolonial feminism. In order to structure the semantic network of terms and concepts that make up these narratives, the reasoning method of the categories Personality, Matter, Energy, Space and Time (PMEST) by Ranganathan (1967) was used, and they were expanded in the light of the suggested Literary Categories by Costa (2008). Among the results, it was found that the chosen procedures allowed a theoretical-conceptual approximation between these Categories and the elements that structure decolonial discourses, in addition to exposing how the relationship between their concepts is broad and permeated with essential connotative aspects that allow us to better understand the dimension of these themes. We conclude that studies like this are necessary so that decoloniality and decolonial feminism can achieve greater visibility and representation, becoming increasingly disciplinary content, lines of research and intervention projects, in addition to contributing to the strengthening of decolonial thinking as constitutive in Latin American Information Science.

Keywords: Decoloniality. Decolonial Feminism. Shiyali Ramamrita Ranganathan. Semantic Network. Conceptual Map. Information Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Declaração Irlandesa de Independência.....	26
Figura 2 – A Redenção de Cam.....	34
Figura 3 – Exemplo de mapa conceitual.....	73
Figura 4 – Mapa conceitual de estrutura em teia.....	75
Figura 5 – Mapa conceitual de estrutura hierárquica.....	75
Figura 6 – Mapa conceitual de estrutura linear.....	76
Figura 7 – Diagrama do Universo das ideias.....	91
Figura 8 – Árvore de Porfírio.....	94
Figura 9 – Árvore Baniana.....	95
Figura 10 – Estrutura do mapa conceitual sobre decolonialidade.....	123
Figura 11 – Enfoque nas categorias Personalidade, Matéria e Palavras-chave.....	123
Figura 12 – Enfoque nas categorias Energia, Espaço, Tempo e Ponto de Vista....	124
Figura 13 – Mapa conceitual das narrativas decoloniais.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano de trabalho e execução do projeto.....	16
Quadro 2 – Descritores da Categoria Personalidade.....	103
Quadro 3 – Descritores da Categoria Matéria.....	106
Quadro 4 – Descritores da Categoria Energia.....	110
Quadro 5 – Descritores da Categoria Espaço.....	114
Quadro 6 – Descritores da Categoria Tempo.....	120
Quadro 7 – Descritores da Categoria Ponto de Vista.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contraste de princípios entre a TGT e a TST.....	86
Tabela 2 – Facetas de um assunto composto.....	93
Tabela 3 – Palavras-chave representativas do pensamento decolonial.....	126

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CI – Ciência da Informação

LCSH – Lista de Cabeçalho de Assunto da Library of Congress

M/C – Modernidade/Colonialidade

OC – Organização do Conhecimento

PMEST – Personalidade, Matéria, Espaço, Tempo

SOC – Sistema de Organização do Conhecimento

TCT – Teoria Comunicativa da Terminologia

TGT – Teoria Geral da Terminologia

TST – Teoria Sociocognitiva da Terminologia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.1 Objetivos Específicos.....	14
1.2 Procedimentos metodológicos.....	15
1.3 Estrutura da pesquisa.....	17
2. INTERSECÇÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS ESTUDOS DECOLONIAIS.....	18
2.1 Introdução ao pensamento decolonial.....	21
2.2 Sobre feminismo decolonial.....	33
2.3 A decolonialidade na Organização do Conhecimento: diálogos entre Hope Olson, Antonio García Gutiérrez e Clare Beghtol.....	40
2.4 Levantamento dos agentes epistêmicos em decolonialidade na Ciência da Informação brasileira.....	48
2.5 O lugar da decolonialidade na Organização do Conhecimento: uma análise a partir dos trabalhos apresentados no GT 2 ENANCIB.....	67
3. REVISITANDO AS FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	71
3.1 Mapas conceituais.....	72
3.2 Terminologias.....	78
3.2.1 O Contexto da Ciência da Informação na Gênese da Terminologia.....	78
3.2.2 Orientação Social e Comunicativa nas Vertentes Terminológicas.....	83
3.3 A Classificação Facetada de Ranganathan e as categorias PMEST.....	89
4. A DECOLONIALIDADE E O FEMINISMO DECOLONIAL REVISTOS A PARTIR DAS CATEGORIAS PMEST DE RANGANATHAN.....	98
4.1 Categorias PMEST ampliadas à luz das categorias literárias.....	98
4.1.1 Personalidade.....	99
4.1.2 Matéria.....	104
4.1.3 Energia.....	107
4.1.4 Espaço.....	111

4.1.5 Tempo	115
4.1.6 Ponto de vista.....	120
4.2 Mapa conceitual sobre decolonialidade e feminismo decolonial	122
4.3 Estratégias de buscas	126
5. REFLEXÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	138
APÊNDICE A	160
APÊNDICE B	162

1. INTRODUÇÃO

A proposta de investigação que se apresenta está inserida no projeto de pesquisa “Decolonialidade, Epistemologias emancipatórias, Ciência da Informação nativa”. Para tanto, arrisca aproximar leituras e autores decoloniais ao campo de investigação da Ciência da Informação brasileira com o intuito de reforçar e emancipar sua base epistemológica, em orientação para a contínua construção de uma Ciência da Informação nativa. Na perspectiva metodológica, esta proposta de investigação integra também o Grupo de pesquisa PRAGMA: estudo pragmáticos em Ciência da Informação (CNPQ/UFSCar), que se apoia em referencial teórico da filosofia da linguagem pragmática, para refletir o contexto dinâmico e fluído de produção, registro e circulação de saberes.

A pesquisa que ora se apresenta “A decolonialidade e o feminismo decolonial revistos a partir das categorias PMEST de Ranganathan” parte do entendimento de que, dentro do recorte da decolonialidade, ressaltamos a importância da abordagem do feminismo decolonial enquanto movimento Latino-Americano dedicado às questões de gênero e raça numa perspectiva de resistência. O feminismo decolonial, assim como a decolonialidade, propõem profunda reflexão crítica acerca dos dispositivos de poder que atuam no sistema moderno, que tem gênese na história da colonização e que atuam nas subjetividades daqueles que estão às margens, invalidando seus saberes.

São abordagens que adentram questões históricas, políticas, econômicas, sociais na tentativa de dismantlar as relações de poder que promovem a reprodução de hierarquias dos imaginários que foram criados no mundo moderno / colonial. Entendemos este projeto como um esforço de levar essas contribuições para o universo da Ciência da Informação.

Assim, almeja-se poder contribuir com a promoção de outros arranjos sobre os saberes decoloniais produzidos, categorizando-os também à luz desta denominação para que esta corrente de pensamento, postura e ação, que já se faz presente historicamente na constituição deste campo na América Latina, possa alcançar maior visibilidade e representatividade, convertendo-se cada vez mais em conteúdos disciplinares, linhas de pesquisa e projetos de intervenção.

A construção e o fortalecimento desta identidade informacional que prioriza as questões e as problematizações Latino-Americanas pode gerar uma cadeia de novos arranjos criativos e contextuais que promoverão a construção de produtos e serviços de informação, que farão mais sentido, que serão efetivamente mais assimilados e que, até mesmo, serão capazes de promover, em algum nível, movimentos emancipatórios em relação ao acesso e ao uso da informação.

1.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é estabelecer um diagnóstico e delimitar um conjunto de procedimentos mínimos e iniciais para a construção de uma rede semântica conceitual que abarque o contexto narrativo da decolonialidade, de forma a possibilitar sua identificação no contexto da Organização do Conhecimento através de fichas de leitura. Especificamente, objetiva-se analisar o quanto as Categorias Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST) permitiriam elencar um conjunto de enunciados que compõem a estrutura das narrativas decoloniais a partir de noções que se deslocam dos habituais sentidos denotativos. Ademais, ressalta-se a importância de incluir também o contexto narrativo do feminismo decolonial enquanto abordagem que investiga mais a fundo o silenciamento de vozes subalternas dos países periféricos do capitalismo. Espera-se que ações convergentes e estruturantes possam ser operacionalizadas para fortalecer os movimentos decolonial e feminista decolonial como constitutivos da Ciência da Informação na América Latina.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Delimitar e apresentar o escopo teórico e conceitual relacionado à decolonialidade e ao feminismo decolonial. A partir deste levantamento bibliográfico é que será possível identificar, dentro do universo da Ciência da Informação, quais seriam as iniciativas que se assemelham com as propostas decoloniais.

- Apresentar produção científica que contemple, em diferentes perspectivas, as categorias do pensamento decolonial e feminista decolonial da Ciência da Informação, enfatizando a rede de atores epistêmicos dedicados a estes assuntos. Tal levantamento possibilita demarcar, mesmo que não à exaustão, as personalidades acadêmicas comprometidas com a disseminação de saberes decoloniais na área.
- Identificar o quanto de assuntos relacionados às narrativas decoloniais estão sendo contemplados especificamente nas pesquisas em Organização do Conhecimento.
- Elencar um conjunto de enunciados que compõem a estrutura das narrativas decoloniais a partir de noções que se deslocam dos habituais sentidos denotativos.
- Definir estratégias de busca nas fontes em Ciência da Informação, bem como em bases gerais da América Latina, que possam servir como termômetro em relação às tendências de pesquisas relacionadas com a temática decolonial.

1.2 Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa, conduziu-se um estudo teórico exploratório baseado na análise bibliográfica sobre decolonialidade e feminismo decolonial. A análise documental da bibliografia seguiu o método de raciocínio das categorias Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo (PMEST) desenvolvidas por Ranganathan (1967) e ampliadas à luz das Categorias Literárias sugeridas por Costa (2008). Assim, foi possível estruturar a rede semântica dos termos e conceitos que compõem essas narrativas e construir um mapa conceitual. Também foi possível realizar o agrupamento da diversidade terminológica decolonial correspondente a cada uma das Categorias, sintetizando-a em fichas de leitura para uma representação mais especializada. Por fim, foram selecionados os descritores mais centrais das narrativas decoloniais para sua utilização enquanto estratégias de buscas nas fontes informacionais. O plano de execução da pesquisa é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1: Plano de trabalho e execução do projeto

MÊS	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS ESPERADOS
1 a 8	Delimitar e apresentar o escopo teórico e conceitual relacionado a decolonialidade e ao feminismo decolonial.	Levantamento bibliográfico em revistas, anais e repositórios latino americanos de textos referenciais sobre as temáticas.	Elenco dos termos e dos conceitos que compõem essas narrativas.
9 a 11	Apresentar a produção científica que contemple as categorias do pensamento decolonial e feminista decolonial Latino Americano da Ciência da Informação, enfatizando a rede de atores epistêmicos.	Busca e análise no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil da plataforma Lattes/CNPQ, a fim de selecionar grupos que se dediquem ao incentivo de pesquisas correlacionadas as temáticas.	Quantitativo da produção acadêmica e dos atores dedicados com essas narrativas na Ciência da Informação brasileira.
12 a 15	Identificar o quanto de assuntos relacionados à decolonialidade estão sendo contemplados especificamente nas pesquisas em Organização do Conhecimento.	Coleta dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 2 do ENANCIB , nas modalidades de comunicação oral e pôster, entre os anos de 2015 a 2019. Os dados a serem levados em consideração são as palavras-chaves, títulos e análise de assuntos nos resumos registrados na base BENANCIB.	Levantamento temático e qualitativo sobre pesquisas em decolonialidade e feminismo decolonial na Organização do Conhecimento brasileira.
16 a 19	Elencar um conjunto de enunciados que compõem a estrutura das narrativas decoloniais a partir de noções que se deslocam dos habituais sentidos denotativos.	Análise pormenorizada da proposta de categorização do conhecimento de Ranganathan. Relacionar os termos designativos das narrativas decoloniais a partir das categorias PMEST ampliadas à luz das Categorias Literárias sugeridas por Costa (2008).	Rede semântica conceitual sobre decolonialidade e sobre feminismo decolonial. Mapa conceitual.
20 a 22	Definir estratégias de busca nas fontes em Ciência da Informação, bem como em bases gerais da América Latina.	Converter os principais conceitos das narrativas decoloniais, e que constam no mapa conceitual, em descritores. Construção de ficha terminológica para os descritores.	Estratégias de buscas, em português e espanhol a serem utilizadas nas fontes informacionais.
23 a 24	Elaboração de relatório final.	Escrita científica.	Defesa de Mestrado.

1.3 Estrutura da pesquisa

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: esta primeira seção se dedica a expor o problema de pesquisa, as justificativas, os objetivos e procedimentos metodológicos que sustentam o projeto. As seções 2 e 3 se dedicam à revisão da literatura e também à apresentação de resultados, uma vez que já na segunda seção são explorados conceitos centrais que permeiam a teoria decolonial, passando pelo feminismo decolonial e adentrando a Ciência da Informação.

Neste momento do texto, serão abordados os trabalhos dos autores Hope Olson, Clare Beghtol e Antonio García Gutiérrez como notáveis contribuições informacionais alinhadas ao pensamento decolonial e feminista decolonial, reforçando o entendimento de que essa percepção na área não é nova. Como parte do levantamento de agentes epistêmicos em decolonialidade, foram compilados os trabalhos de profissionais Doutores em Ciência da Informação que apresentam visível trajetória de compromisso com a produção de saberes plurais, insubmissos aos ditames dos sistemas impostos e que nos promovem reflexões acerca de nosso papel, profissionais da informação, frente às configurações do mundo moderno. Finalizando a seção 2, apresentamos um levantamento realizado nas produções do Grupo de Trabalho 2 do ENANCIB, a fim de evidenciar as abordagens decoloniais produzida especialmente na Organização do Conhecimento brasileira.

A seção 3 se dedica a revisar a literatura acerca dos instrumentos que compõem os procedimentos metodológicos desta pesquisa: mapas conceituais, Terminologias e as Categorias PMEST de Ranganathan. Conforme apresentado nos objetivos específicos, a seleção de termos e conceitos relacionados à decolonialidade e ao feminismo decolonial nos permitirá estruturar uma rede semântica dessas temáticas.

No recorte da seção 4, as seções secundárias abordam as categorias PMEST ampliadas à luz da Teoria Literária, a construção do mapa conceitual e as estratégias de buscas utilizadas nas bases informacionais. A seção 5 compõe as considerações finais. Os apêndices A e B mostram as obras de autores e autoras decoloniais e feministas decoloniais que sustentaram o desenvolvimento desta pesquisa.

2. INTERSECÇÕES ENTRE A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E OS ESTUDOS DECOLONIAIS¹

A sociedade tem experimentado uma profunda transformação em seu relacionamento com a informação graças a uma somatória de mudanças que, em parte, se configuram pelo avanço da influência tecnológica nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) (FUJITA, 2013).

Esse mundo vigente pós-industrial, da tecnocracia e do hipercapitalismo, tem interferido na configuração das ações comunicativas, que tem sido estrategizadas, instrumentalizadas e cada vez mais colonizadoras daquilo que Habermas chama mundo da vida. Na última década, vivenciamos sensivelmente, a extrapolação dos limites das esferas privadas e públicas, via digitalização da vida. Temos a entrada do digital no espaço privado e a saída do espaço privado, via digital, para o espaço público. Não se está dizendo aqui algo novo, mas é que identificamos, justamente neste *lócus*, nesta atmosfera, um dos principais ambientes de ascensão dos silenciamentos e das colonizações contemporâneas. (GRACIOSO, 2021)

García Gutiérrez e Martínez-Ávila (2014) discorrem sobre um contexto de conhecimentos produzidos cada vez mais de forma frenética, o que levanta o questionamento da presença subjetiva e tendenciosa dos operadores da organização do conhecimento midiático em iniciativas geralmente consideradas neutras. Mais precisamente, os autores debatem sobre como a subjetividade das opiniões e vieses dos organizadores são transferidos para as práticas de análise e representação da informação, assim como para seus produtos: classificações, tesouros, ontologias, algoritmos de inteligências artificiais e qualquer outra estrutura de organização e gestão.

Um exemplo prático e notório do que os autores alertam pode ser encontrado no estudo de Buolamwini (2019), que aborda como a inteligência artificial (IA) estigmatiza as significantes culturais no comportamento online. A cientista da computação demonstra de que maneiras a IA, aplicada à automação de processos como recrutamento profissional e reconhecimento facial, tem reproduzido preconceitos e estereótipos de cunho essencialmente racistas e sexistas que, ainda assim, são consumidos por agências governamentais.

¹ Parte deste texto e do texto das seções 2.1 e 2.4 foram apresentados como resumo expandido no XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação – ENANCIB 2021.

Autores como Souza et al. (2020) discorrem sobre a identificação de palavras oriundas dos dialetos bávaros da Áustria nas ferramentas semânticas de gestão da informação, nos apresentando como a riqueza linguística e cultural dos nativos ainda é sub-representada. Outrossim, Silva (2018, 2019) reflete sobre a representação das religiões de matriz africana e da pluralidade cultural na Organização do Conhecimento (OC), nos fornecendo um diálogo transversal que demarca a importância daqueles que foram desvalorizados no decorrer da história.

Olson (2000, 2001, 2007) e Beghtol (2002, 2005, 2008) igualmente tem fornecido uma análise vigilante acerca do que consideram como anomalias dos produtos e serviços provenientes da OC nos propondo uma lente conceitual por meio da qual seja possível repensar nossas práticas e relações com as tecnologias informacionais.

Partindo da afirmação de que os SOC estão relacionados com as formas de organizar o mundo, formas estas que são culturais, Lara e Mendes (2017) narraram sobre como a Ciência da Informação (CI) e seus produtos não são neutros e reforçam a relevância dos SOC enquanto sistemas que “registram, sintetizam e refletem as expressões do que entendem como as categorias sociais e culturais de seu tempo” (LARA; MENDES, 2017, p. 377).

A questão cultural assume, nesse contexto, um protagonismo enquanto perspectiva que reinsere o sujeito e a subjetividade no pensamento científico, uma vez que é preciso considerar que fazer ciência sempre envolve influência do cientista (LARA; MENDES, 2017). Ao separar o sujeito do objeto, nega-se que a verdade é uma ação construída na realidade social, reincidindo o protagonismo do método científico clássico que busca uma linguagem universal² e geral para representar a tudo e a todos (SALDANHA, 2010).

² O conceito de “universal” será comumente abordado neste trabalho sob a perspectiva do intelectual martinicano Aimé Césaire, que o conceitua mais precisamente como um universalismo abstrato. Tal percepção foi primeiramente publicada na obra *Discurso sobre o colonialismo*, em 1950 e posteriormente traduzida para o espanhol em 2006 pela editora Akal de Madri. Segundo Césaire, a produção de conhecimento não pode se desligar dos lugares particulares de enunciação dos sujeitos e nem excluir suas experiências vividas. Ocultar o lugar de fala seria um mito, seria dissolver todos os particulares num universal desincorporado. Conforme Grosfoguel (2012, p. 95), o universalismo abstrato: “(...) se configura como um desenho global imperial para o mundo inteiro, e que ao se apresentar como “desincorporado”, oculta o locus epistêmico da enunciação. Esse movimento epistêmico, típico das epistemologias eurocêntricas do “ponto zero” e da “ego-política do conhecimento” tem sido central nos projetos coloniais. Com essa crítica, Césaire, partindo da memória da escravidão e da experiência da corpo-política do conhecimento de um sujeito negro caribenho francês, descortina e torna visível a geopolítica ocidental branca e a corpo-política do conhecimento camuflado sob o “desincorporado” universalismo abstrato da ego-política do conhecimento”.

De acordo, as autoras Lara e Mendes (2017) evidenciam como, na OC, é na prática de representação dos documentos que as referências culturais ficam mais evidentes, pois ainda se fundamentam fortemente nas ideias modernas. Ou seja, técnicas como análise documentária e indexação ainda são, em grande parte, baseadas em processos herdados das propostas cartesianas de redução da complexidade para produzir substitutos dos documentos.

Saldanha (2010) sugere que, em contraposição a isso, a adoção de uma abordagem pragmatista na CI é o que garante visibilidade para a produção e compartilhamento dos saberes locais, com métodos retirados das relações sociais. Nesse cenário, a verdade é vista como ação construída na sociedade e, portanto, não se deve separar o sujeito do objeto. Esta visão propõe as relações sociais como caminho para conhecer os saberes do mundo, assim como propõe a epistemologia Ranganathiana.

Tal postura pode ser considerada uma contribuição fundamental que nos guia ao entendimento de que os propósitos da Ciência da Informação giram em torno da construção de ações que devem diversificar, de modo transversal e plural, a produção dos saberes. Desse ponto de vista, vê-se a linguagem documentária “como um canal de comunicação social, imbuída de valores, em que os conceitos representados por termos devem refletir a cultura do indivíduo, do ambiente em que ele está inserido e da área do conhecimento a que ela corresponde” (BOCCATO, 2011, p. 16).

Mustafa El Hadi (2015), sintetiza que o desafio para a OC envolve o exercício de se questionar:

[...] como seria possível evitar cair em uma espiral descendente de tecnicização (...). O que impede a interoperabilidade semântica e, conseqüentemente, cultural é que o grau de sucesso que pode ser alcançado na integração de múltiplos sistemas de representação do conhecimento ou esquemas de organização do conhecimento é restringido por limitações na universalidade dos sistemas conceituais humanos (MUSTAFA EL HADI, 2015, p. 575, tradução nossa).

Os caminhos possíveis para contornar essa realidade devem envolver contínuas práticas de análise crítica que garantem o enfrentamento à constante destruição dos domínios e saberes não captados pela cultura ocidental e que culmina com o que Santos (2007) vai chamar de epistemicídio. O epistemicídio é abordado como “a morte de conhecimentos alternativos”. Isto é, ao assumirmos um saber científico que não se vale dos conhecimentos populares, indígenas, camponeses,

urbanos, por exemplo, estamos assumindo uma “monocultura do saber”. Com isso, permite-se a destruição de conhecimentos, de povos e “grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos (...). A primeira forma de produção de inexistência, de ausência, é a ignorância” (SANTOS, 2007, p. 29).

Conforme nos diz Sales (2015, 2016, 2017), a OC se caracteriza como um tema nuclear da CI no Brasil, sendo essa a área que se dedica à investigação dos fundamentos científicos e desenvolvimento de técnicas e ferramentas informacionais. Assim, frisamos seu compromisso de atender às necessidades dos usuários e acompanhar o desenvolvimento dos novos modelos que influenciam os processos de aquisição do conhecimento.

Reconhecemos na OC, portanto, abertura necessária para que transgressões e insurgências possam se manifestar, garantindo ainda mais horizontalidade nas ações de sistematização e representação da informação que seus instrumentos sugerem. Assumimos que a OC pode vir a se configurar como um dos principais movimentos que promoverão a construção de um pensamento decolonial na CI. Nesse sentido, a decolonialidade pode ser entendida como um potencial para enfrentar os desafios relacionados com OC e para a manutenção do constante enfrentamento à obliteração de conhecimentos plurais nos sistemas de organização e representação da informação e conhecimento.

A próxima seção se dedica a explorar alguns conteúdos que são basilares da teoria decolonial a fim de fornecer os subsídios necessários para a compreensão de conceitos que envolvem os objetivos deste projeto. Em um segundo momento, objetivamos investigar devidamente mais a fundo os elementos que permeiam a teoria decolonial.

2.1 Introdução ao pensamento decolonial

Influenciados pelo movimento pós-colonial, que se caracterizou pela descolonização das sociedades africanas e asiáticas exploradas, o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) se funda na América Latina e inaugura, na década

de 1990, um pensamento acadêmico destinado à inserção de narrativas sobre a América Latina e os impactos dos processos colonizadores (BALLESTRIN, 2013).

Entre os principais pensadores desse movimento é notável a ausência de teóricos brasileiros, algo que será melhor debatido mais adiante na seção 2.2. Ainda assim, as contribuições decoloniais se destacam pelos trabalhos do sociólogo peruano Aníbal Quijano, do antropólogo e teórico literário e cultural argentino Walter Dignolo, do filósofo argentino Enrique Dussel, do filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, do sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, do antropólogo colombiano Arturo Escobar, do sociólogo venezuelano Edgardo Lander, do filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres, da linguista estadunidense Catherine Walsh, do antropólogo venezuelano Fernando Coronil, do sociólogo porto-riquenho Agustín Lao-Montes, do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, do sociólogo português Boaventura Santos e da teórica argentina Zulma Palermo.

Embora a principal força orientadora dos estudos decoloniais seja uma contínua reflexão acerca da realidade cultural e política latino-americana, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) ressaltam que a natureza decolonial transcende o projeto acadêmico, isto é, vai além da constituição de linhas de pensamentos, práticas e pesquisas autênticas da América Latina. A natureza decolonial surge das práticas de oposição e intervenção, desde o momento em que o primeiro sujeito colonial reagiu contra os propósitos imperiais que se iniciaram em 1492.

Assim, conforme aponta Walsh (2005), a decolonialidade se trata de um movimento que se origina logo a partir da existência da modernidade/colonialidade através das ações de resistências contra essas forças de poder, ou seja, é um movimento de lutas e sobrevivência existente há mais de 500 anos. Nesse sentido, cabe agregar ao percurso de construção do pensamento decolonial elementos que o diferenciam das movimentações pós-coloniais.

Mignolo (2008) sensibiliza para um aspecto importante: a decolonialidade é “planetária”: está nos grupos, nos movimentos sociais apresentando, assim, uma genealogia diferenciada daquela construída para o pensamento pós-colonial. Isso porque, mesmo que “o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado” (BALLESTRIN, 2013, p. 91), ainda assim se configura um movimento delineado no bojo das discussões sobre a descolonização das colônias africanas e asiáticas depois da Segunda Guerra Mundial (CORONIL, 2008).

Conforme nos dizem Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016):

[...] é possível afirmarmos que o pós-colonialismo como termo originou-se nas discussões sobre a decolonização de colônias africanas e asiáticas depois da Segunda Guerra Mundial (Coronil, 2008), tendo sido produzido, principalmente, por intelectuais do Terceiro Mundo que estavam radicados nos departamentos de estudos culturais, de língua inglesa, antropologia das universidades inglesas e posteriormente das universidades norte-americanas. A consequência mais óbvia disso foi o fato de o pós-colonialismo ter uma língua de nascença, o inglês, e ter também um espaço de circulação, o mundo anglofônico” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p. 15).

Tal afirmação articula-se com o posicionamento de Frantz Fanon (1968), quando este problematiza o “intelectual colonizado”: o sujeito que perde a dimensão da luta em sua terra pois passa a se alimentar dos valores, das técnicas, da língua do colonizador. Para Fanon, não há possibilidade de conciliação entre colonizador e colonizado. Mesmo que Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) contestem os discursos críticos ao colonialismo de intelectuais de Terceiro Mundo radicados na Europa e América do Norte, fato é que muitas produções oriundas de pensadores nativos norte-americanos contribuem para o projeto decolonial.

O fato do movimento se chamar decolonial e não descolonial, por exemplo, foi sugerido pela linguista estadunidense Catherine Walsh, assim como a noção de sistema-mundo que é muito utilizada pelos membros do Grupo M/C é aquela teorizada pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein³.

Sem dúvidas este é um debate que merece maior profundidade. Interessa, entretanto, para o recorte desta pesquisa, o fato de que nomes expoentes do movimento pós-colonial, como Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Spivak não chegam a articular nenhuma referência à realidade colonial na América Latina em suas produções, sendo esse um dos motores que levou à constituição da rede de investigação latino-americana sobre decolonialidade.

Assim, a visão compartilhada dos autores do grupo M/C é a de que a principal característica dos estudos decoloniais é a discussão sobre a colonização no âmbito do conhecimento, do saber (GROSFUGUEL, 2007; MALDONADO-TORRES, 2011;

³ O próprio Wallerstein tem expressado que sua teorização acerca do sistema-mundo se baseia nas análises do sociólogo trinitário Oliver C. Cox. Embora grande parte das ciências sociais eurocentradas continuem negligenciando o trabalho de Cox, sua obra *Caste Class and Race* (1948) reflete sobre as relações entre o capitalismo, a raça e o sistema de castas, o que o consagra como “o pai fundador da teoria dos sistemas-mundo” (WALLERSTEIN, 2000, p. 174).

NDLOVU-GATSHENI; ZONDI, 2016; WALSH, 2005, 2012). Neste momento, chamamos à discussão o sociólogo peruano Aníbal Quijano que nos mostra a intrínseca relação entre a colonialidade do poder, do saber e do ser⁴.

Quijano (1992) tece seus argumentos a partir de como a globalização tomou forma após o cenário de dominação das Américas e determinou um novo padrão de poder mundial ao se constituir de um eixo central: a ideia de raça. Para o autor, as discriminações produzidas pela estrutura do poder colonial (como as raciais, étnicas) com o tempo passaram a assumir pretensão "científica" de significado a-histórico, ou seja, passaram a ser considerados fenômenos naturais e não da história do poder.

Não se está defendendo aqui que o processo de diferenciação pela raça, chamado de racialização, se inaugura com a colonização ou com a globalização. Embora não caiba no escopo deste trabalho explorar a contento e à exaustão todos matizes historiográficos de desenvolvimento do conceito racialização, é relevante perpassá-lo neste momento.

A racialização pode ser entendida como um processo social de atribuir características raciais a um grupo, processo este distante de ser algo pueril, pois se traduz como uma brutal forma de animalizar os indivíduos. Como veremos a seguir, tal movimentação revela uma operação antiga de culturas que subjugarão outras culturas na tentativa de desumanização desses povos através de uma manobra ideológica que justifique uma prática material: a de exploração e dominação. Percebe-se, assim, que "raça" não se restringe somente às questões fenotípicas de um determinado grupo de indivíduos.

O sociólogo inglês Michael Banton (1977) nos mostra claramente como o processo de racialização não surgiu apenas no contexto da escravização dos povos africanos nos séculos XVI e XVII. Para o autor, raça, classe e nação foram conceitos desenvolvidos na Europa quando do exercício de interpretação das novas relações sociais emergentes no contexto de dominação da América, África e Ásia. Ademais, o

⁴ Cabe mencionar que, embora esteja sendo empregado o pensamento de Quijano para expor a relação entre a colonialidade nas esferas do poder, do saber e do ser, a ideia da "colonialidade" em si não se origina com o referido autor. Conforme nos diz Grosfoguel (2020, p. 60): "A concepção de mundo da colonialidade do poder, na qual a ideia de raça ou de racismo é um instrumento de dominação (...) da modernidade tem sido articulada bem antes de Quijano por outros autores e autoras, utilizando outros conceitos: capitalismo racial (ROBINSON, 1981), racismo como infraestrutura (FANON, 1952, 1961), ocidentóxico (AHMAD, 1984), colonialismo interno (CASANOVA, 1965; BARRERA, 1979; RIVERA CUSICANQUI, 1993), gênero como privilégio da mulher branca ou mulheres negras vistas como fêmeas e não como mulheres (DAVIS, 1981), supremacia branca (DU BOIS, 1935; MALCOLM X, 1965), relação reducionista entre raça e classe (CÉSAIRE, 1950; 1957), *ego conquiro* (DUSSEL, 1994)".

autor ainda se baseia nos exemplos da história do povo inglês para narrar como, mesmo dentro do contexto europeu, diferenciações raciais foram utilizadas com finalidades políticas.

Banton (1977) cita que nos últimos decênios do século V, os Francos (tribos oriundas do norte europeu) conquistaram a Gália (hoje corresponde ao território da França) e estabeleceram um novo império. Nessa movimentação, os Francos, que carregavam na etimologia de seu nome o significado “livre” em língua frâncica, foram representados pelos Gauleses como povos bárbaros.

Os historiadores passaram a pente fino os escritos de César e de Tácito para ver o que estes diziam sobre os Franceses primitivos, como se os costumes mais antigos tivessem a maior legitimidade. Ainda que a palavra “raça” seja usada nestes escritos de um modo compatível com as noções de distinções naturais, não tinha nesta altura quaisquer conotações biológicas (BANTON, 1977, p.29).

O que Banton (1977) nos diz aqui é que já havia, em meados dos anos 400, motivações fundamentalmente políticas que justificavam adotar a noção de “raças diferentes”. Mais adiante na história, é no século IX com a conquista dos Normandos (conhecidos *vikings* que eram mercadores, guerreiros, navegadores, etc.) no reino Franco que a substituição da nobreza saxã pela normanda marca o imaginário da sociedade inglesa.

Banton demonstra como o escritor escocês Sir Walter Scott, em seu romance *Ivanhoe* de 1820, narra o contexto de dominação dos Saxões pelos Normandos sob o prisma de uma luta de raças:

Em vinte e seis ocasiões emprega o termo [raça] para se referir a Normandos, Saxões ou, ocasionalmente a outros povos semelhantes; dezoito vezes para referir os judeus, frequentemente como uma raça maldita e desprezada (...). Porém, em outras oito vezes indica com a palavra [raça] uma linhagem, como por exemplo “a raça do imortal Alfredo” ou “a raça de Hengist” (BANTON, 1977, p.34).

Outro exemplo é representado na imagem abaixo, feita pelo ilustrador norte-americano Frederick Burr Opper em 1883. A ilustração, que leva como título “A declaração irlandesa de independência” retrata o contexto da dominação inglesa em território Irlandês e revela como era comum na literatura a retratação animalizada do povo irlandês como macacos no século XIX.

Figura 1: A declaração irlandesa de independência



Fonte: LIBRARY OF CONGRESS, 2022.

Duas mulheres, uma inglesa e uma irlandesa. Esta última, claramente uma mulher constitutiva da classe trabalhadora é representada com características exageradas e retratada de forma animalésca, grande, intencionando violência enquanto que a inglesa é retratada de forma frágil, delicada, humanizada, implorando para que a cozinheira continue seus afazeres. A ilustração evidencia o enquadramento nocivo da trabalhadora irlandesa enquanto pertencente à categoria do "outro", uma categoria que não é exatamente humana, operada mesmo no contexto europeu. Isto é, já era existente uma manobra ideológica de enquadrar o outro através de um conceito de racialidade.

No cenário contemporâneo de expansão tecnológica, é plausível perceber como os processos de racialização se propagam através do racismo articulado com os meios de comunicação, conforme nos alerta Silvio de Almeida: “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional (ALMEIDA, 2019, p. 41).

A raça tem sido, portanto, um princípio de diferenciação bem como riqueza, classe e gênero, relacionados à necessidade de controle e exercício de poder sobre “os outros” (MORRISON, 2019). A ideia de raça e, conseqüentemente o racismo, se tornam o princípio estruturante das hierarquias do sistema-mundo. De forma concisa, podemos interpretar a teoria do sistema-mundo do sociólogo Immanuel Wallerstein (1986) como uma teoria social acerca de como o sistema capitalista está profundamente relacionado com as forças econômicas de divisão de trabalho em escala mundial e não apenas a nível de Estado e instituições nacionais.

Grosfoguel (2008) enumera alguns exemplos de como a globalização tem se apoiado sobre a ideia de raça e intensificado desigualdades, conforme defendido por Quijano: a distribuição das diferentes formas de trabalho de acordo com a hierarquia racial; a mão de obra barata realizada por pessoas não-europeias; a relação entre os sexos, ou seja, diferentemente dos patriarcados europeus em que todas as mulheres eram consideradas inferiores aos homens, “na nova matriz de poder colonial algumas mulheres de origem europeia possuem um estatuto mais elevado e um maior acesso aos recursos do que alguns homens de origem não-europeia” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123-124).

A população mundial tem se organizado conforme a noção de raça, reforçando a ideia de hierarquias e de povos superiores e inferiores, que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. Como exemplo disso, Lugones (2020) reforça que, para se ter noção do alcance da colonialidade do poder é importante frisar que o trabalho assalariado sempre foi reservado quase que exclusivamente para os europeus brancos. A divisão do trabalho é racializada e geograficamente diferenciada, denunciando a colonialidade como um entrecruzamento de trabalho e raça.

Atrelado a isso, a imposição da noção de desenvolvimento impôs o modelo ocidental como ideal sendo que, depois da Segunda Guerra Mundial, as dicotomias desenvolvido/subdesenvolvido, moderno/tradicional, norte/sul, primeiro/terceiro

mundo, etc., se agravaram, evidenciando que as forças coloniais que controlam a economia e a política não acabaram com o fim do colonialismo (QUIJANO, 2005).

Essas dicotomias justificaram a imagem do nativo “selvagem” e “bárbaro” na época da colonização da América e foram a força propulsora de projetos de dominação/intervenção, como as grandes organizações para o desenvolvimento FMI e Banco Mundial (GROSFOGUEL, 2008). Assim que a era moderna se demarca com a expansão europeia e estabelece a hegemonia euro-americana no mundo, deixando marcas nas formas de se produzir conhecimento acerca da história, das sociedades, das culturas e nos imaginários do comportamento humano (OYÉWÚMÍ, 2004).

Nesse contexto, retomamos o epistemicídio abordado por Santos (2007), pois é um conceito atrelado à forma como o pensamento moderno ocidental tem se organizado e que, segundo o autor, se caracteriza por ser um pensamento abissal que “consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis” (SANTOS, 2007, p.03).

Na lógica do pensamento abissal moderno ocidental, os saberes e conhecimentos são desmembrados daqueles que os produzem, transformando-se em algo que possa ser comprado e vendido, sujeitos a descontextualização “em nome de sua racionalização e de sua subordinação aos cânones epistemológicos associados à ciência moderna” (NUNES, 2009, p. 235). Isto é, apartar os atores de seus saberes produzidos implicaria na generalização dos saberes, no ocultamento da pluralidade envolta nos processos de construção de conhecimento e na manutenção de formas subjetivas de colonização.

Quijano (1992) nos explica como essa colonização subjetiva pode atuar no imaginário dos colonizados:

A repressão recaiu, sobretudo, sobre as formas de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetificada, intelectual ou visual. Seguiu-se a imposição do uso de padrões de expressão próprios dos dominantes, bem como de suas crenças e imagens referentes ao sobrenatural, que serviram não só para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como meios muito eficazes de socialização e o controle cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática (QUIJANO, 1992, p. 12).

Em outras palavras, podemos dizer que existe um conjunto de artifícios utilizados para justificar o poder de uns sobre os “outros”. Assim, para além de uma

questão territorial, persevera uma colonialidade (e não mais colonialismo) e ela atua na esfera do conhecimento, da linguagem, do subjetivo do ser e suas experiências vividas. Mignolo (2002) acrescenta ao debate ao dizer que a colonialidade é, na verdade, uma das faces ocultas e obscuras da modernidade, pois apenas uma é aparente: a retórica do progresso e da salvação.

Castro-Gómez (2005) faz uma retomada na história para descrever como os sistemas de conhecimento não ocidentais são vistos como inimigos do progresso na narrativa moderna de desenvolvimento. Para o autor:

Também se acreditava que traços pessoais como passividade, indisciplina ou indolência, associados, talvez, a defeitos de raça, dependiam de uma "ausência de modernidade" e poderiam ser superados na medida em que o Estado resolvesse problemas estruturais como analfabetismo e pobreza. Nesse sentido, o paradigma moderno de desenvolvimento também foi um paradigma colonial. O conhecimento "outro" precisava ser disciplinado ou excluído (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.86).

A crítica indiana pós-colonial Gayatri Spivak (2010) nos fornece um exemplo prático dessa problematização ao abordar, no contexto da dominação do Império Britânico na Índia no século XIX, como vários escritores ingleses se apropriaram de nomes próprios da cultura hindu, transformando-os em significados generalizados e subjugando o sujeito, sobretudo feminino. Um dos exemplos da violência epistêmica em questão se deu quando da codificação da lei hindu, pelos ingleses, no tocante à abolição do ritual conhecido como "o sacrifício das viúvas", em 1829.

Spivak (2010) narra como, no ritual, as viúvas (*Satis*) deveriam se dirigir até a pira funerária do marido morto e se imolar, sacrificar-se, sob ela. Quando da dominação britânica, o que antes era considerado, exaltado ou até mesmo tolerado como um ritual simplesmente foi imposto como um crime e traduzido mundo a fora como "homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura" (SPIVAK, 2010, p. 95).

Ademais, na codificação inglesa da lei hindu, Spivak revela como o termo *Sati* foi erroneamente traduzido como *Suttee* o que ocasionou em completa perda do sentido e generalização, uma vez que *Sat* é o particípio presente do verbo "ser" e, nas escrituras sagradas, se relaciona com a essência, o espírito. Para a autora, "não há passatempo mais perigoso do que o de transformar nomes próprio em nomes comuns, traduzindo-os e usando-os como evidência sociológica" (SPIVAK, 2010, p. 117).

A questão aqui não é advogar a matança de viúvas, mas problematizar a gravidade de uma cultura ser imbuída ideologicamente como um “castigo”, “assassinato”, ao passo que a imposição dos valores imperialistas ingleses foi ideologicamente imbuída do sentido de uma “missão social”, um “salvamento” que justificou matanças em nome de expansões territoriais.

A modernidade, nesse caminhar, deixa de ser apenas um período histórico e se assume enquanto narrativa dos atores e instituições que conceberam a si mesmos como o centro do mundo. E é sob o abrigo do manto da modernidade que práticas econômicas dispensam, exploram e escravizavam vidas humanas (MIGNOLO, 2017). É por tudo isto que foi trazido até o momento que o pensamento decolonial consiste no trabalho de desvendar como a matriz da colonialidade funciona para, então, atuar como forma de libertação da miragem da modernidade.

Quijano (2005) explora como essa movimentação de generalizar os sujeitos no contexto da colonialidade e da modernidade tem o poder de encobrir a vasta pluralidade das sociedades oprimidas. Assim, as sociedades maias, incas, tupis, aimará, guaranis, entre outras, passaram a ser reduzidas a um único termo: índio. O mesmo ocorreu com os povos africanos trazidos à força para a América. Os zulus, iorubás, bacongós, achantes, foram todos reduzidos à categoria negro (QUIJANO, 2005).

O que se verifica é que através deste encobrimento generalizante de identidades, classifica-se essas pessoas a fim de conferir-lhes uma posição hierárquica na sociedade. Ao uniformizar a sociedade, a modernidade impõe a perspectiva binária do “diferente” contra o “ideal”, “padrão”, “modelo”, “universal” (CASTRO-GÓMEZ, 2005). A redução de toda riqueza histórica e cultural dos povos e seus saberes é a tônica do discurso moderno.

Nesse sentido, considerar o *locus* de enunciação é fundamental quando se fala em geopolítica do conhecimento, pois, considerar esses locais enunciativos para além de um espaço físico é considerar seu histórico de hierarquias raciais, de gênero, sexuais, entre outras. Deve-se diferenciar, entretanto, o lugar epistêmico do lugar social, uma vez que um sujeito se situar socialmente no lado do oprimido não garante que este vá pensar a partir do lugar do subalterno. Para pensar a partir de uma perspectiva subalterna, é preciso “compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico” (GROSFOGUEL, 2009, apud BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 2019).

Indo ao encontro dessa perspectiva, ao discorrer sobre os paradigmas eurocêntricos que influenciam a filosofia e as ciências ocidentais, Grosfoguel (2008) traz à discussão os estudos de feministas latino americanas e negras, como Cherríe Moraga, Gloria Anzaldúa, Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, destacando a importância de se considerar o lugar geopolítico do sujeito que fala.

O “giro decolonial”, expressão criada por Maldonado-Torres em 2005, representaria então a transição para um pensamento e uma prática de resistência teórica, epistemológica e também política e econômica, contra a lógica da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Grosfoguel (2008) complementa ainda que, para que seja possível de fato obter um pensamento decolonial, é necessário considerar três aspectos: que uma perspectiva epistêmica descolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental; que uma perspectiva decolonial verdadeiramente universal⁵ não pode basear-se num universal abstrato e que a decolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva de pensadores críticos do Sul Global.

Importante frisar que encorajar a valorização das produções latino-americanas não implica rejeitar e desconsiderar toda a vasta trajetória das contribuições fundamentais de pensadores oriundos das nações dominantes. A questão é justamente compreender o movimento decolonial como alicerce na construção de uma geopolítica do conhecimento que não se atenha única e exclusivamente aos ditos e teorias baseados nas experiências únicas da história europeia, mas sim que abarque uma genealogia de pensamento plural e não universal/ideal/padrão. (MIGNOLO, 2008).

Enrique Dussel, filósofo argentino e expoente da filosofia da libertação, é responsável por cunhar o termo “transmodernidade”, que representa uma perspectiva decisiva e radical para o pensamento decolonial. A transmodernidade seria resultado de um pensamento crítico de fronteira, processo este que visa transformar e redefinir a modernidade, a cidadania, os direitos humanos a partir do ponto de vista dos subalternos (DUSSEL, 2001).

⁵ Tal perspectiva verdadeiramente universal se alinha com a noção de universalismo concreto trazido por Aimé Césaire: “Minha ideia de universal é um universal rico com todos os particulares, uma profunda coexistência de todos os particulares” (CÉSAIRE, 1956 *apud* GROSFOGUEL, 2012, p. 95). É sob esta perspectiva de universalismo concreto que consideramos, mais à frente neste trabalho, a abordagem adotada na Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan.

É nesse contexto que Dussel (2004) também expressa sua incompatibilidade com o movimento pós-colonial. Segundo o autor, a pós-colonialidade não possui consciência efetiva das culturas excluídas na medida em que autores pós-coloniais, como Stuart Hall, analisam positivamente os efeitos “inevitáveis” da globalização sob o discurso de que os fluxos culturais “e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas”- como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens” (HALL, 2006, p.74).

Para Dussel, ao atribuir um caráter inevitável à globalização, o movimento pós-colonial se assume profundamente eurocêntrico por nem sequer imaginar que as culturas excluídas pelo processo colonial moderno possam desenvolver de forma autônoma suas próprias culturas “além de sua crise atual, além de seu limite, além do momento pós-moderno da modernidade. É necessário, então, pensar a questão de forma mais radical” (DUSSEL, 2004, p. 220). É sob o prisma de uma análise crítica e radical à modernidade que o autor sugere um mundo transmoderno como uma multiplicidade de repostas críticas, decoloniais, oriundas do sul global e capazes de resgatar os sujeitos subalternos e excluídos no processo “civilizatório” em favor da igualdade e da diversidade epistêmica.

Neste momento é merecido explicar que a abordagem que nos utilizaremos da expressão “subalternos” é aquela para representar a totalidade de sujeitos vítimas de variados processos de colonização. Spivak (2010) caracteriza estes subalternos como pertencentes “(...) às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12). Spivak (2010) já nos apresenta como o sujeito subalterno e, sobretudo, a mulher subalterna no contexto da colonialidade enquanto constituinte da modernidade, ficam encurralados entre a tradição e a modernização.

Reconhecemos, portanto, como a produção teórica de um feminismo decolonial pode assumir o compromisso de desenvolver epistemologias contra-hegemônicas e avançar na luta contra o racismo e a colonialidade na produção de conhecimento, bem como na sociedade como um todo. Assim, a próxima seção se dedica a realizar uma primeira leitura sobre a contribuição de autoras feministas para o debate decolonial.

2.2 Sobre feminismo decolonial⁶

Não há dúvidas que os debates teóricos desenvolvidos no bojo da teoria feminista colaboram no avanço contra as amarras do sexismo, que tanto impedem a ampliação das condições necessárias à autodeterminação das mulheres. Faz-se essencial, entretanto, adotar uma abordagem crítica que nos permita analisar o percurso do movimento feminista pelo prisma de mulheres negras, indígenas e suas contribuições imprescindíveis para o debate e construção de discursos contra-hegemônicos.

Lugones (2020) levanta o conceito de sistema moderno colonial de gênero (cruzamento de duas linhas de análise, sendo elas a investigação sobre gênero, raça e colonização com a colonialidade de poder de Quijano). A autora estabelece que caracterizar esse sistema com o recorte de gênero e raça é que nos permitirá “ver a imposição colonial em sua real profundidade e nos permitirá entender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo” (LUGONES, 2020, p.55).

Especialmente no caso do Brasil, o alcance destrutivo das dimensões coloniais encontra no mito da democracia racial um de seus mais potentes vetores. Já se havia levantado, na seção anterior, a questão de como a participação brasileira no grupo M/C dos anos 90 é inexistente. Isso não deve ser interpretado, porém, como se em nosso país não houvesse uma sólida trajetória de participações ativas na produção de saberes e projetos que poderiam ser denominados decoloniais.

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020) abordam que os ideais dos intelectuais negros brasileiros, por exemplo, não circulam no Atlântico Negro com a mesma intensidade e o mesmo alcance das ideias forjadas em outras localidades por conta, em parte, uma política de democracia racial que sufoca as manifestações desses intelectuais.

Sobre a democracia racial, Sueli Carneiro (2011) expõe que essa matriz ideológica motivou os processos de miscigenação racial no país com a finalidade de ocultar as desigualdades raciais. Se valendo do discurso do sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, nos diz como o maior efeito do mito da democracia racial no Brasil “tem sido manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos

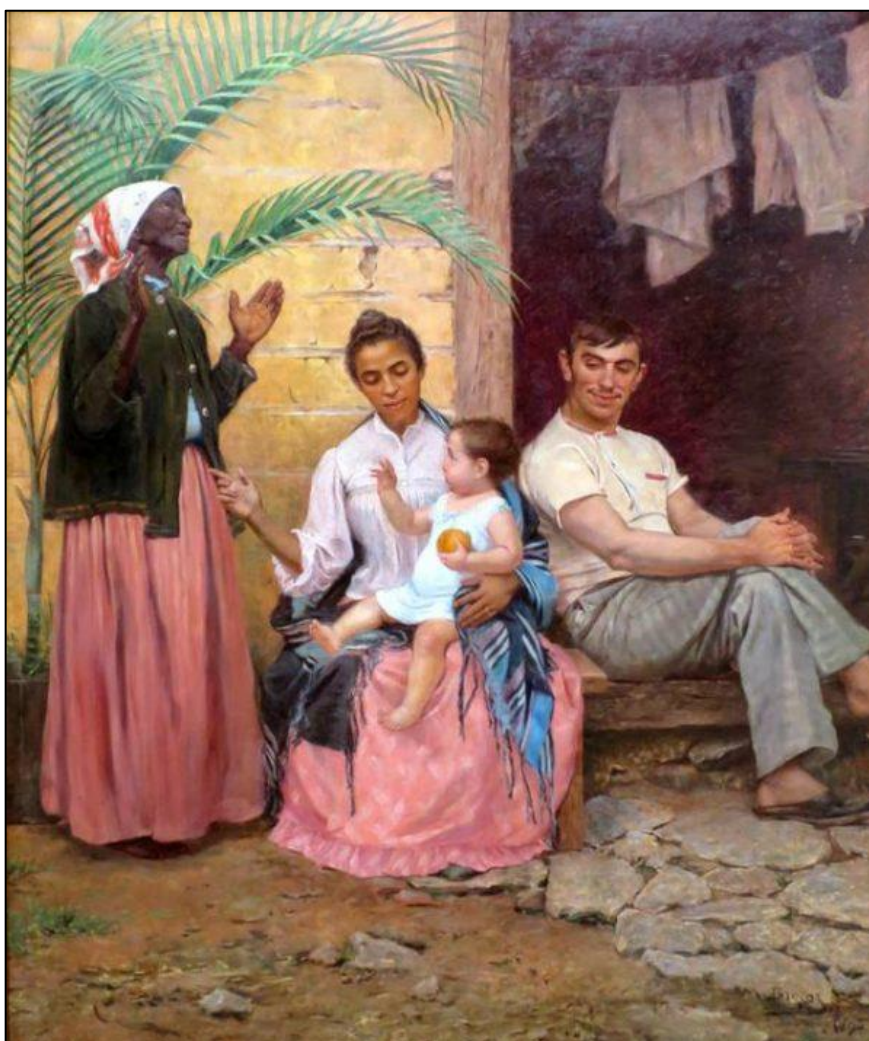
⁶ Parte deste texto foi submetido para compor um capítulo da obra “Estudos Críticos em Organização do Conhecimento” a ser publicada pela UNESP em conjunto com a *Universidad Carlos III* de Madrid.

limites às demandas do negro por igualdade racial” (HASENBALG, 1987, p. 80 apud CARNEITO, 2011, p. 17).

Além disso, por fundamentar a miscigenação da população brasileira, o mito racial atenua um “intercurso sexual” entre brancos, indígenas e negros omitindo que, na verdade, o que houve foi o estupro colonial das mulheres indígenas e negras. Dessa realidade, acentua-se o embranquecimento do país. Tal processo é sintetizado na obra do pintor espanhol Modesto Brocos, “A Redenção de Cam”, de 1895.

Considerada a mais reacionária e preconceituosa pintura da Escola Brasileira, A Redenção de Cam representava o sentimento predominante no Brasil no período pós-escravidão: “um Brasil branco em 100 anos”. Era o que o médico e diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda defendeu no Congresso Universal das Raças, em 1911 (SCHWARCZ, 2007).

Figura 2: A Redenção de Cam



Fonte: EDUSP, 2018.

A pintura nos mostra, à esquerda, uma mulher da terceira geração: uma negra retinta escravizada. Sua filha, ao centro da tela, é representada por uma mulher negra não retinta, provavelmente fruto de um estupro. Seu marido senta-se ao lado, representando o imigrante europeu com quem a moça teve um filho e o segura em posição de Maria. A criança é pintada em posição de menino Jesus, o redentor da raça humana e a avó, a negra retinta, eleva as mãos aos céus em gratidão.

A Redenção de Cam é retrato cuidadoso de um projeto de limpeza de uma raça que não ficou presa no 1895 sobre o apagamento da masculinidade negra e sobre o estupro e o embranquecimento das mulheres negras através dos processos de miscigenação. Posto isto, a obra é, também, representação de uma ruptura de gênero:

É digno de nota que, no marco de tal projeto, as duas personagens não-brancas em cena sejam mulheres: avó e mãe estabelecem uma oposição de cor evidente com relação à figura paterna e ao menino. Se o pai pode parecer estrangeiro, ou também afastado da natureza local - note-se que, numa alusão a progresso, construída pela metáfora do chão de pedra contra o de terra, ele pisa a parte pavimentada do solo e dá as costas para as demais figuras em cena - , mãe e filha fariam parte da mesma "cadeia evolutiva". Na medida em que o bebê e o pai podem ser vistos como brancos e do sexo masculino, parece haver na genealogia dessa família uma dupla ruptura: racial, mas também de gênero. Se é verdade que o movimento percorrido pela obra vai do negro ao branco, em conformidade com as projeções de uma vertente do pensamento racista do período, que apostava no branqueamento, é possível pensar que o quadro tem gênero definido : uma vez que o futuro racial da família em cena é um menino branco, o quadro procura exprimir, através da configuração raça/gênero, um certo olhar masculino de cumplicidade entre cavalheiros, assentado no impulso a confirmar a paternidade (branca) da criança. Além disso, a tela privilegia uma mestiçagem ordenada pelo par mãe negra/mulata e pai branco - e não o contrário, o que coloca a figura masculina no papel de elemento definidor do processo (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p.5).

O impacto nos imaginários da população negra brasileira dentro desse espectro é que, quanto mais próximo do fenótipo cromático branco, melhor. Os indivíduos que configuram tal escala e se distanciam do negro retinto acabam por terem sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo; não sabem mais o que são, ou, simplesmente, não desejam ser o que são (CARNEIRO, 2011). O processo de miscigenação e o mito da democracia racial tem sido fortes dispositivos de fragmentação da identidade negra, sobretudo da mulher negra brasileira.

Se, para Simone de Beauvoir (1980) a mulher tem sua definição a partir do homem, comparando-se a um objeto que foi construído como “o outro”, para Grada

Kilomba (2019) a mulher negra é “o outro do outro”. Isto é, nos debates sobre racismo, os sujeitos são os homens negros, ao passo que nos debates sobre gênero os sujeitos são as mulheres brancas. É como se as mulheres negras estivessem invisíveis, ocupando um espaço vazio, de esquecimento. Nesse contexto, vamos ao encontro do pensamento de Djamila Ribeiro (2020) quando propõe que pensar um feminismo negro é refletir sobre “novos projetos e marcos civilizatórios para que pensemos um novo modelo de sociedade” (RIBEIRO, 2020, p. 14).

Em 1988, Lélia Gonzalez já problematiza que as conquistas do movimento feminista, como as discussões em torno do conceito de capitalismo patriarcal, de sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. falharam em levantar também as discussões sobre a discriminação racial. A questão racial, “esquecida” no discurso feminista latino-americano, apresenta um histórico intrínseco às sociedades hierárquicas que emergiram do cenário de colonização ibérica.

De acordo com Lélia, Portugal e Espanha tiveram uma formação histórica fortemente hierárquica, culminando com um tipo de estrutura que não abria espaço para o conceito de “igualdade”, principalmente em relação aos grupos étnicos, como os mouros e os judeus. Herdeiras históricas desta ideologia, as sociedades latino-americanas se desenvolveram de forma estratificada, o que garantiu, no contexto racial e igualmente no contexto sexual, a superioridade dos homens brancos como grupo dominante.

Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Precisamente porque esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020, p. 132).

Angela Davis (2016) nos mostra como, no cenário dos Estados Unidos, o movimento sufragista se opunha ferrenhamente ao sufrágio negro, acabando por reproduzir o racismo dentro do movimento feminista. No século XIX, a conquista do espaço público pelas feministas brancas norte-americanas delegou às mulheres negras e imigrantes as obrigações de suas tarefas domésticas, o que acabou por naturalizar e reproduzir a exclusão e relações de dominação de classe no movimento feminista.

No Brasil, movimentação parecida é narrada por Sueli Carneiro (2011), quando a filósofa expõe como as mulheres negras assistiram à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. “Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (CARNEIRO, 2011, p. 121). Ribeiro (2020) assinala que a negação da temática negra no movimento feminista hegemônico, tratada como subitem da questão “geral” da mulher, acarretou no esquecimento de potentes vozes que demoraram muito tempo para finalmente serem ouvidas.

A problematização acerca da recusa em reconhecer as questões raciais dentro do movimento feminista encontra eco nas teorias decoloniais, em especial quando estas abordam sobre o conceito de universalismo abstrato. Esse universalismo abstrato se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, esconde seu lugar de enunciação transpassando um caráter pretensiosamente neutro, como já abordado anteriormente. Em outras palavras, uma abordagem desse tipo assume um caráter impessoal: separa-se o sujeito do contexto, do objeto, generalizando os discursos a fim de se fazer emergir uma “voz universal”, na qual não existem diferenças.

Um exemplo: transplantado ao cenário de lutas feministas, o universalismo se enxerta na noção da igualdade reivindicada. Entretanto, o anseio das mulheres em serem reconhecidas cidadãs assim como os homens é impossível de configurar-se neutro, uma vez que “a própria ideia de cidadania foi construída tomando por base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe” (MIGUEL, 2014, p. 64).

Podemos assumir que desta abordagem universalista irradia o risco de se obliterar as perspectivas das mulheres em todas as suas intersecções: de raça, orientação sexual, identidade de gênero. Assim que muito mais importante é levar em conta que “a diferença que se associa à igualdade é aquela que permite a livre expressão das individualidades, não a que aprisiona indivíduos e grupos em posições estereotipadas” (MIGUEL, 2014, p. 77).

A recusa à universalização do masculino, ou do branco, através da valorização e aceitação das diferenças e da pluralidade é importante para evitar a aceitação acrítica de um conjunto de valores vinculados às relações de dominação. Nesse

sentido, Carneiro (2011) também ressalta como tem sido justamente a consciência da exclusão que determinou a aliança de mulheres negras no combate ao racismo e sexismo, resultando em participações políticas de resistência que visam a superação da inferioridade social que o racismo produz.

A antropóloga dominicana Ochy Curiel (2009) acrescenta ao debate ao afirmar que a colonialidade permeou o feminismo e que fez com que as mulheres do terceiro mundo fossem representadas como objetos e não como sujeitos de sua própria história, originando uma alegoria que as coloca no "fora" e não no "através" das estruturas sociais, sempre vistas como vítimas e não como importantes experiências de resistência e produção de conhecimento válido.

Retomando a autora citada na epígrafe que inaugura esta pesquisa, Carolina Maria de Jesus tem uma trajetória muito conhecida pelas mulheres negras: o esquecimento. Após o sucesso que o clássico "Quarto de Despejo: diário de uma favelada" (1960) teve nacional e internacionalmente, a poetiza que outrora coletava reciclados na favela do Canindé se viu sendo prestigiada em eventos artísticos, políticos, acadêmicos e conhecendo a elite cultural paulistana.

Entretanto, o prestígio seria efêmero. Assim que tenta lançar sua segunda obra, "Quarto de Alvenaria; diário de uma **ex-favelada**" (1961), Carolina é aconselhada a parar de escrever e começa a passar pelo processo de esquecimento, falecendo na periferia de Parelheiros, esquecida pelo público e pela imprensa (PERES, 2016). O que fica claro na história de Carolina Maria de Jesus é a insistência da elite em construir um estereótipo das vidas negras, insistindo em limitá-las a um quarto de despejo.

Por isso é preciso reafirmar que a trajetória de intelectuais negras e indígenas historicamente sempre esteve dedicada a demonstrar o lugar de enunciação em suas produções. Essa política de identidade foi a ponta de lança contra as políticas da universalidade, das generalizações, do monolítico, do etnocêntrico como heranças da modernidade e da colonização.

Poderíamos, assim, citar o ativismo de personalidades como Tuíre Kayapó, Sônia Guajajara, Hushahu Yawanawa, Renata Tupinambá, Célia Xakriabá, Dandara, Antonieta de Barros, Márcia Rocha, Erika Hilton, Alzira Rufino, Sueli Carneiro, Cida Bento, Jurema Werneck, Adriana Barbosa; as produções de Eliane Potiguara, Aline Rochedo Pachamama, Telma Pacheco Tremembé, Márcia Wayna Kambeba, Lia Minapóty, Vângri Kaingáng, Graça Graúna, Virgínia Bicudo, Cidinha da Silva, Carolina

Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Roberta Estrela D'alva, Mel Duarte, Geni Guimarães, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Amara Moira, Kika Sena, Ruddy Pinho, Letícia Lanz.

Estas, além de tantas outras mulheres, cis e trans, negras e indígenas brasileiras são as expoentes de nossa trajetória decolonial, que pavimentaram as veredas que nos permitem hoje nos distanciar da via única imposta pela colonialidade. Outro exemplo dos mais expressivos desse movimento de resistência está nas produções de Lélia Gonzalez.

Irreverente, a intelectual nos mostra em muitas de suas produções como sempre confrontou o paradigma dominante se utilizando de uma linguagem que não obedece às regras da gramática normativa, reforçando sua proposta com a decolonização do conhecimento. Gonzalez (1984) também reflete sobre a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo e critica a insistência das ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar importância à realidade das mulheres de países colonizados.

Tal realidade contribui com o afastamento de muitas mulheres de grupos étnicos explorados e oprimidos do movimento feminista e, como pontua bell hooks, é preciso recuperar, reforçar e manter o significado político positivo deste movimento (hooks, 1984).

Na esteira desta discussão, a pensadora boliviana Julieta Paredes (2010) nos narra um exemplo sobre como as mulheres indígenas da comunidade aimará tinham ressalvas em relação a se denominarem feministas. Ao invés disso, elas utilizavam o termo *Q'amasa Warminanaka*, que significa "a força das mulheres", na linguagem Ayamara. No entanto, Paredes encontra refúgio na abordagem decolonial para além da carga histórica que o termo feminismo isoladamente carrega.

Em entrevista ao grupo de pesquisa ¡DALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, Paredes (2019) compartilha que a iniciativa de reconceituar o feminismo, o patriarcado e o gênero como forma de construir uma proposta descolonizadora a partir de seus povos foi o que originou o Feminismo Comunitário:

Por isso, nós falamos de comunidade e da comunidade de comunidades, nós não nos definimos antipatriarcais, nem anticapitalistas, nem anticoloniais. Por quê? Assim estaríamos reforçando o colonial, o patriarcal. Não... Nós temos que buscar nos definir com base na nossa proposta e não com base no que lutamos contra e queremos destruir. Para que vamos reedificá-los? O que

necessitamos é pensar melhor sobre o que é nosso. É a partir do coração que devemos falar. Por que lutamos? Pela comunidade. O que queremos? Uma comunidade de comunidades (PAREDES, 2019, p. 30, tradução nossa).

Assim, vamos ao encontro do sugerido pela filósofa Yuderkys Espinosa Miñoso: “enfrentar o monstro” e repensar conceitos básicos da teoria feminista frente a um contexto que cada vez mais aflora a importância das abordagens decoloniais. No cenário da produção de conhecimento, Hollanda (2020) aborda como as questões coloniais já tem se configurado prioritárias na agenda feminista. Para a autora, as *contraepistemologias* delineadas pelas intelectuais latino americanas impulsionam o enfrentamento ao império cognitivo europeu e norte-americano, uma vez que a abordagem decolonial propõe revisar e refletir sobre as teorias feministas eurocentradas (HOLLANDA, 2020). Tal abordagem é imensamente necessária, pois reforça o entendimento de que o aspecto gênero não deve ser abstraído do contexto social e de outros sistemas de hierarquia.

Frente a este panorama, é visível como o enfoque feminista nas discussões decoloniais anuncia sua contribuição na reestruturação de uma sociedade, de uma política, economia, cultura e formas de produção de conhecimento que não se conformam com o imperativo da colonialidade. Não se trata de impor a tecitura de uma nova epistemologia, mas sim de colaborar para a discussão e se aproximar dos ideais de um feminismo que seja efetivo na construção de um modelo alternativo de sociedade, um feminismo decolonial.

Na seção seguinte, são abordadas as iniciativas informacionais que partem do mesmo desejo, da mesma luta, da mesma insubordinação que os estudos decoloniais e feministas decoloniais, e que fornecem reflexões sobre esses aspectos no âmbito da Organização do Conhecimento.

2.3 A decolonialidade na Organização do Conhecimento: diálogos entre Hope Olson, Antonio García Gutiérrez e Clare Beghtol

Vários autores tem se dedicado a adotar uma postura crítica frente aos processos, serviços e produtos que a OC produz, de forma a contribuir para uma postura cada vez mais emancipatória e contra-hegemônica. Entre os autores, Hope

Olson tem ganhado destaque nesse contexto com sua análise vigilante, focada nas suposições do que a OC aceita como sabedoria convencional. Através do estudo de domínios como feminismo, filosofia, teorias da classificação, práticas biblioteconômicas, entre outros, Olson investe na tentativa de encontrar uma lente conceitual por meio da qual seja possível repensar nossas práticas e relações com as tecnologias informacionais (KWAŚNIK, 2016).

Em sua obra *The Power to Name: Representation in Library Catalogs* (2001), a autora fala sobre como as diferenças de religião, sexo, gênero, idade, etnia, entre outras, têm sido limitantes no que concerne às práticas de recuperação da informação. Isso significa que um usuário que se identifica com essas “diferenças” provavelmente enfrentará dificuldades na recuperação de informações que sejam do seu nicho de necessidade, uma vez que divergem dos tópicos “convencionais”. Embora esse seja um problema sistêmico, ele é também passível de mudança.

Olson (2001) se dedica à análise da suposição de que linguagens universais são necessárias e desejáveis na nomenclatura de informações quando dos processos de recuperação. No processo de criação de representações dos documentos, termos e notações que representam a ideia geral dos documentos são listados e armazenados em bases de dados, como nos catálogos. Assim, o profissional da informação assume-se em um papel de personagem “neutro” que faz o intermédio entre usuários e informações, sem perceber que “suas teorias, modelos e descrições são tão presunçosos e controladores quanto a construção e contenção da natureza pelos cientistas” (OLSON, 2001, p. 640).

O primeiro exemplo da problemática adoção de uma linguagem universal nos processos de representação da informação aparece no discurso do bibliotecário Charles Cutter. Olson (2001) ressalta que, ao focar seu método de classificação a partir da conveniência da comunidade, a adoção do termo “comunidade”, no singular, sugere a desconsideração de todos seus membros, pois propõe “uma parte específica da humanidade que compartilha interesses culturais, sociais ou políticos. Essa comunidade idealizada exclui indivíduos e grupos que não compartilham seus interesses” (OLSON, 2001, p. 643). Baseando-se em Spivak, a autora ainda reforça o caráter público enquanto construído a partir do singular, sendo incoerente a tradicional concepção binária de oposição que se tem entre os termos.

Adiante, Olson (2001) exemplifica a problemática da classificação de Cutter na prática, ao analisar a lista de cabeçalhos de assuntos da *Library of Congress Subject*

Headings (LCSH) que adota tal metodologia. A LCSH é construída a partir da linguagem utilizada pelos autores publicados na biblioteca, ou seja, todo o seu corpus terminológico se estabelece com base na garantia literária das obras publicadas sobre os mais diversos tópicos. Tal fator denuncia uma cruel realidade exemplificada com a utilização do termo “Mulheres”. De acordo com Olson (2001), autores que escrevem sobre pessoas superdotadas, por exemplo, focam na representação masculina sem se preocupar em necessariamente explicitar tal enfoque, ao passo que autores que se dedicam a falar sobre mulheres superdotadas têm de problematizar a questão de gênero em primeiro plano. Ou seja, para a linguagem da LCSH, livros sobre homens superdotados acabam se tornando a norma, o padrão, a regra, refletindo como a cultura dominante dos homens objetifica as mulheres a objetos de estudos uma vez que obras são escritas sobre elas, mas não por elas.

Enquanto a linguagem universal está implícita em Cutter, Melvin Dewey advoga o universalismo de forma clara em seu sistema de classificação decimal, a fim de neutralizar as “confusões” advindas das variedades de linguagens e expressões, o que ele chama de “caos”. Tal abordagem sugere que, para encontrar o significado das coisas é preciso de uma ordem. Assim, o caos, o diferente, o diverso, se reflete na classificação de Dewey de forma circunscrita, limitado a apenas uma categoria, quando se quer mencionado. O exemplo a seguir aborda a classe 800 na CDD, dedicada à categoria de literatura:

- 810 Literatura americana em inglês
- 820 Literaturas em inglês e inglês antigo
- 830 Literaturas de línguas germânicas
- 840 Literaturas de línguas românicas
- 850 Italiano, Romeno, Reto-Românico
- 860 Literaturas espanholas e portuguesas
- 870 Literaturas itálicas latinas
- 880 Literaturas Helênicas Grego Clássico
- 890 Literaturas de outras línguas

Olson (2001) aborda como Dewey, ao restringir o conhecimento do universo em dez categorias, acaba criando anomalias como a expressa na classe 800. Muito embora existam mais do que nove famílias linguísticas, como as “eslavas, celtas,

asiáticas, africanas, aborígenes americanas e muitas outras” (OLSON, 2001, p. 651), toda essa variedade se vê disposta num mesmo grupo, como se compartilhassem as mesmas origens ou como se não merecessem ocupar uma classe inteira que se dedicasse estudá-las à exaustão.

A saída apontada pela autora que poderia nos distanciar dessa abordagem universalista que exclui as diferenças e influencia nos processos de recuperação da informação, não envolve criar outros padrões de gerenciamento de informação tampouco envolve continuar lutando contra o outro, contra o diferente ou contra o caos, mas sim criar uma relação com ele.

Nesse sentido, adotar adaptações nos sistemas classificatórios em curso e utilizar as tecnologias de formas subversivas podem ser alternativas que garantem abertura para um diálogo com as partes que foram historicamente excluídas.

Olson (2001) aborda como medidas flexíveis, que combinem a rigidez de vocabulários controlados com a liberdade de textos livres nos registros bibliográficos, por exemplo, são combinações poderosas que descentralizam o poder, uma vez que “nós que estamos dentro das estruturas de informação devemos criar buracos em nossas estruturas por onde o poder pode vaziar” (OLSON, 2001, p. 659).

Outros estudos de Olson merecem destaque, como a obra *How We Construct Subjects: A Feminist Analysis* (2007), que apresenta uma crítica sobre as estruturas de conhecimento existentes, especialmente as hierárquicas. Para a autora (2007), a própria natureza das hierarquias sugere um elemento superior no ápice da pirâmide, fruto do pensamento aristotélico que postula a “naturalidade” de se enquadrar os fenômenos do mundo em categorias.

Ademais, tal elemento superior é quase sempre representado como masculino, o que, além de implicar na omissão do feminino, abre margem para uma cadeia de sugestões preconceituosas (OLSON, 2007). Se utilizando novamente da LCSH, Olson nos traz o exemplo dos cabeçalhos de assunto:

Existem cabeçalhos para “Mulheres com doenças mentais”, “Crianças com doenças mentais” e “Idosos com doenças mentais”, mas não para “Homens com doenças mentais”. Existem cabeçalhos de assuntos para “Ética sexual para mulheres”, “Ética sexual para adolescentes” e “Ética sexual para jovens”, mas não para “Ética sexual para homens” (OLSON, 2007, p. 520).

De acordo com a autora, essas omissões são resultantes típicas de uma lógica de generalização de tópicos considerados abrangentes. Ao adotar uma abordagem

feminista quando da análise crítica dos SOC e como eles operam, Olson (2007) põe a nu a forma como a lógica e a racionalidade são descritos em termos exclusivamente masculinos. Uma alternativa a fim de sanar esse problema é explorada em sua obra *Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH* (2000).

Mais especificamente, Olson (2000) sustenta o potencial da LCSH quando aliada ao conceito pós-colonial de Terceiro Espaço, elaborado por Homi Bhabha. Ao postular que “O pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o eu e o você (...)” (BHABHA, 1994, p. 36), o teórico pós-colonial indiano sintetiza a descrição do Terceiro Espaço: para que haja efetiva interpretação entre os dois extremos de uma conversa, falante e ouvinte, é preciso considerar o espaço, o contexto, o tempo e tudo o mais que está no meio termo entre eles e que molda o significado das declarações. Assim, os SOC em geral e a LCSH mais especificamente, podem ser consideradas como um Terceiro Espaço, uma vez que se configuram como intermediárias entre os documentos originais e os usuários.

Nesse sentido, Olson (2000) passa a considerar a LCSH como uma ferramenta ambivalente e o mesmo entendimento pode ser estendido a todos os produtos e serviços que lidam com a informação: os vocabulários controlados buscam um alcance universalmente aplicável, mas, ao mesmo tempo, estão em constante adequação e revisão, uma vez que o universo que representam também muda.

Olson (2000, 2001, 2007) nos mostra como a construção de padrões que dominam a OC se baseiam na consistência, ou seja, se baseiam em um fator determinante para manter os integrantes de uma categoria dentro de seus limites sem sobreposições, sendo que nem sempre o próprio caminhar do mundo segue esse padrão bem delineado. A autora (2001) clama pela natureza de culturas que se mesclam e se entrelaçam na constituição de suas estruturas do conhecimento⁷, como muitas culturas indígenas, que baseiam sua compreensão do universo em um círculo

⁷ As concepções de mundo hierárquicas se relacionam com aquelas que partem de apenas um ponto para o resto, do "Um" para se chegar à pluralidade, denunciando uma visão linear. Embora a hegemonia cristã tenha difundido esse pensamento, ele já estava presente em Parmênides, filósofo grego que ia na contramão do politeísmo na Grécia, por volta dos anos 400 a. c., ao defender um único ser como criador de todas as coisas. Divergente desta abordagem, o exemplo dos astecas se alinha com o que Olson diz sobre o entrelaçamento (e não linearidade) nas estruturas de conhecimento: “Além de todo mito, a razão asteca afirmava, como o absoluto e eterno de tudo, não ao "Um", mas ao "Dois" (*Ome*). Na origem, no décimo terceiro céu, estava o "lugar da Dualidade" (*Omeyocan*) onde residia a "Dualidade Divina" (*Ometeotl*) ou simplesmente "Dualidade" (*Oméyotl*). Não foi como para Hegel, primeiro o Ser e o Nada e, em segundo lugar, por devir ou movimento, o Entidade (*Dasein*). Para os *tlamatinime*, a origem já é co-determinada (*inámic* significa "compartilhar"), na forma metafórica de uma "mulher homem" (DUSSEL, 1994, p.115).

ao invés de uma hierarquia e como o *feng shui* taoísta chinês, que busca o equilíbrio tanto com dois elementos, *yin* e *yang*, quanto com os quatro animais celestes, com as oito direções de bússola e os cinco elementos básicos, fundamentações estas que foram desenvolvidas em grande parte antes da era cristã.

Estas abordagens nos possibilitam reflexões sobre a importância de alternativas que abarquem a pluralidade, transformando modelos rígidos e universais de representação da informação em soluções que foquem nos relacionamentos, nos elementos culturais de cada contexto e na necessária aceitação da ineficácia de modelos universais.

Outro autor que exerce substancial contribuição para os estudos decoloniais é Antonio García Gutiérrez que, ao propor a desclassificação, admite o confronto com posições conservadoras e autoritárias quando das práticas de organização do conhecimento. Em poucas palavras, a desclassificação seria a introdução do pluralismo na lógica central dos processos de classificação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011). O autor foca em um diálogo entre conhecimento, linguagem, culturas e tecnologias na defesa da desclassificação não enquanto ação automática, mas sim metacognitiva, pois “em cada ação do classificador, requer uma consciência completa da incompletude, do preconceito e da subjetividade explícita” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 10). Não se trata, entretanto, de negar a classificação, mas apenas de adotar uma postura crítica, não essencialista e plural.

Nesse sentido, contestar o termo multiculturalismo é de notável relevância. O multiculturalismo pode ser entendido como a “coexistência de culturas diversas no espaço de um mesmo estado-nação” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 8 apud COLAÇO, 2012, p. 94), sendo que o caráter da diferença é o ponto marcante deste conceito. A problemática está no fato de que a identificação de várias culturas requer um ponto de partida e isso transforma os diferentes em “outros”, mesmo problema da visão colonial (segregar os diferentes a partir de um ideal, um ponto zero) e, assim, acaba encobrindo a colonialidade (COLAÇO, 2012).

A trajetória das novas formas de poder colonial exercidas, sobretudo, na América Latina denuncia como um discurso voltado para o diferente, para o variado, para o multicultural é justamente um discurso que deixa intacta a estrutura que constrói e perpetua as diferenças. Um dos exemplos está na lógica do mercado, em que empresas transnacionais se utilizam do discurso de “inclusão” para contratar pessoas negras, mas restringem sua participação aos cargos mais baixos:

Por esta razão, vários autores alertam que por trás das novas políticas latino-americanas de reconhecimento e inclusão, joga-se uma nova lógica cultural do capitalismo global, uma lógica que tenta controlar e harmonizar a oposição com a pretensão de eventualmente integrar povos indígenas e negros dentro do mercado (WALSH, 2002, p. 2, tradução nossa).

Em oposição ao multiculturalismo, a opção de uma ética transcultural na mediação da informação é o que poderia fornecer uma garantia cultural (e não mais literária, como veremos mais adiante com Clare Beghtol) na representação do conhecimento (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002). O autor defende, então, que o fator transcultural é produto do diálogo democrático e permanentemente aberto entre distintas posições políticas, culturais, discursivas, etc.

Assim, a desclassificação e a ética transcultural de mediação de informação se interligam no ofício de reinserir o caos, a assimetria, o pluralismo nas práticas de organização do conhecimento, uma vez que o próprio conhecimento não se constitui de conceitos sólidos. Na visão de García Gutiérrez (2013) os conceitos são:

[...] sedimentos efêmeros e excepcionais de significado, com uma longa trajetória histórica, cognitiva e cultural, na qual uma determinada intenção inflige um corte tomográfico que impede seu fluxo e fuga naturais. Esse tribunal é essencialmente responsável por uma limpeza semiótica que evita links para histórias sombrias de conceitos traçados em genealogias inextricáveis (GUTIÉRREZ, 2013, p. 95).

Com essa perspectiva, García Gutiérrez (2013) recorre a um conhecimento que não se vale apenas de “indicadores inquestionáveis” como consistência, racionalidade, organização, mas que igualmente valoriza os saberes de lugares de exílio, que envolvem incerteza, subalternidade, aleatoriedade e ambiguidade. Nesses cenários, a consistência que tanto assenta a lógica do conhecimento se mostra uma construção incapaz de ser aplicada em todas as situações, sendo mais relevante considerar uma postura de paraconsistência. Isto é, não se trata optar pela ordem ou pela desordem, mas de conceber nossos princípios lógicos em um regime de superposição e paradoxo, quebrando a coerência das oposições.

A desclassificação, o transculturalismo e a paraconsistência configuram no discurso de García Gutiérrez como opções que nos guiam para um outro percurso de produção e circulação de saberes e para uma defesa sobre como deveríamos nos relacionar com as tecnologias de controle da informação, que têm se configurado

influentes dispositivos de disseminação e manutenção do projeto epistêmico ocidental.

García Gutiérrez e Martínez-Ávila (2014) discorrem sobre o cenário atual das bases de dados e sistemas de informação de massa, que se caracterizam como repositórios digitais das narrativas do mundo e se vêm perante o desafio de armazenar conteúdos que são produzidos de forma cada vez mais frenética, o que pode acarretar em um crescimento exponencial e conseqüente saturação e colapso.

Consoante aos discursos apresentados de Hope Olson e García Gutiérrez, os esforços de Clare Beghtol demarcam seu compromisso inabalável de explorar novas abordagens para a organização do conhecimento. Beghtol (2002) acrescenta à discussão a noção de hospitalidade cultural ao considerar que os instrumentos que facilitam o acesso à informação deveriam abranger variadas linguagens e abordagens culturais. Assim, a autora analisa como a globalização está intrinsecamente ligada à propagação das tecnologias, provocando novos dilemas éticos.

Por serem sistemas que atuam como ponte entre os usuários e a informação, em semelhança com o Terceiro Espaço de Homi Bhabha invocado por Olson, seu potencial não se limita apenas à transposição de barreiras geográficas, culturais, sociais, linguísticas, etc., mas também à transposição de domínios como códigos de catalogação, tesouros, ontologias, taxonomias e sistemas de classificação (BEGHTOL, 2002).

Beghtol (2002) dirige sua atenção para a necessidade desses sistemas em adotarem uma garantia cultural a fim de se embasarem na realidade a que se destinam e, assim, enaltecer a urgência de adaptação de metodologias e técnicas que respeitem a OC em toda sua pluralidade.

O conceito de cultura tem sido usado em muitos campos com muitas ênfases e nuances de significado diferentes. Em geral, a cultura abrange os vários valores, crenças, histórias e atividades compartilhadas por um grupo coeso de pessoas. Esta ampla descrição da cultura significa que, no contexto deste artigo, a cultura de um usuário pode ser relativamente ampla (por exemplo, uma cultura nacional, religiosa ou étnica) ou relativamente limitada (por exemplo, uma disciplina acadêmica, artística ou institucional). (...) cultura é um termo que implica a existência de um grupo de pessoas que tem interesse na continuação de seus vários valores, crenças, histórias e atividades comuns compartilhadas (Moody-Adams, 1994, pp. 292-293) (BEGHTOL, 2005, p. 904).

Pinho (2006) versa sobre essa garantia cultural enquanto a admissão de que os indivíduos em diferentes culturas se utilizam e necessitam de diferentes tipos de informação em contraposição ao termo “garantia literária”, de Hulme (1911). Isso porque a garantia literária é definida em situações em que “qualquer termo que represente um conceito é garantido apenas se um texto em forma de livro tiver sido demonstrado que existe, e o teste de validade [do termo] é constituído pelo nível de precisão com que descreve a área temática associada à classe” (HULME, 1991, p. 447 apud BARITÉ, 2007, p. 2).

Beghtol (2005) propõe uma extensão dessa visão essencialmente documental de garantia literária. A garantia cultural se apresenta, portanto, como uma perspectiva que também abarca a ótica dos usuários e os fatores culturais, sociais, linguísticos, espaciais e outros domínios, de forma que possa ser adaptado conforme contexto de aplicação.

A partir da análise da Classificação Facetada de Ranganathan, Beghtol (2008) encara as contribuições do indiano em conjunto com as narrativas do século XXI com entusiasmo. O eixo semântico das pesquisas em Classificação Facetada munido das percepções sobre garantia cultural, ou hospitalidade e garantia semântica dos sistemas de classificações (conforme adaptação orientada do termo), carregaria potencial de “revelar uma fusão entre gramática e significado na teoria de classificação com base nos princípios das facetas” (BEGHTOL, 2008, p. 143).

Na tentativa de estendermos as discussões sobre decolonialidade e feminismo decolonial nos estudos informacionais, reunimos alguns trabalhos que traduzimos como expoentes dessas abordagens no âmbito da academia brasileira. Portanto, apresentamos a seguir um levantamento dos agentes epistêmicos em decolonialidade na Ciência da Informação.

2.4 Levantamento dos agentes epistêmicos em decolonialidade na Ciência da Informação brasileira

Como já vimos anteriormente na seção 2.2, no que tange à participação brasileira nos estudos decoloniais é significativo não haver a presença de nenhum teórico do Brasil entre os integrantes do grupo M/C, assim como não há, nessas

produções, ampla discussão sobre os impactos da mais longa e duradora colonização europeia em território brasileiro. Dessa forma, o “Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana” (BALLESTRIN, 2013, p. 112).

Partindo do entendimento previamente abordado sobre a importância do lugar geopolítico do sujeito e seu locus epistêmico de fala no delineamento de um pensamento verdadeiramente decolonial, selecionamos aqui os estudos que se dedicam às investigações relativas às questões raciais, étnicas, de gênero, de sexualidade, de religiões fora da matriz ocidental cristã e que se lançam à construção de uma análise crítica ao que Grosfoguel (2020) chama de sistema-mundo capitalista/patriarcal/ocidental-cêntrico/cristão-cêntrico/moderno/colonial.

Assim, esta seção se dedica a abordar os teóricos brasileiros que tem se lançado sobre as discussões que transcendem a colonialidade nas epistemologias brasileiras em Ciência da Informação. São contribuições que reivindicam um lugar de fala insubmisso às formas de produção de saberes que se aliam a construções discursivas preconceituosas e deslegitimadoras do protagonismo brasileiro na luta contra as forças coloniais.

O enfoque na produção desses atores é devido, pois concordamos com Almeida (2006) quando ele aborda da CI enquanto

[...] produto da atividade humana que está sendo construído pelos agentes sociais (pesquisadores, profissionais, instituições de ensino e fomento, associações profissionais e científicas estados e instituições multilaterais) envolvidos com o ensino, a pesquisa e as práticas de organização e recuperação da informação (ALMEIDA, 2006, p. 170).

Neste recorte, merece destaque a ação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições – FEBAB que, em abril de 2020, criou o Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades. Tal ação permitiu ampliar as discussões que promovem a diversidade étnico-racial por intermédio do acesso à informação e às bibliotecas. A fim de garantir reflexão sobre a decolonização do ensino e prática em Biblioteconomia, as ações do referido GT englobam: Elaboração de materiais didáticos, formação, aplicação de estudos e ações regionais, Estabelecimento de redes de profissionais e intervenção social.

Igualmente relevante para a CI foi a criação, em 2021, do 12º Grupo de Trabalho da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação

(ANCIB), intitulado “GT 12: Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades”, que demarca um grande avanço para os estudos decoloniais na CI e promove manutenção das discussões de gênero, raça e sexualidade.

Não podemos deixar de citar aqui também o evento intitulado “Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas”, ocorrido em outubro de 2020, enquanto iniciativa que se destinou a diagnosticar caminhos de condução de uma construção epistemológica tão rica quanto inclusiva de saberes e identidades sociais também diversificada, observando níveis de desenvolvimento de conhecimentos sistematizados e não sistematizados.

Também apontamos oito grupos de pesquisa que, após análise de suas descrições no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil da plataforma Lattes/CNPQ, se destacam pelas ações de incentivo à pesquisa das questões correlacionadas à decolonialidade. Mais à frente no texto, iremos abordar os trabalhos relevantes de um líder de cada um desses oito grupos.

São eles: Grupo de pesquisa ALAYE - Laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais (líder: Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério, Universidade Federal de Goiás/UFMG); Grupo de pesquisa ECCE LIBER: Filosofia, linguagem e organização dos saberes (líder: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBICT); Grupo de pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação (líder: Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP); Grupo de pesquisa Estudos Críticos sobre Ciência da Informação e Tecnologia (líder: Cristian Berrío-Zapata, Universidade Federal do Pará/UFPA); Grupo de pesquisa PRAGMA: Estudos Pragmáticos em informação (líder: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso, Universidade Federal de São Carlos/UFSCar); Grupo de pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento (líder: Profa. Dra. Suellen Oliveira Milani, Universidade Federal Fluminense/UFF); Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento para Recuperação da Informação (líder: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO); Grupo de pesquisa Organização e Representação do Conhecimento (líder: Prof. Dr. Fábio Assis Pinho, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE).

Ademais, selecionamos os trabalhos dos Doutores em Ciência da Informação que compõem o Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades (RERAD) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de

Informação e Instituições – FEBAB, sendo eles: Profa. Dra. Ana Paula Meneses Alves, Profa. Dra. Ana Claudia Borges Campos, Bibliotecário Edilson Targino de Melo Filho, Profa. Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva e Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva.

Partimos, então, para uma compilação das produções oriundas desses profissionais Doutores em Ciência da Informação que lideram os grupos de pesquisa mencionados e que compõem o GT RERAD da FEBAB como forma de propagar os esforços que se organizam contra as hierarquias epistemológicas e nos orientam a uma postura crítica quando dos estudos informacionais:

Ana Cláudia Borges Campos

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, possui experiência em diversas áreas como Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Planejamento em Unidades de Informação e Relações Étnico-raciais e a Informação.

Campos (2018) objetiva entender o contexto da tradição oral afro-brasileira e como essas narrativas são apropriadas nas comunidades afrodescendentes através de relatos no Estado do Espírito Santo, evidenciando a importância da oralidade na construção de identidade e na conservação da memória das comunidades locais.

Campos (2020) apresenta reflexões acerca da escassa participação de Filosofias Africanas nos fundamentos da Ciência Ocidental e como estudos pós-coloniais contribuem para o rompimento de um arcabouço teórico eurocentrado. Nesse contexto, a autora ainda nos chama atenção para o fato de que a Lei nº 10.639 de 2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", ainda tem um tímido avanço no cenário voltado à formação de bibliotecários.

Utilizando-se do método Servqual, Campos (2019) aborda a conexão entre o crescimento econômico regional, pesquisa, ensino e extensão quando do estudo trabalho de mulheres rendeiras de Marechal Deodoro, sinalizando a valorização da cultura alagoana e como a produção local dos povos e comunidades tradicionais tem muito a oferecer pelo território nacional.

Ana Paula Meneses Alves

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, é Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Alves e Vigentin (2013) abordam a responsabilidade do profissional da Ciência da Informação em assumir um papel de mediadores na inclusão social de comunidades historicamente excluídas. Em específico, os autores lançam um olhar na inclusão de pessoas com deficiência a partir do conceito de mediação da informação, relatando alguns aspectos teóricos sobre acessibilidade, inclusão e deficiência.

No ciclo de debates “Direitos Sociais das Mulheres na Sociedade Atual: Experiências Vividas”, Alves et al. (2018) registram a iniciativa a Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da UNESP Campus Araraquara e do Departamento de Sociologia em apresentar as discussões acerca da mulher na sociedade brasileira, seus direitos sociais, além de avaliar as violações de tais direitos.

Dando continuidade ao estudo, Alves et al. (2019) reafirmam a biblioteca como protagonista no estímulo as discussões sociais, culturais, de lazer, de preservação da memória e de construção do conhecimento, direitos e deveres para a cidadania através de diálogos entre mulheres e homens que participaram do projeto “Direitos Sociais das Mulheres na Sociedade Atual: experiências vividas”.

Carlos Cândido de Almeida

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista, é Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista e tem se dedicado as áreas de Epistemologia da Ciência da Informação, Semiótica, Comunicação, Organização da Informação, Organização do Conhecimento e Mediação.

Almeida (2006) realiza levantamento sobre as representações enquanto conhecimentos construídos socialmente por uma comunidade ou grupo de sujeitos do campo da CI brasileira para nos mostrar como o campo da CI esteve, desde sua origem, distante de nossa realidade nacional. Ao resgatar o pensamento de Bourdieu, o autor traça como os atores envolvidos no campo científico se organizam em torno de relações de lutas antagônicas: de parceria e competitividade.

O delineamento desse escopo é fundamental para entender como as ações dos pesquisadores e das instituições são responsáveis pela formulação de discursos que vão representar a realidade social da CI, ou seja, suas práticas podem resgatar pensamentos enraizados que são disseminados pela CI brasileira. Utilizando-se da técnica Discurso do Sujeito Coletivo da área, Almeida (2006) nos revela a forte influência da literatura inglesa na CI, uma vez que a instituição do nível de mestrado na área pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD na década de 1950 contava com professores majoritariamente ingleses e norte-americanos.

Através dos estudos de linguagem, Almeida (2011) nos diz sobre a importância de conhecer e avaliar as contribuições da Filosofia e Semiótica de Peirce para a área da Organização da Informação e do Conhecimento. Partindo da noção de que a linguagem é a condição da própria vida, o autor defende a dinâmica da produção do conhecimento em oposição a esquemas universais que desconsideram o modo como as pessoas envolvidas em um campo e em um dado contexto social organizam seu conhecimento.

A partir disso, Almeida (2016) aborda que, embora os estudos semióticos sejam formados por um pequeno grupo de especialistas e de trabalhos levantados, mostram-se qualitativamente consistentes e colaboram para a construção de uma vertente semiótica na CI brasileira.

Nesse contexto, Lima e Almeida (2019) abordam a lógica de como foram construídos os sistemas de classificação e de que forma eles silenciam conhecimentos relativos a pessoas negras, indígenas, ciganas, quilombolas, mulheres, homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, entre outros sujeitos subalternos que não se enquadram na estrutura eurocêntrica vigente e contribuem justamente com o discurso de uma narrativa única e generalizante.

Silva e Almeida (2018) abordam as limitações das representações dos saberes plurais quando do estudo da representação da religião brasileira Umbanda nos sistemas de classificação universal, como a CDD. Mais pontualmente, os autores trazem como, nas edições CDD22 e CDD23, a classe 200 - Religião é majoritariamente dominada por religiões cristãs.

Cristian Berrío-Zapata

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista, é Professor adjunto da Faculdade de Arquivologia e coordenador da Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) na Universidade Federal do Pará UFPA. Pesquisa na Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação problemas relacionados a discurso e poder na perspectiva Crítica, nas áreas de Exclusão Digital, Exclusão Digital de Gênero, Governo eletrônico e Informática Comunitária aplicada no campo da saúde pública e a agricultura familiar.

Berrío-Zapata et al. (2018) discorrem sobre a condição da mulher no cenário da América Latina na era da sociedade da informação e transformação tecnológica. Os autores visam explorar um campo pouco abordado sobre a história da exclusão digital das mulheres e como as políticas de gêneros nos países membros do BRICS tem potencial para se configurar como sede dos esforços que podem mudar a trajetória de subordinação das mulheres na sociedade e sua exclusão digital.

Berrío-Zapata et al. (2017) também se dedicam a explorar sobre os avanços tecnológicos e partem para uma análise sobre as consequências deste avanço nas formas de interação do sujeito com o mundo e, sobretudo, como aqueles que são excluídos do acesso à informação por conta de fatores econômicos, de infraestruturas, de limitações na educação e alfabetização informacional, são majoritariamente mulheres.

Nesse contexto, os autores (2017) falam do fenômeno *Digital Gender Gap* (lacuna de gênero digital) e como ele impacta diretamente no ingresso feminino em carreiras como engenharia e engenharia da computação, além de reforçar as condições sexistas no mercado de trabalho da indústria de informática.

Berrío-Zapata e Sant'Ana (2015a) adentram no pensamento do filósofo uruguaio Rafael Capurro para investigar o surgimento de uma ontologia digital na América Latina, perpassando questões como os conflitos entre a esfera global e a esfera local e a pressuposta neutralidade dos dispositivos digitais. Com esta movimentação, os autores buscam identificar elementos que subsidiem a construção de uma ética própria da ontologia digital emergente na América Latina, reforçando como uma educação de abordagem instrutiva, mas não formativa, distancia os

cidadãos das regiões fragilizadas do enfrentamento crítico às ontologias do sistema digital.

Aprofundando-se nas discussões sobre o projeto da Sociedade da Informação, Berrío-Zapata et al. (2015b) analisam a ligação entre o contexto do mandato de Bill Clinton nos EUA e a propagação de um discurso que reforça a brecha digital como uma doença que impede o mundo de progredir, discurso este que é potente tendo em vista que parte de “uma concepção política e ideológica universalizada pelos países que criaram e dominam a tecnologia informática que, por sua vez, está alinhada à ordem industrial capitalista Pós-Fordista” (BERRÍO-ZAPATA et al., 2015, p. 86).

Os autores (2015b) concluem como discursos determinantes na “nova ordem mundial informatizada” acabam gerando discursos tecno-deterministas ou tecnofóbicos que enrijecem a relação entre sociedade da informação, bem estar e desenvolvimento, sem, contudo, garantir um espaço que questione criticamente as consequências da implementação deste regime a nível global.

Daniel Martínez-Ávila

Doutor em Documentação pela *Universidad Carlos III de Madrid*, é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista e tem se dedicado à ênfase em Organização da Informação.

Martínez-Ávila (2018) investiga as propostas para fornecer uma base teórica social para a CI, demonstrando como há autores que defenderam uma posição ateórica e livre de discussões filosóficas principalmente em áreas que se dedicam ao estudo de aspectos mais técnicos, como recuperação da informação, bibliometria e *big data*, defendendo que a oposição entre tecnologias e teoria é radicalmente errada.

Martínez-Ávila (2017) analisa a tensão histórica entre os interesses globais e locais nas classificações de bibliotecas a fim de determinar as consequências sociais dessas classificações nos usuários plurais para além dos interesses padronizados da indústria mundial do livro. No mesmo contexto de análise crítica, Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016) enfocam na configuração metodológica de teorias críticas da OC como uma forma de resposta aos problemas éticos que afetam grupos particulares em sistemas de classificação universais.

Martínez-Ávila e Budd (2017) discorrem sobre como a garantia epistêmica, ao contrário da garantia literária, pode ser usada para categorizar e representar o conteúdo de uma obra tanto por classificadores quanto por usuários finais, acarretando em novas formas de se desenvolver um vocabulário controlado.

Ademais, Martínez-Ávila et al. (2020) investigam sobre a apropriação da informação por usuários Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queer (LGBTQ) através do canal do YouTube “Põe na Roda”, revelando a importância de plataformas como essa no trato e disseminação da informação e conhecimento para a sociedade.

Erinaldo Dias Valério

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Coordena o Alaye - Laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais e participa do Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais.

Valério e Silva (2017) apresentam a produção científica acerca da temática racial no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Após a análise de 128 monografias, os autores concluem que apenas 9 abordam sobre a educação das relações raciais, o que reforça a urgência de uma educação que questione conteúdos que deslegitimam a população negra e denunciem o racismo.

Valério e Campos (2019) igualmente nos apresentam um estudo sobre a importância da presença de questões raciais na formação de bibliotecários, cenário que ainda é pouco explorado na realidade brasileira em CI. Nesse sentido, Valério e Campos (2020) analisam as questões raciais presentes na formação dos alunos de biblioteconomia do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, relatando como o Projeto Pedagógico do curso em questão não contempla disciplinas que abordam sobre temáticas negras, o que interfere na construção de uma formação antirracista.

Valério (2018a, 2018b) aborda sobre os benefícios de se adotar uma educação marcada pela presença das relações etnicorraciais nos profissionais bibliotecários, pois é uma abordagem que contribui para novas análises e reflexões na forma de se produzir conhecimentos a partir das práticas de pesquisa. Ainda no contexto de

formação profissional e acadêmica, Valério e Garcia (2013) partem dos indicadores de estudos afrodescendentes para investigar o que tem sido disseminado nos programas de Pós-Graduação em CI na região Nordeste e seu diálogo com a sociedade, concluindo que maior ênfase é dada às temáticas universais, distanciando as temáticas relacionadas à população afrodescendente.

Valério, Bernardino e Silva (2012) apresentam como são poucos os trabalhos que abordam as questões raciais apresentados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) entre os anos de 2005 a 2010, refletindo sobre os malefícios em se focar quase que exclusivamente em temáticas universais e distantes das populações afrodescendentes.

Valério (2021) aborda sobre como os movimentos sociais usam a informação, em especial o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), no Ceará, evidenciando que esses sujeitos se utilizam de informação antirracistas como forma de se posicionarem politicamente por mais ações sociais afirmativas e contra o racismo.

Em conjunto com Danielle Barroso, Elisângela Gomes, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima, Erinaldo Valério organizou a obra “Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia”, que reúne escritas sobre “relações raciais interseccionadas a gênero, sexualidades, informação e comunicação e marca a trajetória de estudantes negras e negros que não se curvaram para uma formação acadêmica hegemonicamente branca” (BARROSO et al., 2019, p.8).

Fábio Assis Pinho

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, é Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco e tem se dedicado aos estudos de Aspectos Éticos na Organização e Representação do Conhecimento.

Pinho (2006) parte do entendimento de que, uma vez que os instrumentos e os processos de representação do conhecimento refletem as visões políticas e culturais de seus idealizadores e, portanto, não são neutros, a ética se estabelece como uma maneira de distanciar o poder sobre os outros, evitando ser objeto de qualquer ideologia.

Ao abordar como as pesquisas sobre a ética profissional são necessárias para que cada vez mais se solidifique um perfil profissional engajado com os benefícios sociais, que se preocupa com sua correta atuação, mesmo que ocorram mudanças e incorporações dos avanços tecnológicos, Pinho (2006) ressalta a importância de atrelar essas responsabilidades à formação educacional, no que tange aos aspectos curriculares.

Tal discussão colabora para a reflexão sobre a carência de literatura científica na área de ética em organização e representação do conhecimento. Em pesquisa aplicada a periódicos internacionais na CI, Pinho (2008) revela que a produção destes periódicos, no período de 1995 a 2004, tem se alinhado ao respeito à diversidade e à garantia de especificidade, o que permite comprovar a pertinência dos princípios teóricos enunciados por Hudon, Beghtol e García Gutiérrez, relativamente a uma ética transcultural de mediação.

No entanto, no que tange à realidade brasileira, Pinho (2010) observa a existência de imprecisão terminológica com indícios de preconceitos e representação inadequada quando da especificidade terminológica que linguagens de indexação brasileiras permitem para termos relativos à homossexualidade masculina.

Aos se utilizar das linguagens de indexação brasileiras como o Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, o Vocabulário Controlado da USP e a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional, Pinho (2010) verifica que, no contexto brasileiro, o termo *gay* resulta em algo pejorativo, mas mesmo assim segue sendo empregado nessas linguagens. Assim, conclui que as linguagens de indexação brasileiras analisadas não são suficientemente precisas em relação à representação da temática da homossexualidade masculina, especialmente porque tal assunto não está devidamente estruturado nessas linguagens.

Em outras produções (PINHO, 2016, 2017; PINHO; MELO; OLIVEIRA, 2019; PINHO; GUIMARÃES, 2012; PINHO; MILANI, 2020, 2021) o autor demarca sua presença nos estudos que se dedicam a apresentar uma reflexão teórica e metodológica a respeito de um percurso investigativo sobre metáforas relativas a gênero e sexualidade em linguagens documentais, levantando possíveis tendências e apontando desafios para futuras pesquisas na OC.

Gustavo Silva Saldanha

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e tem dedicado seus estudos no que tange à filosofia da linguagem, destacando-se nas linhas de pesquisa: História e Epistemologia das ideias no pensamento informacional, Filosofia e Epistemologia da organização dos saberes: estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação, Filosofia da Informação, Estudos informacionais na perspectiva comparada e internacional e Filosofia da Linguagem e estudos informacionais.

É um dos coordenadores do grupo de pesquisa *Ecce Liber*: filosofia, linguagem e organização dos saberes, que surgiu em 2011 na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em 2013, a iniciativa se formaliza com o apoio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), organizando-se a partir da estrutura circular de programas, projetos e objetos individuais de investigação.

As ações de pesquisadores, docentes, estudantes de graduação e de Pós-Graduação do grupo *Ecce Liber* geraram duas ações coletivas: um observatório de teorias críticas em Organização do Conhecimento, chamado de Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S²O.sat) e um portal para vocabulários filosóficos no âmbito dos estudos informacionais, chamado *LiberLexicon*.

A O²S²O.sat tem como foco:

[...] cartografar, reunir, organizar, analisar, discutir, experimentar e visibilizar teorias, métodos, práticas, processos, produtos, equipes e instituições orientados para os estudos críticos em organização do conhecimento (...) O programa geral do Observatório das teorias críticas em Organização do Conhecimento nasce, pois, porque existem as desigualdades, antes das diferenças conquistarem sua liberdade semântica (OSOECCELIBER, 2018).

O termo “satélite”, utilizado no contexto O²S²O, manifesta um objetivo que vai ao encontro de seu sentido literal, enquanto “corpo celeste em órbita que gravita em torno de outro, considerado principal” (SATÉLITE, 2021). Nesse sentido, a área de Organização do Conhecimento configura o corpo principal sob o qual orbitam satélites que “procuram mapear as mais diferentes configurações teóricas e práticas que

problematizam as linhas críticas de reflexão sobre a organização do conhecimento” (OSOECCELIBER, 2018).

Saldanha (2020a, 2020b, 2010, 2008), Saldanha e Cervo (2014), tem investigado, através do pressuposto epistemológico-histórico, a formação da CI à luz dos enunciados da Bibliografia em discursos de fundamentação do campo, nos revelando o papel estrutural e estruturante da Bibliografia na construção da CI, além de fornecerem uma revisão crítica da historiografia de nossa área.

Em trabalhos com Franciéle Carneiro Garcês da Silva, os autores (2019, 2018) abordam questões centrais de um pensamento crítico para a constituição da Biblioteconomia no país sob o prisma da raça, visando reconhecer a construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira a partir da historicidade, da práxis e da transformação curricular do bibliotecário no contexto das culturas africana e afro-brasileira no Brasil. Na ocasião, os autores abordam as vertentes que fazem parte da formação em Biblioteconomia relacionadas às problemáticas sociais e à consciência ético-política (SILVA; SALDANHA, 2019).

Almeida e Saldanha (2017) traçam os *loci* epistêmicos da OC a fim de fornecer uma compreensão crítico-histórica do contexto de desenvolvimento na área no Brasil. Almeida, Saldanha e Ribeiro (2016) abordam as relações contraditórias e dialéticas de memória, exemplificando a indexação como ferramenta que ora seleciona determinados assuntos e ora dispensa outros, destacando apenas aqueles de interesse de certo público e agindo, assim, como mantenedora da eficácia da desigualdade e apagamento de saberes.

Saldanha et al. (2018), através das ações do O²S²O.sat estabelecem um vocabulário de termos sustentados pelo discurso contrário à luta pelos direitos humanos presente no contexto do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, apontando para os potenciais de emancipação teórico-metodológica da OC como arma social para os embates da luta “das” classes.

Saldanha (2013, 2016) também se dedica a explorar a epistemologia ranganathiana sob um ponto de vista que reforça a singularidade de sua classificação enquanto perspectiva decolonial, uma vez que prioriza seu *locus* enunciativo e evidencia a importância da conexão entre lugar e pensamento na elaboração de um conhecimento contra-hegemônico.

A reflexão filosófica proposta para compreensão do percurso epistemológico de Ranganathan é no sentido de reconhecer que o indiano deu início à reconstrução

da própria noção de conhecimento no campo dos estudos informacionais, possibilitando ressignificar a prática da OC através do ponto de vista da pragmática (SALDANHA, 2013).

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia e desempenha trabalhos nas áreas de Sociologia da Informação, Tecnologia da Informação, Estudos Étnico-raciais, Produção do Conhecimento, Disseminação, Uso e Apropriação da Informação. É integrante do Grupo do Trabalho de relações étnico-raciais e decolonialidades da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

Silva e Aquino (2014) abordam como o Movimento Negro do Estado da Paraíba se utiliza de fontes de informação na Web quando da disseminação de informação étnico-racial, reafirmando a importância desse movimento no auxílio de grupos sociais invisibilizados a no que consideram “sociedade da informação-conhecimento-aprendizagem-comunicação”.

Silva, Aquino e Alves (2014) analisam como ocorrem os processos de apropriação, disseminação, democratização e preservação da informação étnico-racial na organização não-governamental de mulheres negras da Paraíba chamada BAMIDELÊ com o objetivo de entender como a instituição se utiliza da informação étnico-racial e sua relação com a preservação da memória cultural da população negra.

Silva (2019) reflete acerca da trajetória histórica-informacional da organização de mulheres negras da Paraíba dado um contexto regional que desafia sistematicamente a garantia dos direitos humanos de mulheres, negras, jovens e adolescentes, assim como o racismo se mostra incrustado fortemente na sociedade. A partir dessa abordagem, a autora reforça o ideal de que pesquisas delineadas neste escopo auxiliam no reconhecimento e construção de identidades.

Luciana de Souza Gracioso

Pós-doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra, é Professora Associada II no Departamento de Ciência da informação da Universidade Federal de São Carlos e atua principalmente com as temáticas: Estudos da Linguagem em Ciência da informação, Organização do Conhecimento e Epistemologia da Ciência da Informação. É líder do Grupo de pesquisa: Pragma: estudos pragmáticos em Ciência da Informação.

Em trabalho sobre as fazendas históricas do interior do estado de São Paulo, Costa e Gracioso (2015) abarcam a importância da oralidade na valorização do patrimônio histórico, no estimular da formação de consciência crítica e no desenvolvimento de atitudes favoráveis à valorização e preservação do patrimônio cultural.

Gracioso (2019, 2017), Boccato e Gracioso (2011), Gracioso e Saldanha (2011), Gracioso, Martínez-Ávila e Simões (2019) têm se dedicado aos estudos filosóficos da linguagem de forma a evidencia-la enquanto um produto social e culturalmente construído, que redireciona suas formas de uso nos processos de representação da informação e conhecimento em sistemas de organização e acesso à informação.

Na tentativa de entender os fluxos de significação envolvidos nos processos de indexação social e colaborativa de conteúdos, Gracioso (2018) recorre aos conceitos wittgensteinianos quando das reflexões que compõe “o mundo da vida” da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, revelando como as áreas estão imbuídas de intencionalidade. Isto é, as ações de identificar, selecionar, representar, mediar, descrever, indexar, analisar, recuperar e usar a informação, são ações produzidas a partir de e produtoras de intencionalidades.

Tal estudo é de suma importância, pois pode nos guiar ao entendimento de que os profissionais da informação devem compreender as escolhas intencionais por trás da representação de conhecimentos oriundos dos grupos socialmente oprimidos nos tradicionais sistemas classificatórios e cuidar para que não reforcem sub-representações que ocasionem na invisibilidade dessas narrativas.

Marcio Ferreira da Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho é Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

Silva (2017) e Silva e Almeida (2018) discutem acerca da representação da religião brasileira umbanda a partir de uma análise crítica baseada na chamada Teoria das Representações Sociais. No estudo, os autores revelam que as classificações universais, assim como a CDD, não representam adequadamente as religiões de matriz africanas, perpetuando desigualdades, intolerância religiosa e racismo estrutural quando acarretam em representações errôneas que impossibilitam o acesso as informações sobre a umbanda.

Movimentação parecida é feita quando Silva (2018) faz análise crítica da representação do conhecimento nos sistemas de classificação universal CDD e CDU, além de abordar a biblioteca enquanto difusora de cultura e construtiva das identidades afrodescendentes.

Silva (2019a) adota uma abordagem do período histórico da modernidade e as alterações culturais acarretadas na sociedade que reforçam o racismo e outras discriminações nos processos de representação das pessoas afrodescendentes nos sistemas de informação. Assim, Silva (2019b) parte para a defesa de que um cenário multicultural requer uma formação de bibliotecários e cientistas da informação que estejam comprometidos com as informações produzidas sobre e pelos grupos indígenas, afrodescendentes, LGBTQI+, feminino, entre outros.

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e tem trabalhado nas áreas: Organização do conhecimento, Gestão do Conhecimento, Acessibilidade, Patrimônio Imaterial, Ensino e formação de bibliotecários.

Miranda (2019a, 2019b, 2009, 2007) e Miranda et al. (2012) falam sobre a organização do conhecimento e a filosofia do pluralismo religioso no contexto das

religiões de matrizes africanas nas representações das linguagens documentárias, em especial a CDD e a LCSH.

Costa e Miranda (2019) apresentam o problema da representação do conhecimento sobre Umbanda e contextualizam a relevância de se conhecer sua extensão para propor um SOC que garantam sua representação e a visibilidade de sua produção. Movimentação parecida é feita ao propor a expansão da classe Espiritismo na CDD (MIRANDA; CABAN, 2020). Isso porque, a proposta é feita com base ao grande número de adeptos e a produção literária espírita, sendo o Espiritismo a terceira religião com mais praticantes no mundo no Brasil, o que assinala a necessidade de pensar as linguagens documentárias a partir desse *locus* epistêmico.

Nesse caminhar, Miranda e Silva (2019) analisam a representação de informações referentes à identidade e a religião islâmica na CDD e demonstram uma produção científica sobre assuntos referentes à cultura e identidade muçulmana numerosa e diversificada nas bases de dados de natureza global (como a sueca *Directory of Open Access Journals*) e não ocidental (como a sul-africana *African Journals Online*) contra a baixa produção na ocidental base de dados Scielo.

Maria Aparecida Moura

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais e tem experiência na área de Ciência da Informação, Comunicação e Educação com ênfase em tecnologias da informação e na produção de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à preservação, registro e difusão da cultura popular e dos saberes tradicionais brasileiros. Coordena o Museu virtual - Saberes Plurais e o Laboratório de Culturas e Humanidades digitais (LabCult/PPGCI/UFMG).

Moura (2005) examina como os processos de comunicação através dos computadores exercem influência na configuração das comunidades virtuais. Para tanto, a autora reflete acerca das possibilidades de expressão do pertencimento étnico em ambientes eletrônicos e problematiza o crescimento da intolerância *on-line* e *off-line* em proporções mundiais.

Moura (2018a) analisa as possibilidades de concepção interseccional dos SOC tendo a temática gênero como abordagem empírica. Através de análise genealógica e crítica do tesouro multilíngue da União Européia Eurovoc e do *Gender equality*

glossary and thesaurus do *European Institute for Gender Equality*, a autora aborda como esses sistemas podem configurar potenciais vetores discursivos e institucionais da classificação social por gênero em processos de circulação da informação e do conhecimento.

Trivelato e Moura (2016) propõem uma análise dos sistemas de classificação bibliográfica, assumindo que eles não são instrumentos neutros e que a manutenção do uso desses dispositivos de forma acrítica acaba efetivando a manutenção do apagamento da diversidade cultural e religiosa.

Moura (2018b) faz uma análise crítica sobre os padrões culturais no contexto contemporâneo, analisando a movimentação entre uma adesão às novas lógicas do capital-informação e o papel histórico dos profissionais bibliotecários na mediação da informação nos contextos socioculturais.

Moura (2018c) analisa as necessidades políticas que orientam a composição e a linguagem dos dispositivos de organização do conhecimento na contemporaneidade através dos processos intersetoriais de representação das temáticas de gênero, raça, sexualidade e estudos feministas. No estudo, a autora nos mostra como o conceito de interseccionalidade proporciona maior compreensão do caráter multidimensional do racismo, sexismo e patriarcalismo imbuídos nas relações sociais e como tal identificação permite “reduzir os efeitos de uma visão essencialista do conceito de mulher e das hierarquias sociais dela decorrentes, na experiência de construção de um SOC dialógico e interseccional” (MOURA, 2018c, p. 837).

Moura (2017) busca compreender em que medida o registro, a produção e a circulação de narrativas culturais de cidadãos comuns podem contribuir para o protagonismo, empoderamento e pluralidade de vozes e memórias das classes populares. Nesse caminhar, a obra *Sabença*, organizada por Moura em conjunto com Maria das Dores Pimentel Nogueira e Terezinha Maria Furiati (2018) e resultante do Programa de Extensão Saberes Plurais, da Universidade Federal de Minas Gerais, se configura como uma iniciativa que reúne os processos de criação, produção, afeto, memória e formação tão importantes para a visibilidade, o reconhecimento e a multiplicação dos saberes e da cultura popular região do Vale do Jequitinhonha.

Suellen Oliveira Milani

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, é Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e tem atuado com as temáticas Organização e Representação do Conhecimento e Ética em Informação.

Milani, Guimarães e Pinho (2007) exploram sobre a carência da literatura na OC em abordar os problemas éticos que impactam na CI, através de análise da produção dos periódicos *Journal of the American Society for Information Science and Technology - JASIST*, *Journal of Documentation*, *Knowledge Organization*, *Cataloging & Classification Quarterly*, *The Indexer* e da revista *Ethics and Information Technology*.

Milani e Sousa (2018) buscam identificar perspectivas que propiciem aos catálogos de biblioteca maior visibilidade quanto à representação temática dos pseudônimos de autoras, que historicamente foram forçadas a assinarem suas obras com nomes masculinos. No estudo, são utilizados exemplos dos catálogos de autoridade da *Library of Congress* e da Biblioteca Nacional do Brasil, considerando o protagonismo social que esses registros podem assumir.

Milani (2017), Milani e Guimarães (2011) exploram os vieses na representação do conhecimento e a não neutralidade de seus processos, instrumentos e produtos, acarretando em possíveis problemas éticos. Milani (2017) se dedica a apresentar uma discussão crítica sobre os vieses na representação de assunto a partir do modelo conceitual *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*. Nessa trajetória, a autora adota o método de Desconstrução no exercício de descentralizar a oposição binária “neutralidade/interesses especiais” a fim de efetivamente compreender a representação de assuntos e os substitutos documentais construídos pelos bibliotecários.

Consoante a essas iniciativas compiladas até o momento, destacamos a relevância de precisar temáticas afins aos estudos decoloniais no bojo das discussões em OC. Para tanto, na seção seguinte serão apresentados os trabalhos entendidos sob o prisma da decolonialidade no contexto dos Grupo de Trabalho 2 – Organização e Representação do Conhecimento do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação – ENANCIB.

2.5 O lugar da decolonialidade na Organização do Conhecimento: uma análise a partir dos trabalhos apresentados no GT 2 ENANCIB⁸

Na tentativa de melhor entender os elementos que se relacionam à configuração de um pensamento decolonial brasileiro, nos estudos em Organização do Conhecimento esta seção objetiva empreender uma visão panorâmica acerca de temáticas que tangenciam os interesses decoloniais na OC através dos estudos apresentados no Grupo de Trabalho 2 do ENANCIB, ainda que nem sempre eles estejam delineados neste escopo de maneira intencional.

Em uma perspectiva exploratória e bibliográfica de natureza qualitativa, foram coletados os trabalhos apresentados no GT 2 nas modalidades de comunicação oral e pôster, entre os anos de 2015 a 2019⁹. Os dados levantados e levados em consideração para análise foram as palavras-chave definidas pelos autores registrados na base BENANCIB. Ademais, partindo de um entendimento que assinala a importância do lugar geopolítico do sujeito e seu locus epistêmico de fala na arquitetura de um pensamento decolonial (GROSFOGUEL, 2008; MALDONADO-TORRES, 2016), foi considerado relevante a adoção de uma análise de assuntos nos resumos fornecidos pelos autores.

Nesse contexto, concordamos com Bardin (1977) quando da designação da análise de assuntos enquanto processo de análise conceitual na qual é a presença, ou ausência, de determinadas características de conteúdo que irá servir como informação. Nos valem do pensamento de Grosfoguel (2008) quando este levanta um ponto essencial na amplitude dos interesses decoloniais: as contribuições de perspectivas subalternas (como as raciais, étnicas, feministas) para as questões epistemológicas, uma vez que os paradigmas eurocêntricos hegemônicos têm

⁸ MORAIS, M. W de.; GRACIOSO, L. S. Congruências entre os princípios decoloniais e os estudos informacionais: considerações introdutórias com base nas produções do GT 2 ENANCIB. *In.*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 21., 2021, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro, IBICT-UFRJ, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/schedConf/presentations>. Acesso em 11 de abr. 2022.

⁹ A data inicial para análise diz respeito a uma única ocorrência do termo “decolonial” no escopo da base BENANCIB: SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy; BUFREM, Leilah Santiago; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. La producción científica latinoamericana desde una mirada poscolonial. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: UFPB, 2015. Sendo assim, consideramos o recorte temporal de cinco anos razoável no desempenho de uma prospecção mínima sobre o desenvolvimento do tema e de assuntos relacionados a ele na área de interesse.

fundamentado as ciências ocidentais a partir de um ponto de vista neutro, objetivo e universalista.

Reforçamos a ideia de que, para pensar a partir de uma perspectiva subalterna, é preciso considerar o *loci* de enunciação, pois como já vimos, considerar os locais enunciativos para além de um espaço físico é considerar um processo histórico de luta contra as hierarquias dominantes. Com base nisso, selecionamos os estudos do GT 2 ENANCIB que, percebidos pelo prisma do exposto nesta seção, se lançam sobre discussões que transcendem as hierarquias epistemológicas na OC e chamam nossa atenção para a importância de uma postura crítica na constituição de uma CI mais nativa e emancipada.

No período de 2015 a 2019, a busca por palavras-chave nos anais do ENANCIB obteve apenas um resultado para os termos “decolonial/descolonial” dentre os 271 trabalhos recuperados nesse recorte temporal. Contudo, com base na análise de conteúdo dos resumos disponibilizados pelos autores, foi possível verificar que alguns estudos são congruentes com as abordagens decoloniais, conforme demonstrado a seguir.

No ano de 2015, dentre os 36 trabalhos apresentados, três se destacam: Sousa e Albuquerque (2015), visto que se dedicam ao incentivo da informação étnico-racial de matrizes africana como enfrentamento dos processos de invisibilidade; Piquet e Souza (2015), que se lançam na tarefa de identificar categorias temáticas das imagens da comunidade indígena Urubu-Kaapor; Franca e Silveira (2015), ao explorarem sobre o Etnoconhecimento na CI de forma a resgatar os conhecimentos subalternos.

No ano de 2016, dos 61 trabalhos apresentados, quatro se destacam: Farias e Almeida (2016), por explorarem a contribuição da desclassificação de García Gutiérrez para a OC; Almeida, Saldanha e Ribeiro (2016), que abordam as relações contraditórias e dialéticas de memória e seu potencial de apagamento de saberes; Trivelato e Moura (2016), que analisam os sistemas de classificação bibliográfica e atentam para o apagamento da diversidade cultural e religiosa; Zamboni e Francelin (2016) ao explorarem como a neutralidade dos sistemas informacionais contribuem para os vieses de gênero, raça, religião e língua.

No ano de 2017, dos 65 trabalhos apresentados, quatro se destacam: Almeida e Saldanha (2017) ao fornecerem uma compreensão crítico-histórica do contexto de desenvolvimento da OC no país; Santos et al. (2017), ao analisarem as contribuições

do Dicionário de Gêneros nas linguagens documentárias; Farias e Almeida (2017), que trazem a noção de antropossemiose que possibilita análise crítica sobre como tratamos as linguagens para representação de conhecimentos; Silva e Almeida (2017) que abordam a representação do negro e os assuntos correlatos à comunidade negra nos sistemas de OC ensinados nos cursos de Biblioteconomia no Brasil.

No ano de 2018, dentre os 49 trabalhos apresentados, dois se destacam: Saldanha et al. (2018) que estabelecem um vocabulário sustentado de termos no contexto do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes; Moraes (2018) que sugere a abordagem epistemográfica como estratégia de análise de domínio, utilizando o caso do Tesouro de Folclore e Cultura Popular como base.

No ano de 2019, dentre os 60 trabalhos apresentados, seis se destacam: Paiva et al. (2019), que refletem sobre a necessidade de se adequar os procedimentos de representação ao gênero literário de cordel; Reis e Santos (2019), ao narrarem como a representação do conhecimento carece de terminologias adequadas à perspectiva das mulheres negras no contexto do feminismo; Romeiro et al. (2019), visto que trazem à discussão a influência do discurso de ódio da web nas linguagens documentárias e a importância de uma teoria crítica da OC; Miranda (2019), que explora como as religiões de matrizes africanas podem ser melhor representadas nas unidades de informação; Lima e Almeida (2019), que abordam a necessidade de diretrizes que contemplem a cultura afro-brasileira nos sistemas informacionais; Achilles, Sousa e Sabbag (2019), ao se dedicarem sobre o estudo da ausência do reconhecimento da identidade da mulher lésbica na literatura.

Autores referenciais nos estudos decoloniais tem defendido que a principal característica da temática é a discussão sobre a colonização no âmbito do conhecimento (MALDONADO-TORRES, 2011; NDLOVU-GATSHENI; ZONDI, 2016; WALSH, 2005). Assim, estudos que problematizam os produtos, processos e serviços informacionais são de grande relevância para o fortalecimento de uma postura crítica que nos guie ao entendimento de que a CI deve pautar suas produções numa esfera horizontal.

O levantamento realizado, ainda que em caráter inicial, foi capaz de revelar que questões harmônicas aos princípios decoloniais são frequentemente abordadas no cenário da OC. Ademais, a produção de trabalhos relacionados ao tema é crescente, configurando 8% das produções do GT2 ENANCIB em 2015, 6,5% em 2016, 6% em

2017 e, embora mostre pequena queda em 2018 (4%), aparece em 10% dos trabalhos apresentados em 2019.

Ratificamos a importância de se expandir estudos como esse e com recorte temporal mais aprofundado, de forma a possibilitar uma análise mais concreta que viabilize até mesmo considerar a decolonialidade como uma tendência de estudo na área. Não obstante, os resultados mostram como esses estudos são poderosos esforços que assinalam a vanguarda de uma CI nativa mais transversal e plural.

3. REVISITANDO AS FERRAMENTAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta etapa, recorreremos às teorias e metodologias da Organização do Conhecimento enquanto tecnologias emancipatórias como base para um melhor entendimento dos arranjos conceituais sobre os fenômenos decoloniais. Assim, a revisão bibliográfica adquire contornos de sistematização dos instrumentos que compõem nossos procedimentos metodológicos: mapas conceituais, terminologias e as categorias PMEST de Ranganathan. A partir dessa revisão é que foram elencados os recursos que nos permitiram operar com os conceitos da decolonialidade.

Esta seção deve ser interpretada como a tentativa de lançar um outro olhar sobre estas ferramentas, identificando nelas as aberturas mínimas e necessárias para se trabalhar com a multiplicidade da temática decolonial e para com o plano operacional da pesquisa, indo ao encontro do objetivo geral referente à delimitação de um conjunto de procedimentos iniciais para a construção da rede semântica conceitual em decolonialidade.

Resgatamos o pensamento de Mustafa El Hadi (2015), pois a autora aborda como mesmo os tesouros multilíngues, que são linguagens pensadas desde o início considerando a perspectiva de vários idiomas, não conseguem incluir situações em que os termos correspondentes são verdadeiramente equivalentes, pois o próprio léxico das linguagens humanas não expressa o mesmo conjunto de conceitos.

Como é flagrante a complexidade que envolve organizar e representar o conhecimento, ainda mais quando de uma perspectiva subjetiva, a proposta desta seção é, mais especificamente: abordar o potencial dos mapas conceituais enquanto recursos pedagógicos versáteis para estruturação da rede semântica decolonial; resgatar na terminologia os fundamentos que simpatizam com a representação flexível de termos alinhados ao discurso decolonial; e analisar o sistema elaborado por Ranganathan para enfatizar a potência decolonial de suas categorias que parecem-nos ser, de fato, as que mais respeitariam qualquer orientação para conduzir um trabalho de sistematização dos trabalhos identificados.

3.1 Mapas conceituais

Áreas como Ciência da Informação, Educação, Ciência e Tecnologia e Ciência da Computação, apontam que os mapas conceituais tiveram suas metodologias desenvolvidas pelo educador estado-unidense Joseph Novak nos anos 1970. Novak teria baseado seus estudos na Teoria da Aprendizagem Significativa do psicólogo David Ausubel, que visava compreender o modo como crianças aprendiam e assimilavam os conteúdos de ciências (LIMA, 2004; RODRIGUES; CERVANTES, 2019; SOUZA; PINHEIRO; MIQUELIN, 2018; LOUREIRO, 2018; ROVIRA, 2005; CORDOVIL; FRANCELIN, 2018; TAVARES, 2007; MOREIRA, 1998; ONTORIA et al., 2005).

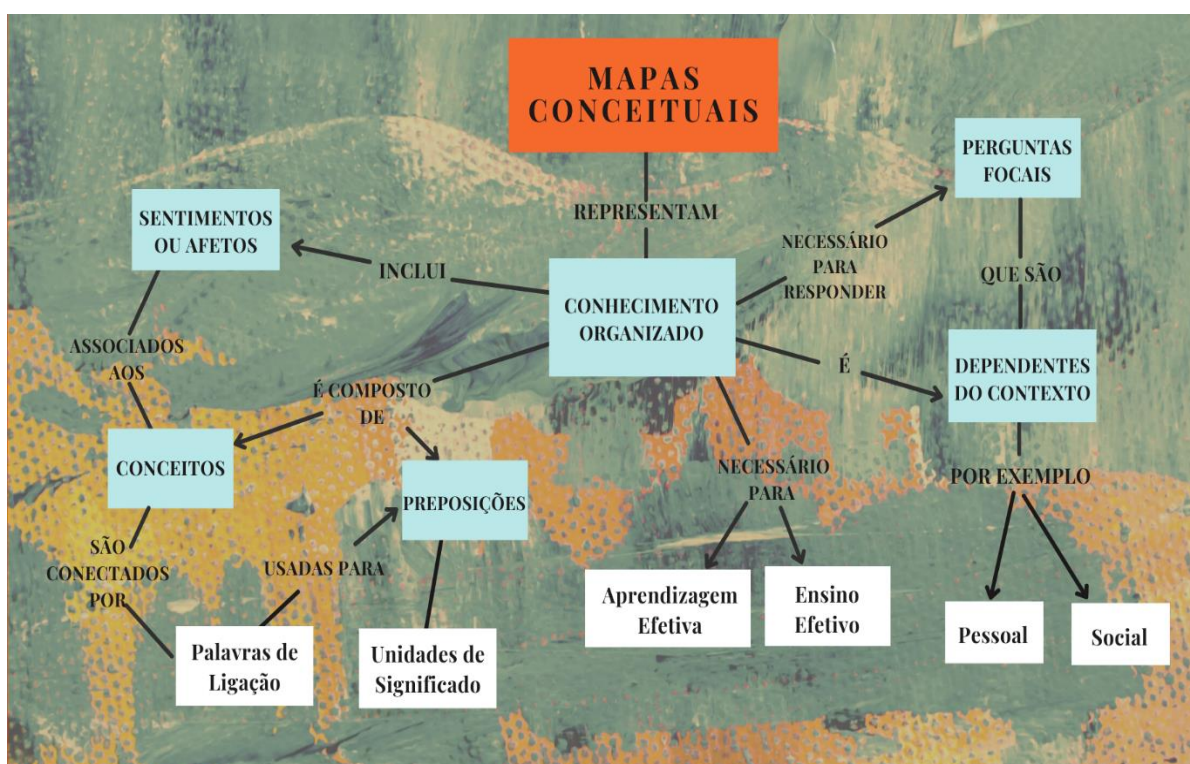
Novak e Gowin (1984) abordam como o principal conceito da teoria de Ausubel é que a aprendizagem só se faz efetiva quando o indivíduo opta por relacionar os novos conhecimentos com os conhecimentos que já tem em sua bagagem. Isso porque “aprendizagem sem atribuição de significados pessoais, sem relação com o conhecimento preexistente, é mecânica, não significativa” (MOREIRA, 1998). Partindo dessa ideia, a elaboração de um mapa conceitual por Novak tem como objetivo fazer aflorar os conhecimentos prévios dos indivíduos e suas conexões na aquisição de novos conhecimentos e conceitos.

Por definição, um mapa conceitual é considerado um recurso esquemático que se utiliza de palavras-chave quando da representação de um conceito (NOVAK; GOWIN, 1984). Nesse sentido, podemos considerá-los como ferramentas que auxiliam a tarefa de organização e representação do conhecimento. Através da identificação de conceitos relativos a um determinado assunto, faz-se uma descrição das relações existentes entre esses conceitos na forma de um esquema. Assim, mapas conceituais conseguem fornecer uma representação visual daquilo que um indivíduo entende/compreende sobre os assuntos e as relações significativas entre eles (NOVAK; CAÑAS, 2008).

Podemos assumir, portanto, que os mapas conceituais nos permitem assimilar de forma facilitada diferentes e variados tipos de estruturas de informação. Isso porque “uma das principais funções da mente é interpretar o significado das informações adquiridas e transformá-las em conhecimento, o que se torna mais fácil quando são apresentadas em formato gráfico” (LIMA, 2004, p. 137).

Lima (2013) afirma que um mapa conceitual é uma rede cognitiva, uma vez que um assunto é representado com conceitos posicionados em caixas cujas relações são demonstradas pelos verbos, frases de ligação e preposições inseridas nas linhas de ligação, conforme exemplo abaixo. Tal estrutura demonstra uma “preocupação pedagógica, na qual o objetivo é a aprendizagem a partir da representação gráfica do conhecimento” (LIMA, 2013, p. 35).

Figura 3: Exemplo de mapa conceitual



Fonte: adaptado de NOVAK; CAÑAS, 2008.

De acordo com Novak e Cañas (2008), duas características marcam essas ferramentas e facilitam o pensamento criativo: a representação de forma hierárquica e as ligações cruzadas (*cross-links*). As ligações cruzadas podem ser entendidas como relações entre conceitos de forma que nos ajuda a ver como alguns domínios representados no mapa estão relacionados entre si.

A representação de forma hierárquica sugere que os conceitos mais gerais e abrangentes de um assunto se configurem no topo do mapa, enquanto que conceitos específicos se organizem na parte inferior do mapa, conforme ilustrado na figura acima.

Novak e Cañas (2008) sinalizam, entretanto, que ao se utilizar estruturas hierárquicas em um determinado domínio de conhecimento é preciso levar em consideração o contexto em que tal conhecimento está sendo aplicado. Tal alerta é relevante, uma vez que é preciso considerar a produção, assim como a representação das narrativas do conhecimento a partir dos locais de enunciação, como já vimos ao longo desta pesquisa.

Tavares (2007) aborda essa fragmentação de um assunto no mapa conceitual como uma diferenciação progressiva, além de abordar as ligações cruzadas de Novak como uma “reconciliação integrativa”. Assim, “um conceito de um ramo da raiz é relacionado a um outro conceito de outro ramo da raiz, propiciando uma reconciliação, uma conexão entre conceitos que não era claramente perceptível”. (TAVARES, 2007, p. 74).

Guruceaga e González García (2004) afirmam que os mapas conceituais também podem ser considerados como instrumentos válidos quando da investigação das concepções já prévias aos alunos e, também, da evolução destas durante o processo de aprendizagem, além de relacionar essas concepções com conceitos apresentados no mapa, criando uma rede progressiva de significados, indo de encontro com a aprendizagem significativa de Ausubel.

Conforme Lima (2004), a técnica usual de subdividir classes em subclasses em forma de árvore, na construção de mapas conceituais, se assemelha à técnica utilizada por Ranganathan em seu processo de categorização da classificação facetada. Isso porque Ranganathan (1967) sugere que, a partir da análise de um assunto complexo, é possível fragmentá-lo em suas partes constituintes mais simples, as facetas, até que se esgotem as possíveis divisões.

Os mapas conceituais podem apresentar variadas tipologias de acordo com sua estrutura. Lima (2004) aborda como o site *College of Agricultural Consumer and Environmental Sciences*, da Universidade de Illinois, apresenta um artigo classificando a tipologia dos mapas conforme quatro de estruturas: estrutura em teia, estrutura hierárquica, estrutura linear (fluxograma ou *Flowchart*) e estrutura conceitual.

Na estrutura de teia, o conceito central que será representado se configura no meio do mapa, ao passo que outros conceitos vão se distribuindo ao seu redor. Tavares (2007) nota que a vantagem desse tipo de mapa é sua fácil elaboração, justamente por apresentar as informações unificadas em torno de um tema central.

Ademais, neste modelo, não há a preocupação com relações hierárquicas ou transversais.

Figura 4: Mapa conceitual de estrutura em teia



Fonte: elaborado pela autora.

A estrutura hierárquica de mapa conceitual representa geograficamente o conceito tido como mais importante no topo, seguindo então uma ordem descendente de importância (LIMA, 2004). Tavares (2007) explicita que essa tipologia de mapas é mais utilizada para demonstrações de procedimentos, o que pode ser um desafio para o autor do mapa, já que exige profundo conhecimento sobre o tema.

Figura 5: Mapa conceitual de estrutura hierárquica



Fonte: elaborado pela autora.

A estrutura do fluxograma (*Flowchart*), também é chamada de linear por conta de sua configuração: informações dispostas de forma lógica, sequencial e fácil de ler, como a estrutura de um livro (LIMA, 2004).

Figura 6: Mapa conceitual de estrutura linear



Fonte: elaborado pela autora.

Já a estrutura conceitual de mapa, também chamada de mapa sistema, se organiza de forma semelhante à estrutura linear. Porém, a possibilidade de inclusão e exclusão de novos conceitos possibilita maior flexibilidade nas relações conceituais (TAVARES, 2007). São tipicamente utilizados na descrição de processos que se utilizam de “entradas” e “saídas”.

Essas são as tipologias de mapas conceituais que variam conforme suas estruturas. Tais estruturas, entretanto, não são rígidas, mas sim passíveis de mudanças à medida que novos conhecimentos são adquiridos. O que garante a qualidade de um mapa conceitual e, conseqüente, melhores chances de uma aprendizagem efetiva, é a cuidadosa e extensa seleção dos conceitos que serão relacionados com o tema escolhido pelo autor (TAVARES, 2007).

Isso porque, quanto mais conexões existem entre os conceitos, mais elas denunciam o grau de profundidade e conhecimento sobre eles, além de possibilitar

uma visão mais ampla acerca de diferentes possibilidades envolvidas em um problema/evento.

Construir um mapa conceitual implica, portanto, em um esforço mental que Novak e Gowin (1984) chamam de meta-conhecimento, isto é, “o conhecimento sobre o modo como se produz o próprio conhecimento” (NOVAK; GOWIN, 1984, p. 73). A elaboração de mapas expressa uma saída eficaz frente à necessidade crescente de procedimentos que facilitem a aquisição de informação e conhecimento. Para os autores supracitados, é uma técnica heurística de valor psicológico, uma vez que estimula a aprendizagem significativa ao facilitar a compreensão de eventos através da proximidade entre nossa memória visual e as imagens que são apresentadas, resultando em um poderoso recurso pedagógico.

O enfoque de um mapa conceitual não reside na tarefa de classificar os conceitos, mas sim de expor suas relações. Novak e Cañas (2008) ressaltam que apenas a elaboração do diagrama por si só não é suficiente para alcançar o total entendimento do mapa. É de suma importância que haja explicação e externalização clara dos significados contidos no mapa. Dessa forma, o mapa conceitual enquanto recurso de ensino e aprendizagem pode ser ideal para transfigurar um conhecimento científico complexo em conteúdo leve e de fácil absorção.

Ontoria et al. (2005) fazem um alerta sobre o errôneo pensamento de considerar os mapas conceituais como uma prática imediata de aplicação. O que é preciso é reforçar sua utilização enquanto instrumento ou meio que se deve associar aos fins a que se destina.

A ideia de que melhor assimilamos novas informações com base em nosso arsenal de conhecimentos pré-existentes não é exclusiva da Teoria da Aprendizagem Significativa do psicólogo David Ausubel. A ideia de que aprendemos melhor dessa forma esteve presente no discurso de muitos dos antigos filósofos, que se dedicaram, através de formas de organizar e sistematizar as percepções da realidade, ao entendimento do mundo, da vida, do sentido da natureza, do homem e das coisas em geral.

3.2 Terminologias

A Organização do Conhecimento sempre buscou, da antiguidade aos tempos atuais, bases teóricas e conceituais para decidir os caminhos a serem adotados em sua *práxis* (BOCCATO, 2011). Assim, desenvolveram-se procedimentos de sistematização e representação do conhecimento que revelam a ação de registrar a informação como uma garantia de sua reprodução que facilita a geração de novos conhecimentos.

Nesse contexto, a Terminologia se apresenta como uma ferramenta interdisciplinar que se debruça nos estudos dos conceitos, objetos, termos e suas representações em linguagens de especialidade (LARA, 2004). Podemos considerar duas narrativas que tecem o desenvolvimento histórico da Terminologia: uma oriunda de um paradigma físico, que parte do bojo da Segunda Guerra e insere a Terminologia enquanto produto do que seria uma nova ciência, a Ciência da Informação; e outra narrativa que resgata estudos voltados para a linguagem, que salientam a importância de dimensões comunicativas e culturais, oriundos de um paradigma social.

Capurro (2003) nos apresenta três paradigmas epistemológicos em Ciência da Informação que investigam as formas de comunicação e repasse de informação, sendo eles: o paradigma físico, o social e o cognitivo. Nos interessa, neste primeiro momento, delinear a trajetória da área sob a perspectiva do primeiro paradigma, que estima a informação enquanto uma “coisa”, na popular expressão de Buckland (1991). Assim, será possível compreender a arquitetura de um contexto que passa a defender as necessidades de sistemas de armazenamento e recuperação da informação de forma praticamente alheia as mais diversas culturas, linguagens e usuários destes mesmos sistemas.

3.2.1 O Contexto da Ciência da Informação na Gênese da Terminologia

Ciência e conhecimento tinham chegado a sua maioridade. Gênios floresciam ali. A Biblioteca de Alexandria foi o local onde seres humanos colheram, pela primeira vez, de maneira séria e sistemática, o conhecimento do mundo.

Carl Sagan

Para articular sobre os contextos que originam a Terminologia, é preciso considerar a trajetória das práticas biblioteconômicas como pioneiras nos estudos da informação. Práticas estas que nos trouxeram às margens do conhecimento, conforme recitado na epígrafe desta seção.

A Biblioteconomia tem sua origem atrelada às primeiras evidências de organização de documentos que remontam das bibliotecas primitivas da Antiguidade Oriental e que posteriormente alcançaram o Ocidente (ORERA ORERA, 1995). Battles (2003) discorre sobre como a precariedade das estruturas das bibliotecas no abrigo de grandes quantidades de coleções foi determinante para que inúmeras obras se perdessem em incêndios e catástrofes. Ainda assim, nessas estruturas marcadas pela ausência de recursos é que se forma um corpo profissional dedicado a serviços como ordenação de coleções, criação de catálogos e elaboração de inventários (LOPÉZ-COZAR, 2002).

Podemos considerar a Biblioteconomia uma área que teve sua origem intrinsecamente ligada ao surgimento da biblioteca, sobretudo da prática profissional (LOPÉZ-COZAR, 2002). Ao decorrer da história, vários são os fatores que marcam a área e transformam o campo de atuação dos bibliotecários. Na transição da Idade Antiga para a Idade Média, o surgimento da imprensa garantiu o barateamento do livro e sua conseqüente disseminação massiva (ORTEGA, 2004).

Tais fatores incitaram novos atributos aos bibliotecários, transformando-os cada vez mais em profissionais preocupados em exercer funções sociais e humanistas (ORTEGA Y GASSET, 1967). A partir daí, a biblioteca adentra a Idade Moderna como uma organização de maior visibilidade pública e social, desempenhando também papel de razão política ao permitir o acesso e o compartilhamento do saber (NAUDÉ, 1994 apud CRIPPA, 2017).

O embate da Biblioteconomia com a emergente Documentação no século XX, fruto dos estudos de Paul Otlet e Henri La Fontaine, embora gerasse uma cisão que duraria anos entre essas áreas (SHERA, 1968), possibilitou importante reflexão acerca das idiossincrasias necessárias para mais uma transformação profissional dos bibliotecários. Ao passo que a Documentação se apropriava e aperfeiçoava as técnicas da Biblioteconomia, os bibliotecários voltavam suas atenções para as bibliotecas públicas e desempenhavam papéis mais educacionais, preocupados com a democratização da cultura (ORTEGA, 2004). Ainda assim, ambas as áreas tiveram

contribuições cruciais para o escopo do que, mais futuramente, seria considerada uma nova ciência: a Ciência da Informação.

Quando Otlet publicou sua obra *Traité de Documentation* na década de 1930, deixou claro seu entusiasmo com os avanços tecnológicos que, ao invés de acabar com o livro, vieram para contribuir com sua evolução: “Filme, disco, rádio, televisão: estes instrumentos, tidos como os substitutos do livro, tornaram-se, de fato, o novo livro, os instrumentos mais poderosos para a difusão do pensamento humano” (OTLET, 1935, p. 672). Esta afinidade com as tecnologias seria imprescindível para que Otlet passasse a ser considerado por alguns autores como precursor e fundador da própria Ciência da Informação (ORTEGA, 2004).

O período histórico do final da Segunda Guerra foi marcado pelo incentivo às pesquisas científicas, que acaba culminando com a explosão dos meios de comunicação e o crescente volume informacional. É nesse contexto que a CI constrói uma identidade de campo científico inexoravelmente conectado à tecnologia da informação (SARACEVIC, 1995). No mesmo ano em que a Segunda Guerra se encerrou, o engenheiro estadunidense Vannevar Bush publicou seu revolucionário artigo *As We May Think*, que discorria sobre uma mudança de paradigma entre Ciência e tecnologia. Para ele, daquele momento da história em diante seria necessário repensar os instrumentos de trabalho necessários para um novo tipo de processamento da informação (BUSH, 1995).

Mas, o que se evidenciou nesse contexto foi, na verdade, uma obliteração do passado da tradição biblioteconômica, deixando nítida a “redução da amplitude de investigação de um campo (biblio) para um objeto – a informação – e uma metodologia – a automatização do processamento informacional” (SALDANHA, 2010, p. 306).

Se o ponto de partida dos estudos em CI, pelo prisma desse paradigma físico, considera que esta surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial, então a Terminologia tem sua origem igualmente demarcada nesse período.

O engenheiro austríaco Eugen Bernhard Casper Wüster, ao demonstrar preocupação com a necessidade de se estabelecer uma linguagem padronizada para facilitar o intercâmbio internacional, desenvolve o que ele define como um campo interdisciplinar (LARA, 2006).

Wüster, então, nomeia seu trabalho como Teoria Geral da Terminologia (TGT), em um movimento típico da hermenêutica que, como nos diz Capurro (2003), separa a metodologia das ciências naturais das metodologias das ciências humanas, “como

se ela pudesse ser válida para outras áreas do conhecimento” (GOMES; CAMPOS, GUIMARÃES, 2010, p. 4).

Seu objetivo principal foi o de garantir a comunicação precisa nas trocas internacionais, denunciando a Terminologia como ferramenta comunicativa que se baseia na formação de conceitos (ao invés de palavras) e termos. Assim, o engenheiro traz a lógica e a sistemática para os estudos em organização de conceitos. No entanto, é justamente por definir uma regra geral na compreensão da linguagem que o teor prescritivo de sua teoria resulta em “somente um avanço da semântica lexical, pois estaria restrita a linguagens específicas” (GRACIOSO; SALDANHA, 2012, p. 110).

Wüster defendia a utilização de uma linguagem única e normalizada quando de uma comunicação técnica e científica. Sua Teoria, portanto, demarca o foco na normalização que suprime todo e qualquer tipo de imprecisão, diversificação e polissemia dessas linguagens (WÜSTER, 1981 apud BOCCATO, 2011). Concentrando a prioridade do conceito nos estudos terminológicos, o engenheiro acaba restringindo sua metodologia a uma abordagem onomasiológica (em que os termos tem significados próprios e são nomeados a partir do conceito) em detrimento de uma abordagem que considere a palavra com seus vários significados (o que é considerado na abordagem semasiológica) (CABRÉ, 2019).

A crítica que se faz a essa teoria é justamente a limitação de sua eficácia por conta do âmbito de sua aplicação, que visava sanar problemas da área tecnológica, não necessariamente condizendo com a realidade das Ciências Humanas e Sociais. Neste momento da discussão, é importante ressaltar os esforços de Ingetraut Dahlberg (1978) quando de seus estudos voltados para a sistematização de conceitos. Isso porque sua Teoria do Conceito se destaca como uma iniciativa que visava adaptar as metodologias relativas à sistematização da relação conceito/termo para as Ciências Sociais (GOMES; CAMPOS, GUIMARÃES, 2010).

Dahlberg (1978) considera os conceitos como unidades do pensamento, isto é, “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (DAHLBERG, 1978, p. 102). Os objetos que nos circundam podem ser individuais ou gerais. Logo, esta mesa em que escrevo seria um objeto individual, que tem como características (ou enunciados verdadeiros): ser de madeira, ter oitenta centímetros de altura, ter uma gaveta, etc. A soma desses enunciados sobre o objeto mesa, que aqui foram fixados por um símbolo linguístico escrito em português, resulta no conceito individual desta mesa. Assim, um conceito não seria apenas um elemento

de significação do termo, mas o termo é que acaba sendo uma unidade do próprio conceito. Não importa se o termo é formado por uma ou mais palavras, mas sim que ele represente um referente e, portanto, pode-se adotar uma abordagem do ponto de vista terminológico.

Sendo a Terminologia uma área que se dedica à exploração de relacionamentos entre conceitos e termos especializados (SAGER, 1990), naturalmente sua expansão seria progressiva frente a um contexto de explosivo avanço das ciências e da tecnologia, surgindo a necessidade de nomear as novidades. A ISO 704 (2000) reconhece a Terminologia como uma área que adota abordagem multidisciplinar nas ações de descrição, ordenação e transferência de conhecimento quando do estudo de conceitos e suas representações em linguagens de especialidade. A norma também reconhecer que os termos, quando traduzidos e adaptados para outros idiomas, podem exigir a seleção de outros exemplos de métodos na sua formação.

No entanto, a Terminologia não é um fenômeno recente, pois desde o momento em que a humanidade passou a se manifestar através da linguagem ela está se utilizando de uma língua de especialidade (PONTES, 1997). Ademais, Cabré (1999) aponta como o próprio termo Terminologia expressa um caráter polissêmico, uma vez que pode ser concebido tanto como uma disciplina, quanto como uma prática ou como um produto.

Do ponto de vista linguístico, os termos são parte do léxico geral e, portanto, pertencem à gramática do falante. Esse falante possui uma competência geral e também poderá ter uma especializada. Os termos pertencem à competência especializada desse falante, posto que se incorporam ao seu léxico através da aquisição de um conhecimento especializado. (CABRÉ, 1993 apud LAAN, 2002 p. 48).

Nesse sentido, propostas contemporâneas na área têm resgatado o papel da linguagem enquanto ferramenta comunicativa impossível de se delimitar a construtos ideais e homogêneos. Lara (2006) nos traz que novas vertentes da Terminologia têm tido abordagens mais voltadas para o fator social e comunicativo, como a “Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), a Socioterminologia (Gaudin, 1993), a Teoria Sociocognitiva da Terminologia ou Socioontologia (...) (Temmerman, 2001) e a Terminologia cultural (Marcel Diki-Kidiri, 2000)” (LARA, 2006, p.4).

Consoante a essas iniciativas, a Linguística Documentária proposta por García Gutiérrez (1990) aborda sobre considerar os problemas que envolvem a informação

como problemas que, na verdade, envolvem a linguagem. Assim, para conseguir identificar esses problemas, é necessário reconhecer o contexto que os origina.

3.2.2 Orientação Social e Comunicativa nas Vertentes Terminológicas

Os autores que se dedicam a estudar vertentes terminológicas guiadas pelo viés social, da linguagem e da comunicação, se propuseram mais a complementar as deficiências da teoria proposta por Wüster do que apenas adotar uma postura puramente crítica (CABRÉ, 2019).

Como o primeiro exemplo, Cabré (1999) sugere a variação linguística em detrimento dos princípios normalizadores quando do desenvolvimento de sua Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), pois o conhecimento pode ocorrer em diferentes níveis de especialização e ser descrito em diferentes níveis de representação. Assim, o objeto de estudo passa a ser a “unidade terminológica” que faz parte da linguagem natural, e não mais os conceitos. Essas unidades devem ser tratadas como signos linguísticos pertencentes a um determinado contexto e influenciadas por determinadas conotações culturais (CABRÉ, 1999).

Essa proposta foi possível através do estabelecimento de três princípios e condições que embasaram sua reflexão teórica, conforme nos diz Sales (2007):

1. *Princípio da poliedricidade do termo*: as unidades terminológicas são poliédricas, pois integram ao mesmo tempo aspectos linguísticos, cognitivos e sociais.
2. *Princípio do caráter comunicativo da terminologia*: o termo persegue imediata ou remotamente a função comunicativa, seja comunicação direta (realizada entre especialistas) seja comunicação indireta (realizada por meio de traduções ou interpretações) seja ainda por meio de linguagens documentárias.
3. *Princípio da variação*: no processo comunicativo existem variações do tipo sinonímica, denominações distintas para um mesmo conceito, ou polissêmicas, conceitualizações distintas para uma mesma denominação. O que comumente

é entendido por sinônimo (mais de uma palavra designando o mesmo significado), em Terminologia se considera que diferentes termos estão em relação de sinonímia, assim como, o que frequentemente é entendido por polissemia (uma palavra possuir mais de um significado), em Terminologia se entende que diferentes termos estão em relação de homonímia. Tais afirmações se devem ao fato de que para a terminologia um termo é uma unidade composta por um único conceito e uma única designação lexical, portanto, se uma mesma designação lexical possuir dois ou mais conceitos distintos, trata-se de dois ou mais termos em relação de homonímia. O mesmo se aplica para o caso de um único conceito que apresenta mais de uma designação lexical, trata-se de mais de um termo em relação de sinonímia.

4. *Condição de linguagem natural:* a linguagem especializada é um subconjunto da linguagem natural, pois respeita o conjunto de regras (gramática) da linguagem natural. Embora a terminologia esteja sob a égide de uma linguagem de especialidade, e esta esteja restrita a um público reduzido, seu objeto é a unidade lexical, que originalmente não é nem palavra nem termo, pois é a situação comunicativa que irá decidir.
5. *Condição de comunicação especializada:* a terminologia é tematicamente marcada, produz-se em situações profissionais e não adquire seu significado diretamente do objeto da realidade, mas sim de estruturas consensuais e preestabelecidas. Portanto é formal e seletiva.
6. *Condição de especialização:* o grau de especialização de um texto é pautado no modo como este veicula sua temática dependendo de sua densidade terminológica e da variação expressiva dos conceitos referenciados (SALES, 2007, p. 8-9).

Com isso, a autora garante que a Terminologia assumira um papel de recurso expressivo e comunicativo, abrindo espaço para um discurso que apresenta variação conceitual e variação sinônima, além de permitir considerar que nem sempre existirá equivalência perfeita entre as línguas. Tais características fizeram com que a TCT fosse reconhecida como "Teoria das Portas", por ter concebido os termos como

unidade multidimensional que se constroem por diversas “portas” e favorecem diferentes pontos de vista que variam conforme a porta em que se entra.

Consoante a esse movimento de defesa e reconhecimento da Terminologia enquanto ferramenta aberta à variação linguística, está a chamada Socioterminologia, proposta por François Gaudin (1993). Essa teoria teria aparecido pela primeira vez com o linguista Jean-Claude Boulanger, no início da década de 1980, que se opunha ao prisma prescritivo em que a TGT se estruturara. (FAULSTICH, 1995).

Gaudin (1993) é quem enfatiza, entretanto, com mais pertinência o uso de uma Terminologia voltada para o social. A área se caracteriza, assim, por seus esforços “a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação linguística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade” (FAULSTICH, 1995, p. 29).

E a partir de 1986, o termo passa a ser, sob a pena de Yves Gambier, uma designação programática, devendo a terminologia “transformar-se urgentemente em socioterminologia” (Gambier, 1986: 320) se quiser se preocupar com o funcionamento dos termos e condições sociolinguísticas. A socioterminologia é, portanto, como a sociolinguística, uma terminologia que foi posta de pé (GAUDIN, 1993, p. 67, tradução nossa).

Aqui, o termo considerado unidade lexical juntamente com a abertura para o aspecto diacrônico, que considera uma linguagem ao longo de sua história e mudanças sofridas, permitiu a incorporação de neologismos, registros orais, sinonímias (variações léxicas) e polissemias (variações orais) (BRAZ, 2020).

Enquanto a TGT oferece uma visão prescritiva e normativa dos termos, a TCT de Cabré nos apresenta que os termos não podem ser estudados separadamente de uma língua geral. Já a Socioterminologia vai na contramão das duas teorias quando considera que a língua não é composta por léxicos estáticos e uniformes, mas de significações que variam conforme os diferentes sistemas linguísticos. Com isso, há enfoque na prática social da língua, que garante aproximação entre mecanismos de informação e usuários (BOCCATO, 2011).

Já com Temmerman (2000), em sua proposta cunhada Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), a noção de conceito perde espaço para a noção de “unidades de compreensão (entendimento)” (LARA, 2005). Tais unidades de compreensão

possibilitam a atividade de denominar categorias e coloca o sujeito humano no centro das atenções.

Temmerman (2008) explana sobre as várias perspectivas a partir das quais um referente conceitual pode ser percebido, pois nós nunca compartilharemos exatamente os mesmos pensamentos sobre determinados referentes, devido às diferentes maneiras como esses referentes podem ser vivenciados. Assim, ao focar em unidades de compreensão, ao invés do significado, é possível enfatizar a natureza subjetiva dos pensamentos.

A autora parte, então, da premissa de que o mundo pode ser melhor compreendido conforme os modelos cognitivos e defende que a Terminologia é uma área que somente pode ser estudada pelo discurso. As principais diferenças entre a TST e a abordagem da TGT foram sintetizadas conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Contraste de princípios entre a TGT e a TST

Princípios da Teoria Geral da Terminologia	Observações sobre a Teoria Sociocognitiva da Terminologia
Primeiro princípio: a Terminologia parte do conceito sem considerar a linguagem.	A linguagem desempenha um papel na concepção e comunicação das categorias.
Segundo princípio: um conceito é bem definido e pode ser atribuído a um lugar em um sistema de conceitos estruturados de forma lógica ou ontológica.	Muitas categorias são confusas e não podem ser classificadas de forma absoluta por meios lógicos e ontológicos.
Terceiro princípio: um conceito é idealmente definido em uma definição intencional.	Uma definição intencional muitas vezes não é possível nem desejável.
Quarto princípio: um conceito é referido por um termo e um termo designa apenas um conceito.	A polissemia, a sinonímia e a linguagem figurativa ocorrem e são funcionais em uma linguagem especial.
Quinto princípio: o conceito / prazo de atribuição é permanente.	As categorias evoluem, os termos mudam de significado, a compreensão se desenvolve.

Fonte: adaptado de TEMMERMAN, 2007.

No contexto de aplicação da perspectiva da TST, Temmerman (2007) defende que a Teoria possibilita encontrar soluções para indagações mais amplas que não se encerram nas tradicionalmente rígidas questões “O que é um termo?”, “O que é um conceito?”, “Devemos começar pelo termo ou conceito?”. A movimentação de sua análise crítica nos permite refletir sobre como conceitos e termos podem ser relacionados em um sistema que irá aprimorar não apenas a comunicação humana, como também gerenciamento computacional, processamento e recuperação de informações.

Partindo dessa tendência sociocognitiva da pesquisa terminológica, o linguista Marcel Diki-Kidiri sugere uma abordagem cultural como contribuição para uma Terminologia que cada vez mais leva em conta a diversidade cultural em seus processos. A chamada Terminologia Cultural se une, portanto, à Socioterminologia de Gaudin, à TST elaborada por Temmerman e a TCT de Cabré (DIKI-KIDIRI, 2009). O autor tem como proposta a criação de termos em línguas minoritárias africanas para expressar as realidades de conceitos técnico-científicos que se originam de culturas e línguas colonizadoras, o que requer necessariamente a realização de importantes trabalhos de Terminologia e neologia, em todos os campos do conhecimento e especialidade.

Essas teorias críticas à abordagem da TGT, que fora elaborada nos anos 1930 e teve impacto mais preciso nos anos de 1950, vieram à tona a partir da década de 1990. A evidente demora para a aparição de opiniões diversas à TGT em parte se deu por conta de “a grande maioria dos interessados pelo assunto tem sido praticantes de outras áreas com o objetivo de solucionar problemas específicos de seus próprios campos de atuação (CABRÉ, 1999, p. 517). Adjacente a esse fator, Cabré (1999) ressalta que a falta de confronto genuíno de ideias também ocorreu porque o único fórum em discussões sobre Terminologia foi gerenciado por um único centro, o que acarretava em domínio sobre quaisquer temáticas dissidentes.

Com base neste levantamento embrionário acerca das vertentes terminológicas que se dedicam ao resgate de abordagens sociais, comunicativas e linguísticas, um fator se sobressai: embora a sistematização do conceito seja aceita na literatura, no cenário das terminologias linguísticas não se encontram indagações ou propostas a respeito disso.

Nesse contexto, Gomes, Campos e Guimarães (2010) resgatam o pensamento de Vickery (1960) e Kandelaki (1970) na defesa de que essa sistematização será

encontrada nas categorias PMEST – Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo de Ranganathan.

Ranganathan é o autor que explorou ao máximo a relação lógica e sua organização no interior de um sistema em seus Prolegomena, e a organização das classes em facetas e em categorias, fornecendo orientação para ordená-las em todos os níveis (cadeias, renques, facetas). Na Classificação facetada se encontram as bases para produção de classificações e taxonomias consistentes dos conceitos (GOMES; CAMPOS; GUIMARÃES, 2010, p. 8).

O que se verifica é que Ranganathan criou uma terminologia própria a fim de postular sua teoria focada na sistematização e classificação do conceito. Ao analisar um assunto a partir de suas facetas, está se analisando que, na verdade, cada aspecto desse assunto pode ser visto como uma manifestação das características que obedecem postulados pré-determinados. “O sistema torna-se, assim, multidimensional e ilimitado” (BARBOSA, 1969, p. 166).

Wüster traz como um dos postulados da TGT os termos de uma área de assunto relacionando-se como um sistema, com relações lógicas de superordenação e subordinação (genérico e específicas) e com relações ontológicas, que se referem ao objeto e sua relação empírica com outros no tempo ou no espaço. Nessa questão, existe certa aproximação com a classificação de Ranganathan. Com o método das facetas, podemos perceber qualquer área de assunto como um todo, contribuindo para a apresentação sistemática dos termos nos glossários, da mesma forma como recomenda Wüster (GOMES; CAMPOS; GUIMARÃES, 2010).

Os esforços de Ranganathan, entretanto, combinam a sistematização necessária para inclusão da classificação em sistemas de recuperação da informação sem submeter-se à rigidez dos tradicionais métodos terminológicos. Através da adoção de categorias inclusivas, horizontais flexíveis e também dinâmicas em sua Classificação, Ranganathan nos permitiu um outro olhar sobre as formas de organizar o conhecimento e de ler as narrativas produzidas pela humanidade.

Parecem-nos ser, de fato, as categorias que mais respeitariam qualquer orientação para conduzir um trabalho de sistematização daquelas produções que serão identificadas enquanto decoloniais ao longo desta pesquisa.

3.3 A Classificação Facetada de Ranganathan e as categorias PMEST¹⁰

Quando do desafio de assumir o cargo como primeiro bibliotecário na biblioteca da Universidade de Madras, em 1924, Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) se deparou com um universo completamente diferente. O até então professor de matemática dedicou-se a ir para a Inglaterra na sua formação como bibliotecário, estudando na Escola de Biblioteconomia da *University College* em Londres (SOUZA, 2016).

Ranganathan realiza uma pesquisa empírica que, através da investigação de aproximadamente 100 tipologias diferentes de bibliotecas londrinas, o permitiu desenvolver um arcabouço teórico e prático acerca dos elementos envolvidos com a realidade do fazer bibliotecário (LUCAS; CORRÊA, EGGERT-STEINDEL, 2016). Acumulando essa vasta experiência no exterior, seu empenho com as pesquisas na área e a marcante presença da cultura indiana em suas produções, Ranganathan dá início à elaboração de uma teoria inovadora voltada para a classificação de assuntos.

Assim, a Teoria da Classificação Facetada foi um sistema de classificação elaborado na década de 1930 e publicado em quatro grandes obras, sendo elas: *Five Laws of Library Science*, de 1931; *Colon Classification*, de 1933; *Prolegomena to Library Classification*, de 1937 e *Philosophy of Book Classification*, de 1951 (SABBAG; CASTRO FILHO, 2016).

Para Campos (2001), o que Ranganathan evidencia com sua classificação baseada em facetas é a necessidade de se construir um esquema capaz de acompanhar a evolução do conhecimento. Isso porque o bibliotecário indiano considerava o conhecimento como um *continuum*, oriundo do que chama de universo dos assuntos, sendo impossível desenvolver um assunto sem que igualmente haja algum desenvolvimento em todos os outros assuntos relacionados (RANGANATHAN, 1967).

Até aquele momento, no âmbito da Documentação, as tabelas existentes não apresentavam as bases teóricas para sua elaboração. Ranganathan foi o primeiro a evidenciar os princípios utilizados na elaboração de sua tabela, proporcionando uma verdadeira revolução na área da Classificação Bibliográfica (CAMPOS, 2001, p. 27).

¹⁰ Parte deste texto foi apresentado como resumo expandido no II Encontro Nacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) e Antirracistas: MORAIS, M. W. de.; GRACIOSO, L. S. Contribuições de S. R. Ranganathan para evidenciação do pensamento decolonial. *In.*: Encontro Nacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) e Antirracistas, 2., 2021, evento online. Resumo expandido. Disponível em: <https://eventos.eci.ufmg.br/ENBNA-EIBNA/enbnaeibna/paper/viewFile/15/20>

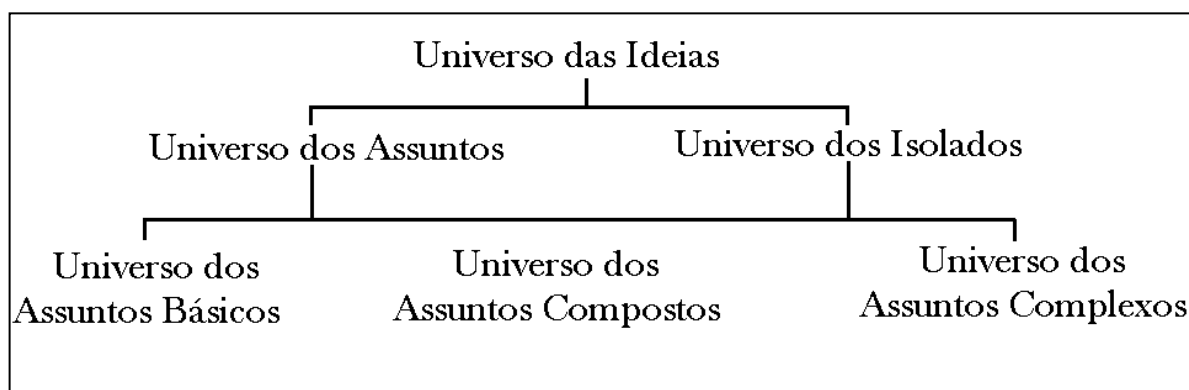
A Classificação Facetada trata-se, pois, de um tipo de classificação que identifica características comuns de um determinado assunto e as organiza em diferentes facetas. Esse processo consiste em duas etapas: a análise de assuntos e a síntese dos elementos que constituem esses assuntos (SALES, 2016, p.67). Ranganathan (1967) discorre sobre como a essência dos seres humanos é a mente, de acordo com as escrituras religiosas hindu chamadas *Upanixade*. A mente seria o local de origem das ideias, sendo a linguagem o meio de comunicação que interliga as ideias das pessoas. Nesse contexto, considera a essência dos assuntos a partir do processo de formação de conceitos.

Para ele, o ponto de partida seria o chamado *Percepto Puro*. O *Percepto Puro* é a impressão que depositamos na memória, oriunda de qualquer entidade, através de nossos sentidos. Como analogia, Ranganathan (1967) utiliza o exemplo de uma estrela. A luz emitida pela estrela gera em nós, a partir de nosso sentido da visão, uma impressão que é depositada em nossa memória, sendo essa impressão o *Percepto*, enquanto que a estrela em si seria a entidade (que ele também chama de *Percepção*). À impressão que geramos a partir da associação de dois ou mais *Perceptos Puros* dá-se o nome *Percepto Composto*.

Assim, *Percepto Puro* e *Composto*, quando depositados na memória, se associam formando os conceitos. Esses conceitos podem assimilar *Perceptos* recém-recebidos bem como outros conceitos recém-formados, dando origem ao que Ranganathan nomeia *Massa de Apercepção*. A *Massa de Apercepção* (conceitos depositados na memória) se conecta com o que apreendemos pela nossa intuição e com os produtos obtidos do processo de pensar, refletir, imaginar, etc., dando origem às ideias.

A totalidade das ideias preservadas pela humanidade determinaria o que chamamos de conhecimento e o que Ranganathan considera ser o Universo das Ideias. E é no Universo das Ideias que o Universo dos Assuntos é concebido, pois este se configura como um corpo de ideias organizadas e sistematizadas, conforme demonstrado no diagrama a seguir.

Figura 7: Diagrama do Universo das Ideias



Fonte: adaptado de RANGANATHAN, 1967.

Uma ideia isolada é a ideia adequada para formar um componente do assunto, mas não é o assunto em si. Assim, a palavra “estrutura”, por exemplo, denota uma ideia isolada que se adequa à composição de muitos assuntos como “estrutura física”, “estrutura química”, “estrutura linguística”, etc. (RANGANATHAN, 1967). Os assuntos podem ou não se relacionar com ideias isoladas, assumindo três tipos: básicos, compostos e complexos.

Os assuntos básicos são aqueles assuntos tidos como um todo, mas que não possuem correlação com nenhuma ideia isolada, como Literatura, Educação, Geometria, etc. Quando uma ou mais ideias isoladas compõem um assunto básico, temos o assunto do tipo composto: Literatura brasileira, Educação de jovens e adultos, Geometria de sólidos, etc. Já os assuntos complexos são formados pelo acoplamento de dois ou mais assuntos ou com base em alguma relação entre eles: “Geopolítica – isto é, a influência da geografia na formação política” (RANGANATHAN, 1967, p. 85).

Apesar dessas questões terem um cunho filosófico, Ranganathan deixa evidente, a todo momento, sua preocupação em relacioná-las com o universo de trabalho da documentação (...). Esses assuntos se apresentam e são analisados na área da documentação a partir dos documentos produzidos por um grupo de falantes de determinado universo de discurso. Dessa forma, a garantia literária e a dinâmica do conhecimento andam juntas, e são esses fatores que determinam a relação do documento com o conhecimento e influenciam a elaboração de esquemas classificatórios para a área da documentação (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 155).

A partir da análise de um assunto complexo é possível fragmentá-lo em suas partes constituintes mais simples, as facetas, até que se esgotem as possíveis divisões. As facetas se consistem, então, em classes reunidas por um mesmo

princípio de divisão, sendo que “dentro de cada faceta os termos que as constituem são suscetíveis a novos agrupamentos, pela aplicação de outras características divisionais, dando origem a subfacetas” (LIMA, 2002, p. 190). Essa fragmentação é feita com base nas chamadas Categorias Fundamentais, sendo elas Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo – PMEST.

Essas categorias podem ser consideradas como “categorias genéricas e, como tais, passíveis de se manifestarem de diversas formas” (COSTA, 2008, p.78). Ademais, Costa (2008) ainda aborda o fato de que as categorias se expressam por meio de conceitos amplos, o que deixa margem para possíveis expansões e adaptações conceituais conforme seu uso.

A categoria Tempo se relaciona com as ideias isoladas de tempo, como dias, meses, anos, etc., bem como o período das estações, o dia e a noite. A categoria Espaço compreende continentes, países, cidades, assim como igualmente pode compreender o espaço geográfico da localização de um assunto ou documento. A categoria Energia se relaciona com a ação que ocorre em torno de um assunto, podendo “ser inanimada, animada, conceitual, intelectual e intuitiva entre todos os tipos de entidades” (RANGANATHAN, 1967, p. 400).

A categoria Matéria pode se manifestar de duas formas: como matéria e como propriedade. Ranganathan (1967) utiliza o exemplo de uma mesa para demonstrar a diferença entre as duas manifestações: uma mesa pode ser feita pela matéria madeira. A madeira é um material intrínseco à mesa, mas não é a mesa em si, podendo servir para a composição de várias outras entidades além de uma mesa. Assim como a matéria, a propriedade de uma mesa ser rígida ou suave não define o que seria uma mesa em si. Assim, podemos considerar que essa categoria pode compreender materiais físicos e propriedades abstratas.

A categoria Personalidade é de difícil explicação, sendo considerada “inefável”, indescritível. Para identificar uma manifestação como integrante da categoria Personalidade, utiliza-se o método de resíduos. Por exclusão, se uma entidade não cabe em nenhuma das outras quatro categorias anteriores, ela se enquadra na categoria Personalidade (RANGANATHAN, 1967). Vickery (1980) apresenta algumas facetas que podem exemplificar a categoria Personalidade, como “bibliotecas, números, equações, comprimentos de ondas de irradiação, obras de engenharia, substâncias químicas, organismos e órgãos, adubos, religiões, estilos de arte, línguas,

grupos sociais, comunidades.” (VICKERY, 1980, p. 212 apud CAMPOS; GOMES, 2003, p. 161).

Cada faceta isolada que compõe um assunto composto pode ser considerada como manifestação de uma e apenas uma categoria fundamental. Assim, as facetas podem ser básicas (FB) e ter relacionamento com o assunto de um documento ou podem estar relacionadas com as cinco Categorias Fundamentais, formando as Facetas de Personalidade (FP), Facetas de Matéria (FM), Facetas de Energia (FE), Facetas de Espaço (FE) e Facetas de Tempo (FT), conforme exemplo a seguir:

Tabela 2: Facetas de um assunto composto

Título	Facetas
Lavagem de carvão	Carvão (FP); Lavagem (FE); <i>Mineração (FB)</i> .
Controle da doença viral do caule da planta do arroz no inverno de 1967 em Madras	Controle (FE); Doença viral (FM); Caule (FP); Planta de arroz (FP); Inverno (FT); 1967 (FT); Madras (FE); <i>Agricultura (FB)</i> .

Fonte: adaptado de RANGANATHAN, 1967, p. 405.

A principal diferença entre o sistema criado por Ranganathan em relação aos outros sistemas com estruturas hierárquicas (como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal), é que a classificação por facetas não se utiliza de classes pré-estabelecidas às quais os títulos devem se relacionar, mas sim de uma análise segundo os elementos conceituais de um assunto (DAHLBERG, 1976). Campos (2001) afirma que “(...) naqueles esquemas, não ocorre a ligação entre o conhecimento e as classificações, mas entre os assuntos dos documentos e as classificações” (CAMPOS, 2001, p. 32).

Tal fator implicaria em um tipo de classificação que coíbe a autonomia do classificador, uma vez que os sistemas hierárquicos são marcados por estruturas rígidas, nas quais os assuntos se relacionam uns com os outros sob uma lógica de subordinação.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, mas frequentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as já existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários

componentes para a especificação do assunto (ARAÚJO, 2006, p. 126).

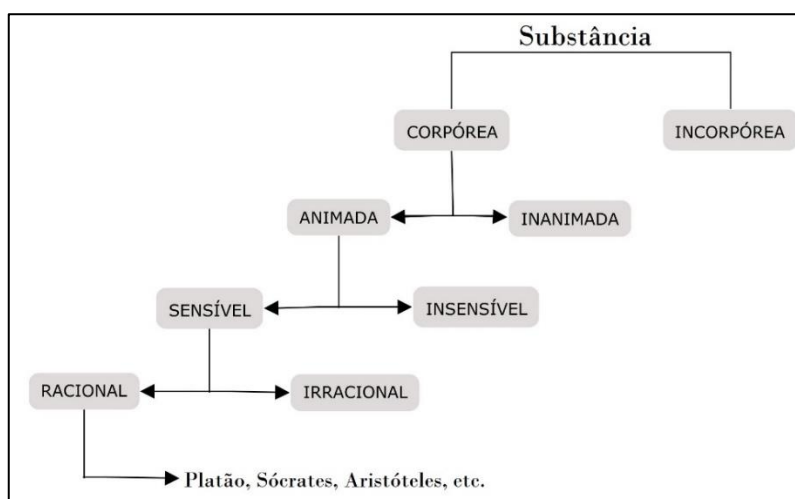
Na Classificação Facetada, os assuntos deixam de ser classificados sob uma perspectiva que parte do geral para o mais particular. Pelo contrário, os assuntos passam a ser classificados do mais específico para o mais geral, pois para garantir a efetiva análise e compreensão de um assunto, o caminho deve ser iniciado pela identificação de suas partes constituintes. Nesse sentido, a Teoria da Classificação Facetada “possibilita suporte na organização do conhecimento, tendo como ponto de partida a modelagem de uma estrutura semântica” (DUARTE, 2010, p. 54).

Assim, o processo de classificação formulado por Ranganathan deixa de adotar uma hierarquia como a apresentada na árvore de Porfírio. A representação da árvore de Porfírio segue uma base dicotômica, ou seja, a cada característica que é adicionada sucessivamente aos elementos os distinguem, a derivação conceitual decorrente se torna mais intensa conforme o aumento das diferenças (DODEBEI, 2001).

Em contraposição a esse modelo, Ranganathan propõe uma “visualização do universo de assuntos de forma bem diferente das classificações hierárquicas e rígidas que refletem uma determinada visão filosófica de mundo, de acordo com o grau de influência recebida das ciências evolucionistas” (COSTA, 2008, p. 68).

Para Shera e Egan (1969), o esquema filosófico da Árvore de Porfírio teria sido o fundamento das classificações hierárquicas tradicionais como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal.

Figura 8: Árvore de Porfírio



Fonte: Adaptado de DODEBEI, 2001.

Campos e Gomes (2003) afirmam que esta é uma forma falha de se classificar assuntos, pois “os assuntos dos documentos não fazem parte de um domínio de conhecimento somente, muito pelo contrário, eles são complexos” (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 158). Dessa forma, ao invés de se utilizar da analogia da árvore de Porfírio para a classificação de assuntos, Ranganathan se orienta para outra analogia: a árvore Baniana.

A árvore Baniana, um tipo de figueira indiana cujos galhos se espalham para o solo, criando raízes que formam outros troncos, seria a melhor representação para uma árvore de classificação. No que Ranganathan chama de “a verdadeira árvore dos assuntos”, a complexibilidade está no envolvente entrelaçamento de galhos e troncos de tal forma que se torna difícil distinguir a qual tronco cada galho pertence. Assim, devemos considerar que o mesmo ocorre com o Universo dos assuntos.

Este modelo, que demonstra a importância de analisar as temáticas de um documento com abrangência conceitual, permite flexibilidade aos sistemas e transforma o rumo dos estudos em classificações bibliográficas no século XX, tornando-se referência quando da organização de assuntos multidisciplinares (BARBOSA,1972).

Figura 9: Árvore Baniana.



Fonte: RANGANATHAN, 1967, p. 368.

A utilização da árvore Baniana por Ranganathan atesta uma perspectiva decolonial, uma vez que prioriza seu *locus* enunciativo e evidencia a importância da conexão entre lugar e pensamento na elaboração de um conhecimento contra-hegemônico. Nesse caminho, interpretamos a Classificação de Ranganathan como uma iniciativa formulada por um indivíduo que também ocupou o lugar de sujeito subalterno no contexto da colonização, uma vez que o pano de fundo do desenvolvimento de sua proposta foi o processo de Independência indiana marcado pela desobediência civil do movimento liderado por Mahatma Gandhi.

Suas obras evidenciam a todo o momento que, para além de sua experiência no exterior, Ranganathan prioriza sua base Bramânica e a influência que a Filosofia Oriental exerceu em sua vida, como bem nos diria Saldanha (2016):

A demonstração deste 'modo peculiar' não apenas de pensar, como de tratar do pensamento como matéria de linguagem, está duplamente espelhado em Ranganathan: tanto sua estrutura de pensamento não é típica das visões ocidentais (e certamente está aqui, em grande parte, a 'intraduzibilidade' ranganathaniana expressa no modo, por vezes, contraditório de expressar a transcendência e a pragmática das 5 'leis'), como sua expressão discursiva, seu 'estilo de redação', é radicalmente distinto dos discursos de fundamentação do pensamento ocidental (marcado, por exemplo, pela conjugação de verso e prosa, de aproximações dedutivas e indutivas para a mesma demonstração, de evocação de elementos sagrados, literários e científicos no mesmo argumento). (SALDANHA, 2016, p. 48).

Nesse caminho, as justificativas para o uso da proposta de S. Ranganathan como base para categorização e análise dos conteúdos decoloniais latino americanos da Ciência da Informação são as de que, ao pensar estas categorias PMEST, o filósofo indiano, que também ocupou o lugar da subalternidade nos processos de colonização, conseguiu visualizar uma possibilidade de organização do conhecimento, de leitura das narrativas produzidas pela humanidade, de modo Universal.

Campos, Gomes e Oliveira (2013) resumem a proposta de Ranganathan e indicam que o pensador apresenta em sua Teoria da Classificação Facetada as Categorias PMEST e suas facetas, como um método de raciocínio para explicitar diversos domínios de conhecimento através de classes e conceitos. Pontualmente, as autoras analisam as categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico.

Em projeto de pesquisa, Bernardino e Gracioso (2017), fizeram também esta aproximação para sistematizar procedimentos de coleta de conceitos relacionados ao contexto das Fazendas Históricas Paulistas, como método de apoio ao cadastro de conteúdos documentários em Padrão de Descrição da informação desenvolvido para tal fim. Também já recorreram a esta proposta de categorização, para propor organização e arquitetura de ambiente Web para o setor de calçados no Brasil, Lorenzon; Gracioso; Amaral; Faria e Hoffmann (2012).

Assim, as categorias de Ranganathan, adaptadas ao contexto da decolonialidade e do feminismo decolonial, não só permitirão reconhecer as facetas destes assuntos, assumidas nas narrativas da CI brasileira, como servirá de estrutura para a proposição de interface web colaborativa, que espelhe esta produção, ressignificada a partir do arranjo proposto para a comunidade.

No entanto, identificamos para a proposta deste projeto que as categorias PMEST serão melhor aproveitadas quando adaptadas à luz da teoria literária sugerida por Costa (2008). Isso porque as categorias literárias nos fornecem a percepção de aspectos conotativos e denotativos presentes nos discursos e que são essências para melhor nos auxiliarem nas categorizações das expressões decoloniais na CI. O detalhamento destas categorias é apresentado na seção seguinte.

4. A DECOLONIALIDADE E O FEMINISMO DECOLONIAL REVISTOS A PARTIR DAS CATEGORIAS PMEST DE RANGANATHAN

Nesta seção, são apresentadas as facetas do pensamento decolonial e feminista decolonial. Para tanto, seguiu-se o mesmo percurso de raciocínio empregado por Costa (2008), no qual o foco está no agrupamento da diversidade terminológica correspondente a cada categoria. Para a seleção desta diversidade terminológica, foi realizada a análise de conteúdo nas obras que sustentam esta pesquisa e extraídos os trechos identificados como os mais relevantes para expressar uma das categorias rangathanianas.

Utilizar as categorias PMEST ampliadas à luz da Teoria Literária possibilitou trabalhar com o levantamento bibliográfico decolonial na seleção de um conjunto de termos que se dividem nas categorias: “Quem”, “O quê”, “Como”, “Onde”, “Quando”, e também “Porque/Para Quem”.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, Costa (2008) se baseia em Bauer e Gaskell para defender que o tamanho da amostragem não deve ser exagerado, pois muito mais relevante é “(...) considerar o esforço envolvido na coleta de dados e na análise [...]” (BAUER; GASKELL, 2004, p. 59 apud COSTA, 2008, p. 31). Assim, valoriza-se o processo em si sem que ele extrapole a capacidade de assimilá-lo.

Na seção 4.1 são exploradas, então, cada uma das categorias PMEST ampliadas. É apresentando, ao final de cada seção terciária, uma ficha síntese com a variedade terminológica dos descritores que compõem o universo narrativo de cada categoria resultante do processo de análise. A seção 4.2 mostrará o mapa conceitual elaborado sobre decolonialidade e feminismo decolonial. A seção 4.3 apresenta os descritores selecionados a partir das fichas e do mapa e que foram utilizados como estratégia de busca nas fontes informacionais.

4.1 Categorias PMEST ampliadas à luz das categorias literárias

Ao se utilizar das categorias PMEST para analisar anunciados extraídos das obras “O sertanejo” e “O gaúcho” de José de Alencar, Costa (2008) pôde elencar um

conjunto de palavras relevantes que expressam cada uma das categorias de Ranganathan de forma mais aguda. Isso porque, na literatura, os termos não aparecem apenas em seu sentido literal, denotativo.

Por vezes, as palavras e conceitos estão permeados de sentidos conotativos que são igualmente essenciais para a construção de sentido e demandam análise mais cuidadosa. A seguir, iremos explorar como ficam cada uma das categorias PMEST ampliadas à luz das categorias literárias de Costa (2008).

4.1.1 Personalidade

Costa (2008) nos diz como os personagens, na literatura, não são apenas humanos, mas podem aparecer enquanto animais ou outros elementos da natureza que preenchem o mesmo espaço de importância que as pessoas. Por esta razão, é mais apropriado se utilizar do termo “ator” do que “personagem”, uma vez que o personagem sugere figuras humanas. Já o ator seria, de forma geral, aquele ou aquilo que é agente do ato. Tal noção estende-se, inclusive, aos elementos do mundo cósmico, seres divinos ou até mesmo elementos “noológicos como: amor, ódio, virtude, dentre tantos outros termos” (COSTA, 2008, p. 127).

A categoria Personalidade é composta pelos seres sujeitos das ações e resultam da pergunta “Quem faz?”. Em seu sentido denotativo, a resposta apresenta uma linguagem de caráter onomástico, já que é composta por nomes próprios ou comuns. Já em seu sentido conotativo, a resposta para essa pergunta pode se configurar acompanhada de um adjetivo, qualificação, ou alguma outra característica particular que legitime sua personalização enquanto sujeito/ator da ação.

Considerando o contexto da decolonialidade e, pensando no sentido denotativo e onomástico de uma resposta para a pergunta “Quem faz (a ação decolonial)?”, poderíamos elencar uma série de nomes comumente abordados enquanto atores do pensamento decolonial.

Autores como Maldonado-Torres (2016), Mignolo (2008), Sandoval (2000), Mota Neto (2018), Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), Grosfoguel (2008) citam que estudos com essa temática decolonial já circulavam desde o século XIX através do pensamento de autores e ativistas como Bolívar (Venezuela), Torres-Caicedo

(Colômbia), Martí (Cuba), Rodó (Uruguai), Bonfim (Brasil), Franz Fanon (Martinica), Aimé Césaire (Martinica), Albert Memmi (Tunísia) e Edward Said (Palestina) e Mahatma Gandhi (Índia). Várias outras personalidades comumente citadas nos estudos decoloniais estão arranjadas no Quadro 2 ao final desta seção.

Ainda considerando o contexto denotativo, podemos esperar uma outra resposta para a pergunta “Quem faz?”: os grupos de estudos que se dedicaram a investigar e discutir os efeitos da colonização, como o Grupo de Estudos Subalternos e o Grupo Modernidade/Colonialidade. Ademais, todas as movimentações de resistência, como os movimentos afro, movimentos indígenas, zapatistas, feministas, dos trabalhadores rurais sem-terra, da Teologia da Libertação, entre outros, são consideradas decoloniais e configuram-se, portanto, na categoria Personalidade. De acordo, Ballestrin (2013) ressalta que não apenas personalidades individuais tiveram protagonismo no fortalecimento de uma corrente decolonial, mas são de igual importância os movimentos sociais.

Foram elencados os demais exemplos:

Mesmo que a decolonialidade possa ser entendida num sentido restrito (...) optamos por um sentido amplo que abarca a longa tradição de resistência das **populações negras e indígenas** e, posteriormente, daqueles que Frantz Fanon (2005) nomeou como **condenados da terra** (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020, p.9-10, grifo nosso).

As populações negras e indígenas assumem a ação de resistir às forças coloniais e, juntamente com os “condenados da terra” que é uma expressão linguística indicativa de um sujeito conotativo, desempenham função de atores no contexto decolonial.

O contexto de luta igualmente configura o próximo arranjo de personalidades, sendo que as adjetivações em “povo de santo” e “jovens da periferia” configuram o sentido conotativo dos sujeitos em questão. A mesma movimentação ocorre nos outros nomes que se arranjam no quadro de descritores conotativos:

[...] é preciso trazer para o primeiro plano a luta das políticas das **mulheres negras**, dos **quilombolas**, dos diversos **movimentos negros**, do **povo de santo**, dos **jovens da periferia** [...] (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020, p. 10, grifo nosso).

Esta proposta retoma parte dos postulados dos anos setenta e oitenta de **afrofeministas**, **chicanas** e **lésbicas radicais**. Reconhece que é

aí que se situa uma proposta descolonizadora, vista no contexto latino-americano e caribenho atual (CURIEL, 2009, p. 4).

Enquanto isso, os sentimentos de desobediência epistêmica configuram exemplos de expressões que nem sempre acompanham um nome próprio ou comum, mas que ainda assim representam igualmente os atores decoloniais.

[...] espero também que fique claro que a opção descolonial demanda ser **epistemicamente desobediente** (MIGNOLO, 2008, p. 323, grifo nosso).

Entende-se, aqui, que a energia envolta da ação de descolonizar, representada pela expressão opção/giro descolonial, se dá através da uma desobediência epistêmica para que mudanças possam se concretizar:

Assim, toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica (MIGNOLO, 2008, p. 287).

Portanto, a mudança, figurada na expressão “descolonização política” determina, chama, precisa de um agente que realize a opção/giro descolonial e este agente é a desobediência epistêmica.

No trecho seguinte, Escobar (2005) define que entende como sujeito outro aquele que está fora da modernidade, sendo que “estar fora” remete a um fora constituído como diferença pelo discurso hegemônico e implica em ações de reivindicar seu direito de viver, de desenvolver sua própria cultura, economia, política, etc.:

[...] o **Outro** como **oprimido**, como **mulher**, como **mercado racialmente**, como **excluído**, como **pobre**, como **natureza**. Com o apelo da exterioridade em que se situa, o Outro torna-se a fonte originária do discurso ético vis-à-vis uma totalidade hegemônica (ESCOBAR, 2005, p. 74, tradução nossa).

Outros fragmentos de sujeitos conotativos são apresentados a seguir:

Modelos de desenvolvimento científico, político e econômico são exportados dos países norte-cêntricos ao sul global, desconsiderando, dentro dessa lógica, qualquer possibilidade de projetos de emancipação elaborados pelos **sujeitos que habitam a zona do não ser** (FANON, 2008 apud BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p.13, grifo nosso).

De fato, a sensação de que a cultura mundial seria degradada se a diversidade de conhecimentos e visões de mundo fosse perdida é

compartilhada por **intelectuais modernos, operadores da cultura, comunidades locais, ativistas políticos, globalizadores contra-hegemônicos e nacionalistas** em todo o planeta (CASTRO-GÓMES; RIVERA, 2002, p. 187).

[...] Mudar de pele como a serpente, mas não a perversa serpente traiçoeira que tentou Adão na Mesopotâmia, mas a "serpente emplumada", a Dualidade Divina (**Quetzalcoátl**), que "muda de pele" para crescer. Vamos mudar a pele! (DUSSEL, 1994, p.84, tradução nossa).

Aqui, Dussel (1994) cita a divindade *Quetzalcóatl*, representada como uma serpente emplumada pelos astecas, para incitar o crescimento, a evolução e a transformação como ações decoloniais. Outro elemento divino é resgatado como personalidade pelo autor:

Será necessário sempre, em todos os problemas culturais latino-americanos, do passado e do presente, ter como ponto de referência nossas culturas ameríndias. Nossos vales e montanhas estão ainda repletos de **huacas incas** e *Quetzalcoátl* continua iluminando os campos mexicanos (...) (DUSSEL, 1997, p. 182).

O autor cita as *Huacas incas*, divindades no mundo andino que se identificam como uma pedra, uma estatueta, uma colina, etc., ou seja, com um objeto material que em si carrega divindade e se conecta com a ação transformadora:

Sua sacralidade, então, não está meramente associada a uma ideia do sagrado, mas ao poder que emana dessas coisas materiais, um poder capaz de intervir e transformar a realidade e as relações sociais. Em outras palavras, não se trata de símbolos que representam um significado abstrato ou algo que não está neles, mas de índices nos quais uma determinada agência está presente (ALLEN, 2015 apud AGUIRRE, 2021, p. 727, tradução nossa).

Conforme nos diz Costa (2008), é muito difícil separar a categorização das categorias Personalidade e Matéria, pois “as propriedades da matéria estão intimamente ligadas àquilo que as exprimem” (COSTA, 2008, p. 127). Posto isto, vale ressaltar a escolha destes descritores como agentes que fortalecem as culturas e os lugares subalternizados pelo projeto eurocêntrico da modernidade e que visam um diálogo crítico como um convite a todos e todas para a produção de saberes mais decoloniais (sendo estas as características que o legitimam enquanto sujeitos da ação decolonial).

Outros descritores seguem as mesmas linhas de raciocínio explicitadas nos exemplos anteriores. O quadro completo da categoria Personalidade é apresentado a seguir.

QUADRO 2: Descritores da Categoria Personalidade

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>PERSONALIDADE</i></p> <p><i>Narrador</i></p> <p><i>Agente, sujeito da ação</i></p> <p><i>Personagens</i></p> <p><i>Figuras mitológicas</i></p> <p><i>Atores</i></p> <p><i>Onomástico</i></p> <p><i>Quem?</i></p> <p><i>(COSTA, 2008)</i></p> <p><i>QUEM FAZ A AÇÃO DECOLONIAL?</i></p>	<p>Populações negras e indígenas. Mulheres negras. Quilombolas. Chicanas. Oprimido. Mulher. Excluído. Pobre. Natureza. Comunidade LGBTQIA+. Camponeses. Universidades. Acadêmicas feministas brasileiras e latino-americanas. Coletivos de feministas anarquistas bolivianas. Comunidade feminista.</p> <p>Movimentos sociais. Movimento dos Sem Terras. Movimento de mulheres Camponesas. Zapatistas. Movimentos Indígenas. Movimento <i>Taki Unquy</i>. Movimentos LGBTQIA+. Movimentos feministas. Movimentos negros. Margaridas na Paraíba. Fórum Social Mundial. Fórum Social das Américas. Grupo de Estudos Subalternos. Grupo Modernidade/Colonialidade. Movimento Teologia da Libertação. Movimento Mundial Mulheres Reais. Casa das Mulheres da Maré. Pastoral Afro-Brasileira. Via Campesina. Fórum Mundial de Pescadores. Amigos Internacionais da Terra.</p> <p>Franz Fanon. Aimé Césaire. Luiz Gama. Maria Firmina dos Reis. José do Patrocínio. Abdias do Nascimento. Guerreiro Ramos. Lélia Gonzalez. Beatriz do Nascimento. Paulo Freire. Orlando Fals Borda. Simón Bolívar. Torres-Caicedo. José Martí. José Enrique Rodó. Albert Memi. Edward Said. Mahatma Ghandi. Eduardo de Oliveira e Oliveira. Guerreiro Ramos. Cidinha da Silva. Clóvis Moura. Sueli Carneiro. Jurema Werneck. José Jorge de Carvalho. Ngũgĩ wa Thiong'o. Chimamanda Ngozi Adichie. Kabengele Munanga. Maya Angelou. Harriet Tubman. Paulina Chiziane. Paul Gilroy. Du Bois. Angela Davis. bell hooks. Oliver C. Cox. Kimberlé Crenshaw. Kia Lilly Caldwell. Patricia Hill Collins. Shirley Anne Tate. Lewis Gordon. Nilma Lino Gomes. Valter Roberto Silvério. Marcelo C. Rosa. Osmundo Pinho. Milton Santos. Chiquinha Gonzaga. Conceição Evaristo. Carolina Maria de Jesus. Wilson do Nascimento Barbosa. Virgínia Bicudo. Wilson Roberto de Mattos. Josildeth Consorte. Thereza Santos. Maria de Lourdes Siqueira. Sylvia Wynter. Ranajit Guha. Partha Chatterjee.</p>	<p>Condenados da terra. Povo de santo. Jovens da periferia. Afrofeministas. Mulheres de terceiro mundo. Lésbicas radicais. Desobediência epistêmica. Marcado Racialmente. Outro. Sujeitos que habitam a zona do não ser. Povo oprimido. Populações afrodiaspóricas. Populações terceiro-mundistas. Povos subalternizados. Grupos populacionais raciais e étnicos. Mestiços. Povos colonizados. Grupos racializados. Intelectuais modernos. Operadores da cultura. Comunidades locais. Ativistas políticos. Globalizadores contra-hegemônicos. Nacionalistas. Sujeito político. Sujeito social.</p> <p><i>Quetzalcoátl. Huacas incas.</i></p>

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
	Dipesh Chakrabarty. Gayatri Spivak. Ottobah Cugoano. Juan Carlos Mariátegui. Amílcar Cabral. Fausto Reinaga. Rigoberta Menchú. Felipe Wamam Puma de Ayala. Otabbah Cugoano. Dolores Cacuango. Adriana Varejão. Angela Figueredo. Beatriz Nascimento. Cherrie Moraga. Elizabeth Teixeira. Cinzia Arruzza. Consuelo Pereira dos Santos. Tithi Bhattacharya. Glória Anzaldúa. Grada Kilomba. Julieta Paredes. Luiza Bairros. Marcela Cantuária. Maria da Graça Costa. Maria Elvira Díaz-Benítez. María Galindo. María Lugones. Marina Lazreg. Nancy Fraser. Ochy Curiel. Oyérónké Oyewúmi. Rita Segato. Suely Messeder. Susana Castro. Thula Pires. Yuderkys Espinosa Miñoso.	

4.1.2 Matéria

Ranganathan (1967) nos apresenta como a categoria Matéria é composta pelas manifestações material e propriedade, se utilizando do exemplo de uma mesa de madeira suave ou rígida. Assim, como o tipo de material possui propriedades que vão originar outros objetos, eles devem sua forma não somente às características desses materiais, mas igualmente às propriedades inerentes à sua configuração como textura, cor, volume, etc.

Linguisticamente falando, os objetos podem se expressar “por meio do uso de substantivos e por propriedades que podem ser absolutamente abstratas, adjetivadas, que somam matéria e propriedade para criar suas características físicas” (COSTA, 2008, p. 133). A pergunta que se faz aqui é “O que?”, nos levando ao entendimento de que a categoria pode abarcar o assunto predominante de cada enunciado.

Posto isto, podemos considerar a pergunta “O que (é abordado nos estudos/enunciados decoloniais)?”. Esta categoria se relaciona com a temática abordada na decolonialidade, pois como nos diz Costa (2008) é a partir do tema que os enredos se desenvolvem e se estruturam.

Para obter respostas de sentido denotativo temos que, conforme abordado na seção 2.1, os assuntos predominantes dos estudos decoloniais se assemelham, pois

tratam de estudos que abordam pontualmente sobre os efeitos da colonização, sobre o eurocentrismo, sobre a modernidade, sobre os fatores históricos envolvidos no contexto decolonial, entre outros.

Comumente são abordados eventos sociais que configuraram ações decoloniais, como a Marcha das Margaridas, a Marcha Tricentenário da Morte de Zumbi, etc., assim como os Movimentos e Coletivos, como as Margaridas na Paraíba, Movimento de Mulheres Camponesas, etc. Importante frisar aqui que, a partir de uma perspectiva que estuda e analisa estes movimentos e eventos, eles passam a ser Matéria, isto é, objeto de estudo. No entanto, a partir de uma perspectiva que considere os Movimentos e Coletivos como um conjunto de pessoas, eles passam a ser Personalidades. E a partir de uma perspectiva que considere os eventos das Marchas como uma ação realizada, elas passam a ser Energia.

Costa (2008) resgata o trabalho de Agustín Lacruz (2006), que divide a categoria Matéria em duas subdivisões: temática referencial e temática não referencial, guiando nosso entendimento sobre a separação dos conceitos entre denotativos e conotativos. A subdivisão temática referencial se relaciona com os assuntos objetivos e conceituais, portanto, denotativos. A temática não referencial se relaciona com assuntos que empregam termos que exprimem propriedades abstratas.

O primeiro exemplo, a seguir, nos mostra um descritor denotativo, apresentado de forma objetiva e conceitual. O segundo exemplo nos mostra um descritor conotativo, em que o termo “plurirracial” exprime uma propriedade para o conceito “democracia”:

Uma das preocupações centrais dos trabalhos sobre descolonização e decolonialidade é a questão do **conhecimento** (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 9, grifo nosso).

[...] é condição para construção de uma **democracia plurirracial** caracterizada por uma igualdade econômica, social, cultural que permita a coexistência e o diálogo entre diversos grupos raciais (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 15, grifo nosso).

Seguem outros exemplos de caráter denotativo:

[...] o **pluriversalismo** rejeita a universalidade de soluções, onde um define pelos outros qual é a solução (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 16, grifo nosso).

[...] Nascimento elaboraria o conceito de **quilombismo**, em que a ideia de reexistência é expressa como “afirmação humana, étnica e cultural” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2020, p. 15, grifo nosso).

Outros exemplos de caráter conotativo:

Se o **Universalismo abstrato** é um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, o **universalismo concreto** (...) não esconde seu lugar de enunciação, suas influências corpo-políticas e geopolíticas. (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOQUEL, 2020, p. 15, grifo nosso).

[...] Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser lançam um manifesto para promover um “outro” feminismo, associado aos **ativismos antirracistas, ambientalistas, trabalhistas e em defesa dos imigrantes** (HOLLANDA, 2020, p. 13, grifo nosso).

Quadro 3: Descritores da Categoria Matéria

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>MATÉRIA</i></p> <p><i>O objeto de uma ação ou manifestação</i></p> <p><i>Item</i></p> <p><i>Objeto simbólico</i></p> <p><i>Temáticos formais</i></p> <p><i>Conceitual</i></p> <p><i>O Quê?</i></p> <p><i>(COSTA, 2008)</i></p> <p><i>O QUE É</i></p> <p><i>ABORDADO NA AÇÃO DECOLONIAL?</i></p>	<p>Conhecimento. Quilombismo. Pluriversalismo. Transmodernidade.</p> <p>Margaridas na Paraíba. Marcha das Margaridas. Movimento de mulheres Camponesas. Marcha das Mulheres Negras. Marcha Tricentenário da morte de Zumbi. Marcha contra o Racismo e Intolerância Religiosa.</p>	<p>Democracia plurirracial. Universalismo concreto. Universalismo abstrato. Ativismo antirracista, ambientalista, trabalhista e em defesa dos imigrantes. Ativismo midiático. Projetos políticos e intelectuais. Pedagogia Decolonial. Cultura política. Diversidade epistêmica. Culturas ameríndias. Consciência negra. Ruptura epistemológica. Articulação nacional de agroecologia. Rede carioca de agricultura urbana. Feminismo comunitário. Ecologia de saberes.</p> <p>Genealogias decoloniais. Releituras históricas. Cultura popular revolucionária.</p>

4.1.3 Energia

Segundo nos diz Ranganathan (1967), a categoria Energia se relaciona com a manifestação de uma ação. Depreende-se daí que tal ação pode ser realizada por qualquer entidade, seja ela de ordem animada ou inanimada, intuitiva, intelectual ou conceitual e podem até mesmo ocorrer ao mesmo tempo (COSTA, 2008).

Assim, a identificação dessa categoria se dá através de expressões linguísticas verbais, uma vez que são as estruturas que indicam o tipo da ação ou intervenção provocada por um sujeito ou personalidade. Costa (2008) acrescenta que a indagação sobre como se dá algo nos leva à identificação da ação, sendo a pergunta “Como?” central aqui.

Seguem alguns exemplos de expressões linguístico-semânticas verbais que configuram esta categoria. A lista completa se apresenta no quadro ao final desta seção:

Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na capacidade de **esclarecer** e **sistematizar** o que está em jogo, **elucidando** historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a **pensar** em estratégias para **transformar** a realidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020, p. 10, grifo nosso).

O **empoderamento** das antropologias mundiais é uma **intervenção** no sentido de possibilitar "outras antropologias e antropologias de outra forma" (ESCOBAR, 2005, p. 255, tradução nossa, grifo nosso).

Uma perspectiva desse tipo requer recuperar o sentido utópico-transformador da ação. Para que a falta de disciplina da universidade possa atacar a disciplina neoliberal, é preciso reivindicar a possibilidade de conhecimento para a **emancipação** (WALSH, 2005, p. 237, tradução nossa, grifo nosso).

Se a interculturalidade não é um fato verificável, mas um processo em construção por meio de práticas e ações concretas (...) a interculturalidade pode ser entendida mais como um verbo do que como um substantivo. **Interculturalizar** a razão e as palavras é o caminho que eu gostaria de trilhar (...) como modo de vida a partir do confronto, da crítica, do aprendizado e da crise (GARCÊS, 2005, p. 163, tradução nossa, grifo nosso)

Os verbos nos mostram o tipo de ação, mudança, intervenção, provocada por um determinado sujeito ou personalidade em relação a alguém ou a alguma coisa (COSTA, 2008), assim como no exemplo a seguir, em que a expressão destacada mostra uma ação manifesta:

Esta **arte dos oprimidos** é expressão da miséria, e muito mais, é manifestação de protesto e de esperança de libertação. No fundo do messianismo popular latino-americano (tão característico do sertão brasileiro com seus santos, profetas e messias, perseguidos e assassinados por policiais e até por párocos, em outros tempos), existe uma autêntica potência produtiva, criativa, também artística, que nos revela o potencial libertador histórico dos pobres (DUSSEL, 1997, p.166, tradução nossa, grifo nosso).

Outros exemplos de ações manifestadas são elencados a seguir:

As opções descoloniais e o pensamento descolonial têm uma genealogia de pensamento que não é fundamentada no grego e no latim, mas no *quechua* e no *aymara*, nos *nahuatl*s e *tojolabal*, nas línguas dos povos africanos escravizados que foram agrupadas na língua imperial da região (...), e que reemergiram no pensamento e no fazer descolonial verdadeiro: **Candomblés, Santería, Vudú, Rastafarianismo, Capoeira**, etc. (MIGNOLO, 2008, p. 292).

[...] nossos anciãos salvaguardaram e fortaleceram nossas identidades e instituições por duas vias simultâneas: 1) a interna, enraizada na força dos usos e **costumes**, na recriação de **mitos e ritos**, na reconstituição de povos e territórios, bem como na reconstrução de **memória ancestral e coletiva** a ser projetada em um futuro com inclusão social que nada mais é do que o posicionamento do princípio da diversidade; 2) a externa, que permitiu o uso de mecanismos como “revoltas”, “revoltas indígenas” ou “revoltas” contra os abusos e desapropriações promovidos pela estrutura do poder dominante (PACARI, 2006, n.p. apud MIGNOLO, 2008, p. 318, tradução nossa, grifo nosso).

Este último recorte é essencial para perceber que a ação decolonial se manifesta nos processos de luta sim, mas não somente. É preciso reconhecer a importância que os rituais, a epistemologia, a língua, a economia própria, entre outros elementos, são igualmente ações manifestas que garantem a resistência das identidades no decurso das violências coloniais.

A decolonialidade configura-se enquanto energia, visto que é abordada como projeto de intervenção às forças coloniais, isto é, o conceito de decolonialidade em si demanda por uma atitude para que todo um desencadeamento de ações congruentes possa emergir:

Adotamos neste livro uma definição ampla de decolonialidade, que não está restrita a um conjunto de autores, a fim de apreendermos os processos de resistência e luta pela reexistência das populações afrodiáspóricas BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 9).

A partir da **atitude decolonial**, o condenado emerge como um pensador, um criador e um ativista a fim de construir um novo mundo (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 19, grifo nosso).

[...] diversas ações, eventos de resistência política e epistêmica que nomeamos, ao lado de muitos outros, como **decolonialidade, giro decolonial** ou **projeto decolonial** (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 9, grifo nosso).

Focando na questão sobre como se dá algo, como ocorre uma sequência de acontecimentos com determinadas pessoas ou personagens decorridos de uma ação, os eventos temáticos e sociais podem configurar essa Categoria:

A **Marcha** [das Mulheres Negras] pode ser lida como a **afirmação** da uma identidade negra, em que mulheres com trajes multicoloridos, tranças e turbantes ocuparam os espaços públicos do país (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020, p. 21, grifo nosso).

Como vimos, a pergunta central desta Categoria nos leva ao entendimento de que ela pode ser interpretada da seguinte forma: “Como é feita (a ação decolonial)?”. Portanto, a Energia também se relacionada com as formas de análise e os procedimentos metodológicos que são utilizadas nos estudos decoloniais, pensando a partir de um sentido conotativo.

Elencamos as seguintes formas de análise e procedimentos que estudos decoloniais compartilham: análise histórica do sistema-mundo (GROSFUGUEL, 2008); destaque da produção do conhecimento e das narrativas a partir de loci geopolíticos e corpos-políticos de enunciação (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016); discussões sobre o pensamento de fronteira, transmodernidade e socialização do poder como alternativas descoloniais ao atual sistema-mundo (DUSSEL, 2004); elaboração de um panorama das pesquisas nos países Ibero-Americanos; discussões acerca da colonialidade global nos dias atuais (SANTOS; 2018). Estes e outros procedimentos constam no quadro de descritores na forma frasal.

Ainda no sentido conotativo, podemos considerar a desclassificação de García Gutiérrez. O autor narra sobre como, desde o início de suas concepções, a produção e a organização do conhecimento são orientadas por ações colonizantes e é neste âmbito que define a desclassificação enquanto ação que “(...) propõe a reabilitação

de antigos valores banidos pelo pensamento hegemônico, como estesia, incerteza, provisionalidade, retórica ou contradição” (GARCÍA GUITÉRREZ, 2013, p. 93).

Outros exemplos conotativos são elencados a seguir:

[...] Lélia propõe a categoria **amefricanidade**, incorporando um longo processo histórico afrocentrado. Segundo ela, o valor metodológico da amefricanidade está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determina parte do mundo (HOLLANDA, 2020, p. 14, grifo nosso).

[o feminismo decolonial] investe em **contraepistemologias** situadas para enfrentar o império cognitivo europeu e norte-americano (HOLLANDA, 2020, p. 14, grifo nosso).

A noção de "bem viver" igualmente se estabelece enquanto Energia de forma conotativa. "Bem viver", tradução de *Sumak Kawsay* em língua Kichwa, promove princípios de ordem social e econômica consagrando os direitos da natureza:

No uso atual desta expressão, a ênfase é colocada na **proteção** do meio ambiente e na demonstração da solidariedade. Por outro lado, também alude à necessidade de "**aprofundar** a democracia", enfatizando a promoção de uma série de direitos e garantias sociais (AVENDAÑO, 2009, p.557, tradução nossa, grifo nosso).

O bem viver foi incorporado na Constituição de 2008 do Equador, no artigo 275 que define este conceito como ação que "exigirá que indivíduos, comunidades, povos e nacionalidades gozem efetivamente de seus direitos e exerçam responsabilidades no âmbito da interculturalidade, do respeito às suas diversidades e da convivência harmoniosa com a natureza" (ECUADOR, 2008 apud SANTOS, 2010, p. 82).

QUADRO 4: Descritores da Categoria Energia

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>ENERGIA</i></p> <p><i>Ação</i></p> <p><i>Função</i></p> <p><i>Método</i></p>	<p>Esclarecer. Sistematizar conceitos decoloniais. Elucidar a colonialidade. Pensar estratégias. Transformar a realidade. Empoderar. Intervir. Transgredir. Emancipar a nação. Reexistir. Interculturalizar.</p>	<p>Bem viver. Atitude decolonial. Ativismo individual e coletivo. Giro decolonial. Desclassificação. Contraepistemologias. Epistemologias originárias.</p> <p>Narrativas contraoficiais.</p>

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>Evento</i></p> <p><i>Acontecimentos Temáticos</i></p> <p><i>Causa e efeito Conceitual</i></p> <p><i>Como? (COSTA, 2008)</i></p> <p>COMO É FEITA A AÇÃO DECOLONIAL?</p>	<p>Descolonizar currículos. Validar conhecimentos-outras. Desintegrar a matriz colonial.</p> <p>Arte dos oprimidos. Costumes. Mitos. Ritos. Memória ancestral e coletiva. Candomblé. Santería. Vudú. Rastafarianismo. Capoeira.</p> <p>Eventos de resistência política e epistêmica. Marcha das Mulheres Negras. Marcha das Margaridas. Marcha Tricentenário da morte de Zumbi. Marcha contra o Racismo e Intolerância Religiosa. Parada Gay. Marcha do Orgulho trans.</p>	<p>Pensamento crítico decolonial. Filosofia feminista africana. Amefricanidade.</p> <p>Análise histórico-crítica. Destaque da produção do conhecimento decolonial. Discussões sobre o pensamento de fronteira, transmodernidade e socialização do poder. Elaboração de um panorama das pesquisas nos países Ibero-Americanos. Discussões acerca da colonialidade global atual. Exploração da relação modernidade/colonialidade. Debate sobre as relações de raça, gênero e sexualidade.</p>

4. 1.4 Espaço

A categoria Espaço se relaciona com o local em que determinado objeto, fenômeno, indivíduo ou entidade se situam. Em Ranganathan (1967), como o espaço é pensado no bojo da superfície da Terra, de seu interior e o que está além dela, no espaço cósmico, tal categorização se restringe à concepção de lugares reais.

Costa (2008) nos mostra como, através da literatura, é possível expandir esta categoria e passar a considerar os lugares virtuais ou imaginários, físicos ou psicológicos também. Sendo assim, a categoria espaço emerge enquanto resposta à pergunta “Onde?”.

Costa (2008) chama atenção para duas tipologias: os espaços finitos e delimitados conceitualmente, de fácil identificação, e os espaços imaginários e abstratos que, por serem subjetivos e imprecisos, são mais difíceis de se identificar. Estes espaços subjetivos se agregam de elementos simbólicos, sagrados, alegóricos, utópicos:

[...] tais como o espaço cultura, o espaço não-euclidiano, o espaço virtual. Conceitualmente, esse tipo de espaço tanto pode ser um

intervalo ou distância entre dois pontos de referência, como pode abarcar o infinito. Agregam-se a essa tipologia os espaços imaginários e, ainda, os lugares metafóricos (...) (COSTA, 2008, p. 142).

Assim, pensando no sentido denotativo de um espaço físico que responda à pergunta “Onde (ocorre a ação decolonial)?”, temos a América Latina como palco do grupo Modernidade/Colonialidade e ponto de partida do pensamento decolonial no continente, conforme já abordado previamente.

Lugares que representam o pensamento decolonial variam entre os países da Ibero e Latino América, Ásia Meridional, África Subsaariana e Oriente Médio. Regiões como Estados Unidos, Inglaterra e Europa são constantemente mencionadas nos textos decoloniais, no entanto, sob uma óptica de análise crítica no que tange às relações de poder.

Evidenciando essa afirmação, Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) nos dizem que o projeto decolonial reconhece a dominação colonial nas fronteiras externas dos impérios (nas Américas, no sudeste da Ásia, no norte da África), bem como reconhece a dominação colonial nas fronteiras internas dos impérios, por exemplo, negros e chicanos nos Estados Unidos, paquistaneses e indianos na Inglaterra, magrebins no França, negros e indígenas no Brasil etc.

Snachéz-Tarragó, Bufrem e Santos (2015) sintetizam a problemática ao afirmar que:

Com a consolidação da Europa como centro do capitalismo mundial - graças à vantagem comparativa sobre o mundo otomano-islâmico, Índia e China proporcionada pela descoberta, conquista e colonização da América (DUSSEL, 1999) - a Europa não detinha apenas o controle do mercado mundial ao contrário, foi capaz de impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” assim constituído (SANCHÉZ-TARRAGÓ; BUFREM; SANTOS, 2015, p.6)

Autores como Ballestrin (2013), Colaço (2012), Mignolo (2008) e, principalmente Spivak (2010), abordam estudos pós-coloniais que se dedicam a refletir a herança colonial do Império Britânico em regiões como a Índia e o Oriente Médio. Nesse contexto, citações ao Grupo de Estudos Subalternos é recorrente quando da narrativa sobre sua missão de recontar a historiografia indiana a partir dos camponeses durante a ocupação colonial inglesa.

Pensando a partir de uma perspectiva conotativa, temos os exemplos que seguem:

Waman Puma e Ottabah Cugoano abriram um **espaço-outro**, o espaço do pensamento descolonial, na diversidade de experiências a que os seres humanos foram forçados pelas invasões europeias (MIGNOLO, 2008, p. 258, tradução nossa, grifo nosso).

[as culturas] passam cotidianamente pelo processo de recriação a partir de fluxos e trocas de ideias, valores e projetos que circulam pelo **mundo afrodiaspórico** (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 17, grifo nosso).

Em muitos casos, os sujeitos da teorização pós-colonial são intelectuais nascidos em **regiões subalternizadas** pela modernidade europeia que agora trabalham em academias ou universidades em países ex ou neocolonialistas (CASTRO-GÓMEZ, 1998, p.171, tradução nossa, grifo nosso).

Resistência e projetos de reexistência zigzagueiam pelo **Atlântico Negro** (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 16, grifo nosso).

É o movimento rumo à coalizão que nos impulsiona a conhecer uma à outra como entes que são densos, relacionais, em socialidades alternativas e alicerçadas nos **lugares tensos e criativos** da diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 942).

Abya Yala é outro conceito igualmente presente nos estudos decoloniais para exemplificar a movimentação que alguns povos indígenas tem realizado ao se voltar ao território que hoje conhecemos e chamamos de América Latina. Movimentação similar é levantada por autores decoloniais que também abordam o território Anáhuac, relacionado com o que hoje conhecemos como território México e Tawantinsuyu, para se referir ao Império Inca (MIGNOLO, 2008; LANDER, 2005; DUSSEL 1992).

[...] organizações indígenas começaram nos últimos anos a se referir à região como **Abya Yala** (...) Essa recategorização do nome tem um duplo sentido: como posição política e como **lugar de enunciação**, ou seja, como forma de enfrentar o peso colonial presente na “América Latina” entendida como projeto de ocidentalização (MUYULEMA, 2001 apud WALSH, 2006, p. 31-32).

Consoante com o conceito de lugar de enunciação, está o conceito de corpo-geopolítica do conhecimento:

Este livro é escrito a partir de um e para uma **localização corpo-geopolítica** específica (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 18, grifo nosso).

Este exemplo sinaliza a importância dos atores decoloniais afirmarem um lugar de enunciação, isto é, anunciarem suas localizações nas estruturas do poder quando

da produção do conhecimento. Um dos notórios exemplos foi o caso de Abdias do Nascimento que, no nigeriano Festival Mundial de Artes e Culturas Negras, identificou-se não como um representante do Brasil, mas um sobrevivente da República de Palmares. Tal afirmação parte de seu lugar de enunciação e se relaciona com as experiências por ele vividas enquanto negro no Brasil.

Também a transmodernidade sugerida por Dussel (2001) pode compor esta categoria, uma vez que o autor a define como um mundo pluriversal que pode fornecer uma multiplicidade de repostas críticas, decoloniais, oriundas do sul global. Grosfoguel complementa que:

[...] podemos começar a imaginar **mundos alternativos** para lá do eurocentrismo e do fundamentalismo. A transmodernidade é o projeto utópico que o filósofo da libertação Enrique Dussel propõe para transcender a versão eurocêntrica da modernidade (GROSFOGUEL, 2008, p. 139).

O que fica claro nessas palavras é como a transmodernidade é considerada um espaço metafórico, como uma estrutura ou uma rede capaz de resgatar os sujeitos subalternos e excluídos no processo “civilizatório” em favor da igualdade e da diversidade epistêmica.

QUADRO 5: Descritores da Categoria Espaço.

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>ESPAÇO</i></p> <p><i>Ambiência</i></p> <p><i>Lugar/Local</i></p> <p><i>Conceitual</i></p> <p><i>Topográfico</i></p> <p><i>Onde?</i></p> <p><i>(COSTA, 2008)</i></p> <p><i>ONDE É FEITA A AÇÃO DECOLONIAL?</i></p>	<p>Ibero América. América Latina. Ásia Meridional. África Subsaariana. Oriente Médio. Sudeste asiático. Índia. Norte africano. Brasil. Argentina. Bolívia. Chile. Colômbia. Equador. Guiana, Paraguai. Peru. Uruguai. Venezuela. Haiti. Nicarágua. Cuba. Caribe.</p>	<p>Zona colonial. Sistema-mundo. Mundo afrodiaspórico. Mundo transmoderno. Améfrica. Lugares tensos e criativos. Mundo Latino-Americano. Regiões subalternizadas. Transmodernidade. Atlântico negro. Corpo-geopolítica. Fronteiras externas dos impérios. Fronteiras internas dos impérios. Lugar de enunciação. Quilombola de Palmares. Territórios coloniais. Espaço acadêmico. Sul global. Terceiro Mundo.</p>

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
		Espaço-outro. <i>Pacha. Abya Yala.</i> <i>Anáhuac. Tawantinsuyu.</i>

4.1.5 Tempo

Tempo se apresenta como uma categoria abstrata. Ranganathan (1967) aborda como a categoria demanda uma relação dos acontecimentos a um espaço de tempo, podendo este ser dias, meses, anos, décadas, séculos, etc., ou outras formas que os humanos criam para mensurar a cronologia de tempo. Ademais, configuram-se nesta categoria fragmentos de tempo, como as estações do ano e períodos como o dia e a noite.

Costa (2008) acrescenta que para abranger a compreensão desta categoria é necessário considerá-la a partir de um entendimento metafísico, a fim de se levar em consideração todas as possibilidades de tempos reais e imaginários. Assim, é possível abarcar variações cronológicas, históricas, psicológicas ou metafísicas. Aqui, nos perguntamos “Quando?” como referência temporal.

Futuro, passado, presente ou, ainda, um tempo metafísico e subjetivo, que se situa no âmbito das experiências individuais, todas as variações de tempo apresentam relação com o espaço em que são desenvolvidas. Mignolo (2008) ao resgatar o conceito de *Pacha*, dos povos Ymaras e Quechuas nos fornece um exemplo preciso de como os elementos tempo e espaço sempre estiveram intrinsecamente conectados:

Os Ymaras e Quechuas (assim como as comunidades Anáhuac e Abya Yala) não tinham um conceito como o atual de "vida" (...). *Pacha* era um conceito complexo em que as noções de espaço e tempo se agrupavam no correr das estações, no movimento do sol e da lua, o crescimento das plantas e dos animais, a queda das folhas no inverno, o fim do movimento. nos seres vivos em um determinado momento de sua ocorrência, desde o nascimento, a queda da chuva, o movimento das nuvens, etc. (MIGNOLO, 2008, p. 267).

O tempo e, a partir da perspectiva desses povos, o tempo-espaço *Pacha*, pode ser descrito como um tempo metafísico. Além de estarem ligados, tempo e espaço por vezes se sobrepõem, como nos diz Costa (2008): O espaço, o lugar é uma referência mais concreta e dele decorre um sentimento de origem e de pertencimento. Assim, o apego ao lugar e às relações afetivas estabelecidas entre esse espaço e seus habitantes, são variantes que influenciam na passagem e mensuração do tempo.

Em um sentido denotativo, temos vários exemplos de tempos exatos, cronológicos e históricos abordados nos estudos decoloniais que podem responder à pergunta “Quando (é feita a ação decolonial)?”. Aqui, podemos demarcar como um dos exemplos que compõem o período do século XVI, enquanto tempo histórico decolonial, o movimento indígena dos andes peruanos de oposição à expansão espanhola *Taki Unquy* (MIGNOLO, 2008).

Os momentos que retratam o pensamento decolonial tem em comum o ponto de partida da colonização das Américas, que marca o nascimento do sistema-mundo durante o período do final do século XV e início do XVI. (DUSSEL, 2004; GROSGUÉL, 2008; QUIJANO, 2002). Isso porque, antes desse marco, a Europa tinha um papel marginal nos grandes circuitos mercantis que tinham em Constantinopla. Assim, escravidão, exploração e apropriação da terra, são tratados como a lógica consistente da colonialidade e sua inevitabilidade para o avanço da modernidade (COLAÇO, 2012).

Conforme Mignolo (2002):

[...] a conceituação do sistema-mundo moderno não localiza seu início na Grécia. Ele sublinha uma articulação espacial de poder em vez de uma sucessão linear de eventos. Assim, o sistema-mundo moderno localiza seu início no **século XV** e o vincula ao capitalismo (MIGNOLO, 2002, p. 60).

Mais precisamente, o ano de 1492 é abordado como marco da expansão colonial europeia e se relaciona com o início do sistema-mundo e da consequente ideia de modernidade:

Propomos uma segunda visão da Modernidade, num sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo *moderno* o fato de ser (...) centro da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até **1492** (como data de início da operação do Sistema-mundo) (LANDER, 2005, p. 27).

Mas a Modernidade realmente pôde nascer quando se deram as condições históricas de sua origem efetiva: **1492** – sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico. A Modernidade nasce realmente em 1492: esta é nossa tese (LANDER, 2005, p.29).

A data responde à questão “quando ocorre a ação decolonial?”, pois, conforme expressado anteriormente na seção 2.1, a ação decolonial já estava presente nos atos de resistência dos povos originários às invasões na América Latina:

De modo que as primeiras manifestações da virada descolonial se encontram nos vice-reinados hispânicos em *Anáhuac* e *Tawantinsuyu*, nos séculos XVI e XVII (MIGNOLO, 2008, p. 251, tradução nossa).

Mignolo nos mostra pontualmente duas datas importantes para a genealogia do pensamento decolonial:

E também a encontramos [a opção decolonial] entre as colônias inglesas e a metrópole, no **século XVIII**. O primeiro caso é ilustrado por Felipe Waman Puma de Ayala no Vice-Reino do Peru, que enviou sua obra *Nueva Corónica y Buen Gobierno* a Felipe III em **1616**; o segundo Otabbah Cugoano, um escravo liberto que conseguiu publicar em Londres, em **1787** (...) seus Pensamentos e Sentimentos sobre a Mal da Escravidão (MIGNOLO, 2008, p. 251, tradução nossa, grifo nosso).

Waman Puma de Ayala e Cugoano abriram as portas do “pensamento outro”, portas que permitiram nos conduzir aos lugares da memória e dos vestígios coloniais a partir dos quais se teceram os primeiros pensamentos descoloniais. Outros exemplos de tempos denotativos são elencados a seguir:

Em todas essas esferas, nesses mais de **500 anos** de história colonial/moderna (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 12, grifo nosso).

Entre **1525** e **1867**, segundo o *Voyages: the transatlantic slave trade database*, o maior banco de dados sobre o tráfico negreiro transatlântico, 3.189.262 de africanos escravizados desembarcaram no Brasil (...) (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 16, grifo nosso).

[...] a revisão do positivismo, do naturalismo e do próprio relativismo nas ciências não pode, por si só, dar uma resposta aos problemas mais urgentes do **século XX**. Esses problemas tornaram-se evidentes na Segunda Guerra Mundial, bem como nas lutas pela descolonização, contra o racismo e contra diferentes tipos de

hierarquias humanas no século XX (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 135, grifo nosso).

O som do *pututus* – instrumento de sopro tradicionalmente usado para chamar os povos aimarás à rebelião (...) ressoou no Templo *Kalasitas* em 21 de janeiro de **2006**, onde mais de 20.000 pessoas se reuniram para testemunhar a chegada ao poder do primeiro presidente indígena das Américas, Evo Morales (WALSH, 2006, p.27, tradução nossa, grifo nosso).

O ano de 2006 relaciona-se com um significado para além de termos étnicos ou simbólicos, devendo ser entendida como parte de “uma mudança histórica, geopolítica, social, ética e intelectual, uma virada radical baseada em uma “outra” visão ou imaginário, construída a partir de séculos de luta” (WALSH, 2006, p. 31).

Outras datas pontuais são comumente retratadas, como o período Pós Segunda Guerra Mundial, com a descolonização de colônias africanas e asiáticas (CASTRO-GÓMEZ, 1998); o período 1940-1980, com a atuação do Grupo de Estudos Subalternos (SPIVAK, 2010); a década de 1960, como marco da pedagogia crítica (MOTA NETO, 2018); o período 1960-1970, com o surgimento de espaços interdisciplinares nas Universidades dos EUA (MALDONADO-TORRES, 2016); a década de 1990 com os emergentes movimentos indígenas no continente latino-americano (WALSH, 2009); o período de 1998-atual, com a atuação do Grupo Modernidade/Colonialidade (GROSFOGUEL, 2008).

Igualmente são mencionadas datas como o ano de 2003, com a introdução nos currículos das escolas brasileiras a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana (GOMES, 2020); os anos de 1995 e 2015, com as significativas marchas que questionavam o mito da democracia racial no Brasil, sendo elas a Marcha Tricentenário da Morte de Zumbi e a Marcha das Mulheres Negras, respectivamente (FIGUEIREDO, 2020).

Como descritores de tempos conotativos, temos os seguintes exemplos:

Desde o **início do milênio**, as universidades públicas brasileiras passaram por um processo de transformação visível a partir da adoção de políticas de afirmação (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p. 18, grifo nosso).

Falar de transmodernidade exigiria uma nova interpretação de todo o fenômeno da modernidade, para poder contar com elementos que nunca foram incorporados à modernidade europeia (...). Aceitar essa externalidade massiva à modernidade europeia nos permitirá compreender que há **momentos culturais** situados fora dessa modernidade (DUSSEL, 2004, p. 205).

bell hooks argumentará não no sentido de reestabelecer o dualismo, mas si de favorecer o pensamento a partir das “experiências vividas” e da **historicidade** das mulheres negras (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGUÉL, 2020, p. 13-14, grifo nosso).

Neste último exemplo, historicidade aparece relacionado com a trajetória históricas das mulheres negras e se conecta neste contexto com as experiências que decorrerem ao longo do tempo de suas vidas.

[...] é necessária uma antropologia da modernidade, que conduza a uma compreensão da **modernidade ocidental como um fenômeno cultural e histórico específico** (ESCOBAR, 1995, p.11, tradução nossa, grifo nosso).

Os últimos **cinco séculos**, descritos como a **era da modernidade**, foram definidos por números processos históricos, incluindo o comércio de populações escravizadas no Atlântico (...) e a colonização europeia na África, Ásia e América Latina (OYÉWÚMÍ, 2004, p. 1).

[a eleição de Evo Morales] é uma virada que desafia o longo horizonte do colonialismo de que fala Silvia Rivera Cusicanqui (1993), apelando para um **nayrapacha**, um **passado capaz de renovar o futuro** (WALSH, 2006, p.31, tradução nossa, grifo nosso).

Se a **descolonização** refere-se a **momentos históricos** em que os sujeitos coloniais se insurgiam contra os ex-impérios e reivindicaram a independência, a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica de colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 36, grifo nosso).

Neste último exemplo, o termo “descolonização” se evidencia enquanto constituinte do contexto histórico de ascensão dos Estados-nação com o fim das administrações coloniais. Isto é, a descolonização se opõe ao colonialismo e não propriamente à colonialidade. Assim que este exemplo reforça a decolonialidade enquanto energia, ação, conforme abordado anteriormente.

QUADRO 6: Descritores da Categoria Tempo.

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>TEMPO</i></p> <p><i>Topográfico</i></p> <p><i>Quando?</i></p> <p><i>(COSTA, 2008)</i></p> <p><i>QUANDO É FEITA A AÇÃO DECOLONIAL?</i></p>	<p>Século XV. Século XVI. Século XVIII. Século XX. 1.492. 1616. 1787. 500 anos. 1525. 1867. 2006. 1940-1980. 1960-1970. 1990. 1998-Atual. Cinco séculos. 1998. 2003. 2015.</p>	<p>Início do milênio. Período colonial. Modernidade ocidental. Colonialismo moderno. Descolonização. Tempos de guerra. Sistema-mundo. Era da modernidade. Pós Segunda Guerra Mundial. Momentos culturais. Historicidade. Sistema-mundo.</p> <p><i>Nayrapacha.</i></p>

4.1.6 Ponto de vista

Como vimos, Costa (2008) corteja semelhanças conceituais entre as categorizações Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo da teoria rangathiana com a teoria da narrativa literária. Tal abordagem possibilitou um alargamento teórico e uma indicação de parâmetros para se estabelecer os procedimentos metodológicos utilizados neste projeto.

Além destas categorias, Costa (2008) estende-se para mais uma, chamada Ponto de vista. A autora justifica essa categoria tomando por base a necessidade de se considerar alguns aspectos quando da análise das obras, como tipo de linguagem, entorno sociocultural, contexto situacional. Assim, a categoria Ponto de vista é definida como “contextual e de caráter subjetivo envolvendo aspectos conotativos que perpassa as categorias” (COSTA, 2008, p. 101).

Assim, tem-se que os propósitos dos estudos influenciam no resultado da ação, ou seja, na argumentação utilizada ao longo da obra e recuperam a noção de ponto de vista. A pergunta que cabe aqui é “Por quê?” e, aplicada ao contexto dos estudos decoloniais, podemos entender essa categoria como a responsável por abarcar as justificativas e também as finalidades (adaptando-se a pergunta para “Para quem?”) dos estudos decoloniais.

Isto é, esta categoria relaciona-se estreitamente com o sentido conotativo que influenciam no resultado da ação, ou seja, na argumentação utilizada ao longo da obra. A pergunta que cabe aqui é “Por quê?” e, aplicada ao contexto dos estudos decoloniais, podemos entender essa categoria como a responsável por abarcar as justificativas dos estudos decoloniais.

Podemos verificar, a partir do levantamento bibliográfico que foi realizado, que as justificativas comumente abordadas em estudos decoloniais englobam: a necessidade de repensar as historiografias epistemológicas nos estudos de organização dos saberes; a necessidade de criação de uma perspectiva crítica capaz de transcender as dicotomias delineadas pela modernidade; a necessidade de se discutir a subalternização de saberes no discurso do desenvolvimento; a necessidade de uma pedagogia decolonial que se fortalece com as contribuições pedagógicas, políticas, epistemológicas e sociológicas da educação popular, entre outros elementos sintetizados no quadro a seguir.

QUADRO 7: Descritores da Categoria Ponto de Vista.

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRITORES	
	Denotativo	Conotativo
<p><i>PONTO DE VISTA</i></p> <p><i>Temático não referencial</i></p> <p><i>Por quê?</i></p> <p><i>(COSTA, 2008)</i></p> <p><i>POR QUÊ É REALIZADA A AÇÃO DECOLONIAL?</i></p>		<p>Necessidade de reconsiderar as historiografias epistemológicas.</p> <p>Estímulo da perspectiva crítica.</p> <p>Transcendência de dicotomias.</p> <p>Discussão acerca da subalternização de Saberes.</p> <p>Evidenciação das contribuições Ibero-Americanas nos discursos raciais.</p> <p>Promoção de práticas pedagógicas decoloniais.</p> <p>Fortalecimento de uma identidade Latina.</p> <p>Criação de uma corrente epistemológica étnico-racial.</p> <p>Aprofundamento de práticas e saberes representacionistas/ pragmatistas.</p> <p>Mátria Livre.</p>

4.2 Mapa conceitual sobre decolonialidade e feminismo decolonial

Para a elaboração do mapa conceitual, foi utilizado o software *CmapTools*, que capacita os usuários a construir, navegar e compartilhar modelos de conhecimento representados como mapas conceituais. O software *CmapTools* permite que os usuários construam mapas em seus computadores pessoais, podendo compartilhá-los em servidores em qualquer lugar da Internet e vinculá-los a outros mapas disponíveis nos servidores.

O software também permite que os usuários criem automaticamente páginas da web de seus mapas conceituais, sendo possível editá-los de forma síncrona com outros usuários na Internet. Dessa forma, os mapas conceituais se tornam poderosas ferramentas para educação, treinamento, *brainstorming*, organização de informações, entre outras aplicações para representar e compartilhar o conhecimento.

A fim de garantir a melhor visualização do mapa, o mesmo foi dividido em três partes que serão demonstradas a seguir: a primeira imagem mostra a estrutura central do mapa, delineado conforme modelo de teia. A segunda imagem mostra um fragmento que foca nas categorias Personalidade, Matéria e Palavras-chave. No fragmento da terceira imagem, são destacadas as categorias Energia, Espaço, Tempo e Ponto de Vista. A última imagem é uma visão geral do mapa completo.

4.3 Estratégias de buscas

Como vimos até o momento, utilizar as categorias PMEST ampliadas à luz da Teoria Literária possibilitou trabalhar com o levantamento bibliográfico decolonial na seleção de um conjunto de termos que se dividem nas categorias: “Quem”, “O quê”, “Como”, “Onde”, “Quando”, e também “Porque/Para Quem”. Isto é, a análise temática da bibliografia a partir desta perspectiva possibilitou encontrar pessoas, lugares, momentos, formas de análise e métodos, justificativas/finalidades de estudo que as propostas decoloniais compartilham em comum.

Além destas categorias, foi possível elencar um conjunto de palavras-chave que mais abarcam o pensamento decolonial e feminista decolonial: América Latina, Antirracista, Colonialidade, Decolonial, Etnoconhecimento, Feminismo, Gênero, Interseccionalidade, Raça, Resistência, Sexualidade, Subalterno, Transmodernidade. Tais palavras-chave foram utilizadas como estratégias de busca em português e espanhol e aplicadas em fontes de informação, sendo elas: a brasileira Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a latino-americana *Bibliografía Latinoamericana* (BIBLAT), a internacional *E-prints in Library & Information Science* (E-LIS) e a portuguesa Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

Tabela 3: Palavras-chave representativas do pensamento decolonial

Palavras-chave	BRAPCI		BIBLAT		E-LIS		RCAAP	
	PT	ES	PT	ES	PT	ES	PT	ES
América Latina	355	355	31.983	31.983	2.227	2.227	8.828	8.828
Antirracista	14	0	7	11	13	24	200	105
Colonialidade	13	2	15	302	11	16	756	125
Decolonial	15	15	190	190	18	18	576	576
Etnoconhecimento	2	0	3	2	5	0	72	0
Feminismo	52	52	2.892	2.892	110	110	2.543	2.543
Gênero	546	546	16.640	16.640	2.182	2.182	63.501	63.501
Interseccionalidade	8	3	7	65	4	4	366	45
Raça	39	16	26.654	5.537	75	363	16.935	591
Resistência	187	187	8.125	8.125	909	909	54.915	54.915
Sexualidade	55	19	480	5.782	35	106	8.140	580
Subalterno	7	7	95	95	96	96	252	252
Transmodernidade	0	0	0	24	0	0	28	8

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados obtidos nos revelam como são poucos os trabalhos que se utilizam de termos específicos, como Transmodernidade e até mesmo o próprio termo Decolonial, enquanto que termos como América Latina, Gênero e Resistência apresentaram maior abrangência. Assim, partimos para algumas interpretações.

Sendo a base BRAPCI uma base específica para a área de Ciência da Informação no cenário brasileiro já se era esperado que seus resultados fossem numericamente mais restritos do que em relação as outras bases. Ainda assim, é a base que mais pode nos fornecer uma leitura precisa acerca da trajetória da narrativa decolonial na CI brasileira. Isso porque as outras bases como RCAAP e BIBLAT se configuram portais especializados nas publicações científicas, mas abrangendo outras áreas além da CI. A base E-LIS é um repositório digital para Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas de alcance internacional, o que reforça a base BRAPCI enquanto termômetro das publicações da área no país.

Sendo as bases BIBLAT e RACCAP de maior abrangência em relação às áreas do conhecimento, isso justifica a discrepância de resultados em relação ao termo Decolonial que resultou 190 registros na primeira e 576 registros na segunda. Como vimos ao longo desta pesquisa, a decolonialidade é um tema vasto, que abarca experiências e conhecimentos de outras áreas como Filosofia, Sociologia, História, Educação, Ciência e Tecnologia, etc. Assim que é seguro dizer que as pesquisas em CI que abordam declaradamente o termo Decolonial no Brasil são muito poucas, apenas 15 registros, ao passo que no contexto internacional, são apenas 18.

Outros apontamentos que merecem ser feitos são em relação à língua utilizada nas buscas. Como esperado, a base BIBLAT que é uma base latino-americana, apresenta maiores quantidades de resultados quando da busca realizada em espanhol. Assim como a RCAAP, base portuguesa, vai apresentar maiores resultados para busca em português e, conseqüentemente, termos que não tem variação gramatical nas duas línguas apresentaram os mesmos resultados.

Merece atenção os resultados da busca pelo termo Resistência na base BRAPCI. Diferentemente da RCAAP e da BIBLAT que, embora apresentaram vários resultados para as Ciências Sociais e Humanas, inevitavelmente configuram resultados de áreas como Biologia e Engenharia, a BRAPCI nos apresenta como são numerosos os trabalhos voltados para a temática de resistência no cenário da CI brasileira.

São trabalhos que abordam a temática da Resistência através da memória, da desobediência epistêmica, da atuação da comunidade LGBTQIA+, do protagonismo

indígena, feminino e negro, da linguagem, do contexto da ditadura, dos direitos humanos, entre outras. Estes resultados vão ao encontro do pressuposto deste projeto: que muitas produções informacionais convergem com os princípios tidos como decoloniais mesmo não estando descritos como tal.

5. REFLEXÕES FINAIS

Quero mandar minhas palavras para longe. Elas vêm dos espíritos que me acompanham, não são imitações de peles de imagens que olhei. Estão bem fundo em mim. Faz muito tempo que Omama e nossos ancestrais as depositaram em nosso pensamento e desde então nós as temos guardado. Elas não podem acabar. Se as escutarem com atenção, talvez os brancos parem de achar que somos estúpidos. Talvez compreendam que é seu próprio pensamento que é confuso e obscuro, pois na cidade ouvem apenas o ruído de seus aviões, carros, rádios, televisores e máquinas. Por isso suas ideias costumam ser obstruídas e enfumaçadas. Eles dormem sem sonhos, como machados largados no chão de uma casa. Enquanto isso, no silêncio da floresta, nós, xamãs, bebemos o pó das árvores yãkoana hi, que é o alimento dos xapiri. Estes então levam nossa imagem para o tempo do sonho. Por isso somos capazes de ouvir seus cantos e contemplar suas danças de apresentação enquanto dormimos. Essa é a nossa escola, onde aprendemos as coisas de verdade.

Davi Kopenawa Yanomami

Na trajetória desta pesquisa, foram trazidos os conceitos de decolonialidade e feminismo decolonial no intuito de revelar o potencial de reflexão acerca da realidade latino-americana, seja no campo político, econômico, subjetivo, linguístico, das relações sociais e afetivas, na produção do conhecimento. O que se defende é a contínua reflexão acerca de quem somos, aonde estamos no mundo e que mundo é esse. É chegado o momento, portanto, de aderir aos ensinamentos decoloniais e assumir a postura crítica frente a todo o trabalho empenhado.

Os autores e autoras decoloniais conversam entre si na trajetória de escancarar a brutal realidade da nossa condição enquanto povos latino americanos: a vivência com uma ferida colonial que parece nunca cicatrizar, pois permanece aberta e se atualiza constantemente, nos fazendo sangrar. A ferida custa a cicatrizar por conta das formas ainda presentes de poder que são exercidos em nossa realidade e que encontram nas tecnologias seu vetor mais potente de disseminação, como abordado nas seções 2 e 2.1.

Vimos com os autores e autoras decoloniais que modernidade/colonialidade vai além do plano superficial: ela invade nossos imaginários, reforçando estereótipos via mídia, fazendo a manutenção dos discursos que perpetuam abismos entre as nações e relegam aos países do Sul Global os escombros. Vimos que a herança cultural dos povos, a riqueza de identidades, de línguas, de costumes, tradições, a ecologia, e formas de se organizar no mundo dos povos colonizados não é bem vinda no discurso monolítico da colonialidade, pois é preciso controlar o outro, como nos disse Castro-Gómez.

Especialmente no Brasil, o país com a mais longa história de escravização do continente, ainda é característico de nossa sociedade que os piores empregos se destinem aos corpos negros, assim como as piores condições de moradia e infraestrutura, que se arquitetam para enxotá-los distantes do centro, para as zonas do não ser. No Brasil, o mito da democracia racial sempre fez o apartamento na construção da sociedade. Maldonado-Torres pergunta “quando foi o decolonial?” e a única resposta que vem à mente é que o decolonial, isto é, a luta, ainda é e ainda será por muito tempo.

A antropóloga e feminista argentina Rita Segato (2013) fala sobre como existe uma ferida colonial emergente da identidade de povo brasileiro que é a tentativa de apagamento da ideia de racismo e das várias formas de violência contra a mulher. O feminismo decolonial nos auxilia a entender essa violência pregressa e a nos afastar dos discursos da classe dominante que usufrui, super explora e depois descarta os sujeitos subalternizados. O auxílio das narrativas feministas decoloniais é fundamental justamente por fornecer uma visão muito mais precisa da realidade, pois não são raras as vezes em que até mesmo quem teoriza contra violência acaba reproduzindo discursos equivocados. A Professora Claudia de Lima Costa (2020) resgata o pensamento de Maria Lugones para levantar uma problemática em relação ao conceito de colonialidade de poder defendido por Quijano:

Para Quijano, a dominação de gênero – isto é, o controle do sexo, seus recursos e produtos – está subordinada a uma hierarquia superior-inferior da classificação racial como forma de dominação social. No entanto, Lugones critica o entendimento estreito de Quijano sobre gênero na formulação do conceito de colonialidade de poder, visto que para ele gênero ainda está subscrito a um determinismo biológico (LIMA COSTA, 2020, p.325).

Lima Costa (2020) também critica a imposição de uma concepção de gênero binária e pontua como são abordagens falhas mesmo dentro do movimento decolonial. Então, ainda que indiretamente, a teoria decolonial delineada no bojo das ações do grupo M/C também serve para nos fazer questionar o alcance de um movimento majoritariamente masculino, mesmo estando situado no lado do subalterno. Precisamos falar de colonialidade sim, mas sobretudo de sistema moderno colonial de gênero, como nos diz Lugones.

Tal questionamento deve ser transplantado para todos os aspectos da vida, assim como para a CI. Não por acaso, Hope Olson, Clare Beghtol e Antonio García Gutiérrez foram colocados em evidência nesta pesquisa, pois suas pesquisas podem muito bem sanar a questão de “como desenvolver a longa compreensão da teoria crítica em Ciência da Informação isolando o trabalho histórico e suas contradições do bibliotecário, a luta epistêmica para a cientificidade do campo, o papel feminino (...) e o papel do movimento da Biblioteconomia negra na demarcação da teoria do conhecimento?” (SALDANHA, 2019, p. 181).

É indiscutível pensar a partir das vozes oriundas das mais invisibilizadas estruturas. Tal posicionamento nos levou a enfatizar o lugar de enunciação de nossa CI. O levantamento no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil da plataforma Lattes/CNPQ mostrou que, dentre as produções selecionadas para o escopo desta pesquisa, existe um indicativo de que esses saberes foram formulados em sua maioria após o ano de 2010. Este primeiro olhar pode reforçar o caráter incipiente das discussões acerca de narrativas decoloniais sob viés crítico em espaço acadêmico na CI, bem como o levantamento mais preciso no contexto do ENANCIB foi capaz de identificar. Ainda assim, é com a produção desses agentes epistêmicos que se evidencia o trabalho de profissionais dedicados com a circulação da diversidade epistêmica e do pluriversalismo.

Na etapa de análise do processo de desenvolvimento da linguagem terminológica, relegar ao outro seu espaço às margens é presente no trabalho de Wüster. Intencionalmente ou não, consciente ou não, a questão que se coloca aqui é a reprodução, a manutenção, a conveniência com os discursos que excluem a pluralidade. Explorar as teorias que surgiram após a TGT possibilitou identificar que existe, na terminologia, a abertura necessária para entender a abrangência dos processos comunicativos e linguísticos como extensões das formas de vida. Como diz

Cabré, assim como todas as linguagens documentárias, as terminologias são tematicamente marcadas, formais e seletivas.

Inegavelmente a contribuição de Wüster foi crucial para a sua aplicação nos aparatos biblioteconômicos, mas isso não deveria blindar quaisquer abordagens críticas de refletir sobre o que foi proposto pelo engenheiro austríaco e como sua abordagem muito bem se alinha com as movimentações que, não apenas invisibilizam, mas criam o próprio conceito de outro. Afinal, a busca pelo universal, pelo preciso, pela comunicação profissional para transferência de informações seguras implica automaticamente que há um lugar que não é ideal, que é impreciso, que não é profissional e, portanto, não é seguro. O estudo sobre as Terminologias igualmente possibilitou perceber que de fato existem fortalezas que não nos deixam sucumbir operando em todos os níveis e trazem para o primeiro plano a dinâmica do conhecimento e a circularidade do saber.

Gaudin (1993) apresenta sua crítica à TGT e defende a unidade lexical que considera os termos ao longo de sua história. Cabré (1999) sugere a unidade terminológica que considera os signos dependentes da língua e do contexto social. Temmerman (2000) sugere o ser humano no centro: ao invés de unidades de significado, tem-se, pela primeira vez, unidades de compreensão afins à natureza subjetiva do pensamento. Diki-Kidiri (2000) vai mais além, então, ao sugerir a comunidade cultural. O autor se debruça na importância de considerar a terminologia enquanto disciplina não apenas para construção do conhecimento, “(...)”, mas também para sua apropriação a uma determinada cultura. Consequentemente, deve levar em conta as dimensões sociocultural, histórica, fenomenológica e psicológica” (DIKI-KIRI, 2009, p.27, tradução nossa).

Portanto, utilizar a Terminologia enquanto aporte teórico para a proposta desta pesquisa evidenciou que, da análise de sua trajetória na busca pelo entendimento da linguagem, o que decanta é o entendimento de que há um leque de elementos que a ela se somam: linguísticos e lexicais, sim, mas também sociais, cognitivos e culturais. Considerar estes aspectos no estudo de linguagens é fundamental para CI. Mas como falar da necessidade de se rever os sistemas/processos/serviços/produtos da área sem falar naqueles que os fazem? Como clamar por sistemas flexíveis à pluralidade sem debater a bagagem de quem os constrói? A decolonialidade também é sobre isso: o poderoso lugar de enunciação. E lugares de enunciação não faltaram para Ranganathan.

Ranganathan não desenvolve sua obra a partir do lugar de enunciação de um homem indiano simplesmente. Devemo-nos atentar para os cuidados de generalização e o perigo de uma história única, como alerta Chimamanda Adichie¹¹: como se todos os indianos agissem e pensassem como Ranganathan. O que o bibliotecário indiano faz é conscientemente se apropriar de sua cultura, dos elementos sagrados, das escrituras, das divindades e utilizar essa bagagem na elaboração de seus conhecimentos.

Sua cultura não apenas influencia suas produções, como também as modelam por completo, haja vista que o “léxico ranganathaniano é povoado por alusões ao misticismo védico e ao hinduísmo (SALDANHA, 2019, p. 198). Certamente suas ações posicionariam Ranganathan como expoente pós-colonial não fosse o desencontro cronológico¹². Além da prioridade em demarcar sua identidade cultural, Ranganathan sempre defendeu a importância política de transformar a biblioteca como centro dos movimentos populares. Graças aos seus esforços, a Lei de Bibliotecas Públicas de Madras foi aprovada pela legislatura da Presidência de Madras em 1948 e, atualmente, mais de 20 estados indianos aprovaram a legislação de bibliotecas públicas (RAGHAVAN, s.d.¹³).

Ao fundar a *Madras Library Association* (MALA), em 1928, Ranganathan narra como sua gênese não foi acidental, mas o resultado de meio século de crescimento da conscientização pública. A raiz política que sustenta o surgimento da MALA surgiu no despertar político da Índia que, intensificado pela divisão de Bengala, perturbou a quietude do governo estrangeiro, conforme narra Ranganathan (1953):

Vários paliativos foram improvisados para descarregar a tensão crescente entre o povo e o governo. O serviço de biblioteca foi um deles. Esse movimento da burocracia manifestou-se na chamada Conferência de Bibliotecários de Toda a Índia, realizada em 1918. Lahore [capital da província paquistanesa Punjab situada na Índia]

¹¹ ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf. Acesso em: 30 de mar. 2022.

¹² Embora já circulassem as obras do tunisiano Albert Memmi (*Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, 1947), e dos martinicanos Aimé Césaire (*Discursos sobre o colonialismo*, 1950) e Franz Fanon (*Os condenados da terra*, 1968) foi a obra do palestino Edward Said “*Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*” de 1978 que consolidou o movimento pós-colonial. Ranganathan faleceu em 1972, seis anos antes desse marco.

¹³ Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/ranganathan#refD>

demonstrava então interesse nos assuntos de biblioteca por conta de um bibliotecário americano contratado há alguns anos pela Universidade de Punjab. Lahore, portanto, tornou-se o local dessa Conferência. Mas a maioria dos delegados eram funcionários fora do serviço da biblioteca. Havia alguns arquivistas entre eles. Quase não havia bibliotecário além do estrangeiro fornecido por Lahore. Os trabalhadores do Congresso Nacional Indiano ficaram intrigados com tal conferência. Eles começaram uma organização paralela em seu próprio campo. A Conferência de Todas as Bibliotecas Públicas da Índia foi o resultado. Ela mudou com o Congresso. Ela partilhava as vicissitudes do hospedeiro. O Congresso, bem como a Conferência chegaram à cidade de Madras em dezembro de 1927 (RANGANATHAN, 1953, p.2, tradução nossa).

Seu contato com o mundo ocidental não se resumiu a aceitar passivamente os ensinamentos ingleses sobre como os sistemas de biblioteca deveriam ser; não se resumiu a voltar para sua terra e tão simplesmente adotar um produto estrangeiro. Ranganathan teve a autonomia de ler os sistemas e identificar neles os elementos que não faziam sentido para sua realidade. É a partir de e para o seu local de enunciação que o autor empenhou seus esforços, expressões de um sujeito consciente de seu papel na história, um sujeito sócio-histórico-cultural, alinhado com o pensamento Freiriano.

Suas Categorias Fundamentais possibilitaram desenrolar o objetivo central desta pesquisa: a construção de uma rede semântica conceitual que abarcasse o contexto narrativo da decolonialidade e do feminismo decolonial de forma a possibilitar sua identificação no cenário da Ciência da Informação. De fato, o objetivo foi alcançado. As categorias PMEST permitiram elencar um conjunto de enunciados que compõem a estrutura das narrativas decoloniais a partir de noções que se deslocam dos habituais sentidos denotativos.

As personalidades envolvidas com a ação decolonial são numerosas. A lista de descritores certamente é, na concretude da história, expressivamente maior. Dentro das limitações desta pesquisa, porém, é sumo que nutre e revigora, pois, as pessoas agentes da ação decolonial se organizam nas mais diversas configurações: desde intelectuais que elaboram teorias críticas à ativistas que nunca chegaram perto do espaço acadêmico. Desde o Fórum Mundial de Pescadores à desobediência epistêmica. Dos Zapatistas à Marcha das Margaridas. Das Huacas incas à Lélia Gonzalez. São personalidades distantes umas das outras no plano tempo-espacial. Mas completamente fronteiriças pelo mesmo princípio de resistir e reexistir no mundo.

A matéria é o fruto dos esforços de todas essas personalidades: a cultura, a consciência, o ativismo, a ruptura, a ecologia. Aquelas personalidades conscientes de sua identidade cumprem seu papel na transformação da história do povo colonizado, rumo a uma nova realidade, rumo à construção de uma nova memória que não seja apenas de luta e dor, mas também de contentamento e harmonia.

O motor desse ideal de transformação é uma energia ancestral, como narrado pelo escritor Davi Kopenawa Yanomami na epígrafe desta seção. É uma energia que foi herdada: nas lutas, assim como nas danças, nas línguas, nas crenças, ecoam a complexa e potente redefinição identitária dos sujeitos subalternos. Devemos lançar o mesmo olhar para os exercícios de desenvolver análises histórico-críticas, de destacar a produção do conhecimento decolonial, de discutir acerca da realidade global atual, entre outras elencadas no quadro 4, pois são também as iniciativas que vão desencadear intervenções, transgressões e emancipações.

O palco dessa transformação é, sobretudo, a América Latina. O decolonial é um movimento que pensa a partir da nossa realidade colonial, que tem suas especificidades. Para além dos países latino-americanos, temos um universo de possibilidades que não se restringem às demarcações geográficas, mas indicam seu profundo alinhamento com os seres que as habitam: são os lugares tensos e criativos, o mundo Afrodiaspórico, a América, a Pachamama.

Inexoravelmente, o tempo se conecta com as personalidades, com as matérias, energias e espaços. É um tempo de luta, desde o início do milênio, desde o período colonial. Mas também é um momento cultural, isto é, um momento em que muito se está sendo produzido fora da modernidade/colonialidade e que não está sendo incorporada a ela. Existem muitas histórias, práticas, formas de ser e estar no mundo, muitas narrativas latino-americanas para além dos processos destrutivos. Existe, na América Latina, um mundo *más allá del Tercer Mundo*, como nos diz Arturo Escobar.

Na tentativa de fornecer um recurso visual que pudesse ser utilizado como primeira abordagem sobre decolonialidade, o mapa conceitual foi elaborado. Nele, vemos a mescla de alguns conceitos pontuais: o lugar de enunciação se configura enquanto personalidade e também enquanto espaço. A Pacha se configura enquanto espaço e tempo. A Transmodernidade é espaço e matéria. Os Movimentos podem ser matéria ou personalidades. Mas o essencial é entender que tudo está entrelaçado e, então, o mapa conceitual deve ser entendido como iniciativa de expor um fragmento desse tão complexo e rico universo que é a decolonialidade.

As palavras-chave não foram escolhidas a esmo: América Latina, por demarcar clara e objetivamente o centro da discussão. Resistência, por demarcar um processo de lutas sob uma perspectiva ampla. Subalterno, por demarcar o conjunto de sujeitos das camadas mais baixas e periféricas. Colonialidade, por ser o termo que está intimamente ligado ao problema da pesquisa decolonial. Decolonial, por ser o nome do movimento. Transmodernidade, por demarcar postura radical de ruptura com o poder colonial. Etnoconhecimento, por representar a tradição da oralidade enquanto transmissão de saberes, principalmente em cenários indígenas. Sexualidade, por demarcar especificamente as atuações de pessoas fora da heteronormatividade. Gênero, por demarcar contextos de atuação da mulher. Feminismo, por demarcar o recorte de gênero sob uma perspectiva de resistência. Raça, por demarcar contextos de atuação das pessoas negras. Antirracista, por demarcar o recorte de raça sob uma perspectiva de resistência. Interseccionalidade, por demarcar o que não conseguimos ver quando as categorias raça e gênero são concebidas em separado¹⁴.

Além da análise fornecida na seção 4.3, neste momento cabe uma reflexão acerca de uma discrepância que se manifesta nos resultados. Os estudos que envolvem gênero são numerosos: mais de 63 mil pesquisas sobre gênero constam na base RCCAP. Desse contingente, apenas 2.543 se dedicam a falar sobre feminismo. Movimentação parecida ocorre com raça: mais de 26 mil pesquisas abordam a temática, mas apenas sete se dedicam a explorá-la sob uma perspectiva de resistência.

As disparidades ocorrem para os dois termos em todas as bases analisadas, levantando o questionamento sobre o que se tem produzido quando se pesquisa gênero e raça? Inúmeras possibilidades de resposta cabem aqui e, dentro delas certamente cabe a de que essas mais de 60 e 20 mil pesquisas não tem adotado um lugar de enunciação que declare seu posicionamento. Em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É preciso ser antirracista, é o que ensina Angela Davis. E o mesmo vale para todas as intersecções. É preciso estar disposto a se posicionar.

A rede conceitual das narrativas decoloniais exposta nesta pesquisa, via mapa conceitual, foi possível através das categorias PMEST de Ranganathan e sua

¹⁴ Conforme nos diz Lugones (2020): “A denominação categorial [interseccionalidade] constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque (..) somente ao perceber raça e gênero como tramados ou fundidos indissolúvelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. (LUGONES, 2009, p. 59-60)

ampliação conforme sugerido pela Professora Luzia Sigoli Fernandes Costa. A partir desta primeira abordagem, verifica-se que há solo bastante rico e fértil para pesquisas futuras, principalmente no que tange à construção de uma Terminologia e seu compartilhamento em ambientes digitais como forma de impulsionar os debates decoloniais na CI.

Por tudo que foi trazido até o momento, reforçamos a urgência em priorizar as questões Latino-Americanas no compromisso de construir novos arranjos que façam sentido para nós e que promovam movimentos emancipatórios em relação ao acesso e ao uso da informação.

Dentre os vários conceitos decoloniais que foram trazidos aqui, a corpo-geopolítica do conhecimento é o que mais ecoa na autora deste trabalho. Afinal, se é indispensável conhecer a partir de qual lugar, contexto social, linguístico, cognitivo, cultural e político o conhecimento está sendo produzido, esta pesquisa anuncia sua identidade: é fruto da terra e das estrelas. Tem suas raízes fortes e profundas sempre na Pachamama. Desenvolvida na contramão do que se espera da periferia negra, esta pesquisa foi escrita por uma mulher. Sob a orientação de uma mulher. Analisada e julgada por uma banca de mulheres.

REFERÊNCIAS

- ACHILLES, D.; SOUSA, B. P. de; SABBAG, D. M. A. **Interação pelo catálogo on-line dos processos de seleção e representação temática: exploração da literatura lésbica enquanto assunto.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1156>. Acesso em: 18 maio 2021.
- AGUIRRE, F. **¿Estas no son guacas también, como las nuestras? Imagen de culto y evangelización en el sur andino.** *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 53, n. 3, p. 723-741, set. 2021.
- ALMEIDA, C. C de. **A Ciência da informação e a sociedade brasileira: algumas representações de pesquisadores da área.** *TransInformação*, Campinas, v. 18, n. 3, p.169-180. 2006.
- ALMEIDA, C. C de. **A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Bahia, 2016.
- ALMEIDA, C. C de. **Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação e do conhecimento.** *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 104-120. 2011.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, T. de; SALDANHA, G. S. **Entre a abordagem analítica e os loci epistêmicos: um debate metametodológico para a organização do conhecimento.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 18., 2017, Marília. Anais [...] Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104989>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ALMEIDA, T. de; SALDANHA, G. S.; RIBEIRO, A. R. P. **Memória, esquecimento e recuperação da informação: contradição e dialética da práxis na organização do conhecimento.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador. Anais [...] Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3402/2016_GT2-CO_30.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 maio 2021.
- ALMEIDA, T.; SALDANHA, G. S. **Entre a abordagem analítica e os loci epistêmicos: um debate metametodológico para a organização do conhecimento.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 18., 2017, Marília. Anais eletrônicos... Marília: UNESP, 2017.
- ALVES, A. P. M. et al. **Direitos sociais das mulheres na sociedade atual: experiências revividas por meio do diálogo.** *In:* SILVA, F. C. G. da; ROMEIRO, N. L.

(Org.). **O Protagonismo da Mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. 1ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2019, v. 1, p. 507-524.

ALVES, A. P. M. et al. **A biblioteca universitária e as ações para promoção dos direitos sociais das mulheres: a troca de experiências como instrumento para o empoderamento feminino**. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 20., 2018, Salvador. Anais[...] Salvador: UFBA, 2018. p. 2963-2970.

ALVES, A. P. M.; VIGENTIN, U. D. **Mediação da Informação e Acessibilidade: a função social do profissional da informação para a inclusão e reconhecimento político das diferenças**. *In*: CBBB - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação, 15., 2013, Florianópolis - SC. Anais do CBBB-FEBAB. Florianópolis - SC: FEBAB, 2013. v. 25. p. 01-15.

ARAÚJO, C. A. A. **Correntes teóricas da ciência da informação**. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009.

ARAÚJO, C. A. A. **Existe um pensamento informacional ibero-americano?** *LOGEION: Filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, p. 31-55, mar./ago., 2018.

ARAÚJO, C. A. A. **Fundamentos teóricos da classificação**. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibl. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 22, 2006.

ARAÚJO, V. M. A. P. de. **Documentação, terminologia e linguística: Uma interface produtiva**. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/7757>. Acesso em 11 mar. 2021.

BALLESTRIN, L. **América latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 11, p. 89-117, 2013.

BANTON, M. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARBOSA, A. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BARBOSA, A.P. **Classificações facetadas**. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 73-81, 1972.

BARITÉ, M. **La garantía literaria: vigencia y proyección teórico-metodológica**. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. *Anais...* Bahia: [S.n.], 2007.

BARROSO, D. et al. **Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia**. 1. ed. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. 312p.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BEGHTOL, C. L. **A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems**. *Journal of Documentation*, London, n. 5, v. 58, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, C. L. **Ethical Decision-Making for Knowledge Representation and Organization Systems for Global Use**. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, n. 56, v. 9, p. 903-912, 2005.

BEGHTOL, C. L. **From the Universe of Knowledge to the Universe of Concepts: The Structural Revolution in Classification for Information Retrieval**. *Axiomathes*, n. 2, v. 18, p. 131-144, 2008.

BERNARDINO, M. C.; GRACIOSO, L. S. **Patrimônio, fazendas históricas e organização do conhecimento: indicações gerais para a construção de linguagens de representação da informação**. *Actas do IV Congresso Internacional Casa Nobre - Um patrimônio para a futuro*. 1ed. Arco de Valdevez, Portugal: Casa das Artes, 2017, v. 1, p. 670-684.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1. jan./abr., 2016.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico** (orgs.). 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BERRÍO-ZAPATA, C.; SANT'ANA, R. C. G. **Ação moral e ontologia digital na América Latina: considerações a partir do pensamento de Rafael Capurro**. *LIINC EM REVISTA*, v. 11, p. 446-460, 2015a.

BERRÍO-ZAPATA, C. et al. **Desafíos de la Inclusión Digital: antecedentes, problemáticas y medición de la Brecha Digital de Género**. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, v. 7, p. 162-198, 2017.

BERRÍO-ZAPATA, C. et al. **Gender Digital Divide in Latin America: Looking for a Helping Hand in the BRICS**. *Digital Icons*, v. 19, p. 143-160, 2018.

BERRÍO-ZAPATA, C. et al. **O discurso iluminista da exclusão digital: crítica do Mundaneum Informático Pós-Fordista de Knoxville, Tennessee**. *Informação & Sociedade (UFPB. Online)*, v. 25, p. 85-100, 2015b.

BHABHA, H. K. **The location of culture**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994.

BOCCATO, V. R. C. **Os sistemas de organização do conhecimento, nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção**. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268343964.pdf>. Acesso em 22 mar. 2021.

BOCCATO, V. R. Linguagem Documentária na representação e recuperação da informação pela perspectiva sociocognitiva em Ciência da Informação. *In:* BOCCATO, V. R.; GRACIOSO, L. S. (Orgs.). **Estudos de Linguagem em Ciência da Informação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

BRAZ, M. I. **Panorama das contribuições da terminologia para a organização do conhecimento: uma análise das teses e dissertações no Brasil a partir da teoria da complexidade**. Tese (Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2020.

BUCKLAND, M. K. **Information and Information Systems**. New York. 1991.

BUOLAMWINI, J. **Artificial Intelligence: Societal and Ethical Implications**. *In:* United States House Committee on Science, Space and Technology, 2019.

Disponível em:

<https://science.house.gov/imo/media/doc/Buolamwini%20Testimony.pdf>. Acesso em 17 abr. 2021.

BUSH, V. **As we may think**. Atlantic Monthly, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1995.

CABRÉ, M. T. Teorias da terminologia: descrição, prescrição e explicação. Cad. Trad., Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 507-558, set./dez., 2019.

CABRÉ, M. T. **Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación**. *In:* La terminología: representación y comunicación. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra. 1999.

CAMPOS, A. C. B. Desafios para a inclusão dos conteúdos da história africana e afro-brasileira na disciplina de metodologia de pesquisa do curso de biblioteconomia. *In:* SILVA, F. C. G.; LIMA, G. dos S. (Orgs.). **Bibliotecári@s negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas**. 1. ed. Florianópolis - SC: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2020. v. 1.p.87-111.

CAMPOS, A. C. B.; GERLIN, M. N. M.; OLIVEIRA, C. M. de; PEREIRA, F. V. Narrativas e contos africanos: o resgate da tradição oral a partir das narrativas dos griots. *In:* GERLIN, M. N. M. (org.). **Competência em informação e narrativa numa sociedade conectada por redes**. 1ed.Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2018, v. 2, p. 222-237.

CAMPOS, A. C. B; MIGUEL, M. C.; SILVEIRA, R. Z. da. Entre labirintos e filé, tramam-se fios e vidas: a percepção de qualidade dos produtos e a visibilidade do trabalho das mulheres rendeiras de Marechal Deodoro. *In:* SILVA, A. B. da; DALVI, M. A.; SALGUEIRO, P. D. W. (org.). **Entre labirintos e filé, tramam-se fios e vidas: a percepção de qualidade dos produtos e a visibilidade do trabalho das mulheres rendeiras de Marechal Deodoro**. 1ed.Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019, v. 1, p. 343-358.

CAMPOS, M. L. A C.; GOMES, H. E.; OLIVEIRA, L de L. **As Categorias de Ranganathan na organização dos conteúdos de um portal científico.**

DataGramaZero - Revista de Informação, v.14 n.3 jun. 2013.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração.** Niterói; RJ: EdUFF, 2001.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. **Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos.** Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em:

https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_1ec0949a1a_0012907.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

CASTRO-GÓMEZ, S. Geografías poscoloniales y translocalizaciones narrativas de “lo latinoamericano”: La crítica al colonialismo en tiempos de la globalización. *In*: FOLLARI, R.; LANZ, R. (Orgs.). **Enfoques sobre Posmodernidad en América Latina.** Editorial Sentido, Caracas, 1998. pp. 155-182.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La poscolonialidad explicada a los niños.** Editorial Universidad del Cauca, Universidad Javeriana. 2005.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GUARDIOLA-RIVERA, O. **Globalización, universidad y conocimientos subalternos: desafíos para la supervivencia cultural.** Nomadas, v. 16, 2002.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação.** *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.ht. Acesso em 11 mar. 2021.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CESAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo.** Madri: Akal, 2006.

COLAÇO, T. L. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

CORDOVIL, V. R. S.; FRANCELIN, M. M. **Organização e representações: uso de mapa mental e mapa conceitual.** *In*:

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., 2018, Londrina, Anais [...] Londrina: UEL, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103035>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CORONIL, F. Elephants in the Americas? Latin American pós-colonial studies and global decolonization. *In*: MORAÑA, M.; DUSSEL, E.; JÁUREGUI, C. (Eds.).

Coloniality at large: latin american and poscolonial debate. Durhan; London: Duke University Press, 2008. p. 396-416.

COSTA, L. S. F. **Uma contribuição da teoria literária para a análise de conteúdo de imagens publicitárias do fim do século XIX e primeira metade do século XX, contemplando aspectos da natureza brasileira** / Luzia Sigoli Fernandes Costa. -- 2008. 261 f.: il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista UNESP, Marília, 2008.

COSTA, L. S. F.; GRACIOSO, L. S. **Registro do patrimônio histórico rural a partir da história oral.** Inf. Inf., Londrina, v. 20, n. 3, p. 507 - 528, set./dez. 2015.

CRIPPA, G. **Narrativa como gesto bibliográfico: Gabriel Naudé entre erudição e política.** Perspectivas em Ciência da Informação, v. 22, p.21-35, jul. 2017.

CURIEL, O. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe.** In: Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, 2009, Buenos Aires. 2009.

CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomia e tesouros em teoria de sistemas e sistemática.** Brasília: Thesaurus, 2010. 182 p.

DAHLBERG, I. **Teoria da classificação, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1976. Disponível em: http://www.conexaorio.com/bitidahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

DAHLBERG, I. **Teoria do conceito.** Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIKI-KIDIRI, M. **Un enfoque cultural de la terminologia.** Debate Terminológico, n. 5, ago., 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/23955/13885>. Acesso em 15 mar. 2021.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária.** Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

DUARTE, E. A. **Classificação facetada: um olhar sobre a construção de estruturas semânticas.** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.7, n. 2, p. 46-58, jan./jun. 2010.

DUSSEL, E. 1492: **El encubrimiento del otro hacia el origen del “mito de la modernidad”.** La Paz: Plural Editores, 1994.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação.** Editora UNIMEP: Piracicaba/SP, 2005. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/29.Filosofia_da_libertacao.pdf. Acesso em 27 out. 2021.

DUSSEL, E. Sistema mundo y transmodernidad. *In*: DUBE, S.; ISHITA, B.; MIGNOLO, W. **Modernidades coloniales: otros pasados, historias presentes**. México: El Colegio de México, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/6718640/Modernidades_coloniales_otros_pasados_historias_presentes. Acesso em: 20 out. 2021.

DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997.

FANON, F. (1968). **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

FARIAS, M. C. Q. da S.; ALMEIDA, C. C. de. **A desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às abordagens socioculturais da organização do conhecimento**. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador. Anais [...] Salvador: UFBA, 2016. Não paginado.

FARIAS, M. C. Q. da S.; ALMEIDA, C. C. de. **Antropossemiose e o desenvolvimento de linguagens: breve reflexões para organização do conhecimento**. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 18., 2017, Marília. Anais [...] Marília: UNESP, 2017. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104137>. Acesso em: 15 maio 2021.

FRANCA, A. da S.; SILVEIRA, N. C. **A representação do etnoconhecimento sob a ótica da epistemografia interativa**. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16., 2015, Recife. Anais [...] João Pessoa: UFPB, 2015.

FAULSTICH, E. L. J. **Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina**. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, 1995.

FIGUEREDO, A. A marcha das mulheres negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDNADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, E. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 203-222.

FUJITA, M. S. L. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. *In*: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século**. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, v. 2, p. 147-159. 2013.

GARCÉS, F. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. *In*: WALSH, C. (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. 1. ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay**. TransInformação, Campinas, n. 23, v.1, p. 5-14, jan. / abr., 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. Perspectivas em Ciência da Informação, v.18, n.4, p.93-111, out./dez. 2013.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border” towards a transcultural ethics of mediation. *In*: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries**. Würzburg: Ergon-Verlag, 2002, p. 516–522.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. **Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems**. Knowledge Organization, n. 3, v. 4, 2014.

GAUDIN, F. **Socioterminologie: du signe au sens, construction d’un champ**. Meta, v. 38, n. 2, jun., 1993. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/meta/1993-v38-n2-meta340/002812ar.pdf>. Acesso em 13 mar. 2021.

GOLUB, E. M. **Gender divide in librarianship: past, present, and future**. Library Student Journal, October 2009.

GOMES, H. E.; CAMPOS, M. L. A.; GUIMARÃES, L. D. S. **Organização da informação e terminologia: a abordagem onomasiológica**. DataGramaZero, v. 11, n. 5, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7184>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GOMES, N. L. O movimento negro e a interculturalidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, E. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 223-246.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRACIOSO, L.S. A concepção wittgensteiniana de intencionalidade e seus reflexos nos estudos da Informação. *In*: ÁNGEL, M.; ROJAS, R. (Orgs.). **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. 2018. p. 137-156.

GRACIOSO, L. S. **A origem dos conhecimentos humanos no contexto dos estudos informacionais**. LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p.55-71, mar./ago. 2019.

GRACIOSO, L. S. **Consumo e uso da informação na Web: pragmática informacional na modernidade líquida.** *In:* GONZÁLEZ DE GOMES, M. N.; RABELLO, R. (Orgs.). *Informação: agentes e intermediação.* Brasília/DF: IBICT, 2017. p. 355 – 390.

GRACIOSO, L. S. Epistemologia emancipatória e ciência da informação nativa. *In:* SALDANHA, G. S.; GOMEZ, M.; N. PINHEIRO, L. V. (ORG). **Filosofia e História da Ciência da Informação: travessias especulativas e praxiológicas.** Rio de Janeiro: IBICT, 2021 (prelo).

GRACIOSO, L. S.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SIMÕES, M. G. M. **Tratamento temático da informação na pesquisa Brasileira em ciência da informação: percursos e relações.** *Scire*, n. 25, v. 2, jul.-dez. 2019, p.23-34.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da informação e Filosofia da linguagem: da pragmática informacional à web pragmática.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011.

GROSGOUEL, R. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In:* BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GROSGOUEL, R. **Decolonizing Western Uni-versalisms: Decolonial Pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas.** *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 3, 2012, p. 88-104.

GROSGOUEL, R. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. *In:* CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N. 80, 2008, p. 115-147.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11 ed., 2006, 102 p.

HJØRLAND, B. **Epistemology and the Socio-Cognitive Perspective in Information Science.** *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

ISO 704. **Terminology work – Principles and methods.** 2 ed. Genève: International Standard Organization (ISO). 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/312607/mod_resource/content/1/ISO%20704.pdf. Acesso em 15 mar. 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KWAŚNIK, B. H. **The Web and the Pyramid: Hope Olson's Vision of Connectedness in a World of Hierarchies**. Knowledge Organization, v. 43, n. 5, 2016.

LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas** (org.). Colección Sur Sur, Argentina: CLACSO, 2005.

LANN, R. H. van der. **Tesouro e terminologia: uma inter-relação lógica**. 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3487>. Acesso em 11 mar. 2021.

LARA, M. L. G. de.; MENDES, L. C. Referências socioculturais na Organização do Conhecimento. In: PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017, v. 4, p. 375-382.

LARA, M. L. L. G. **Linguagem documentária e terminologia**. Transinformação, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004.

LARA, M. L. L. G. **Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação**. DataGramaZero, v.7, n.4 ago. 2006.

LARA, M. L. L. **Uma teoria terminológica para um conceito contemporâneo de informação documentária**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 6., 2005. Anais...Florianópolis, 2005.

LIMA COSTA, C. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In.: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 321-341.

LIMA, G. A. B. A análise facetada na modelagem conceitual de sistemas de hipertexto: uma revisão de literatura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 189-196, jul/dez. 2002.

LIMA, G. dos S.; ALMEIDA, C. C. de. **Abordagens socioculturais na organização do conhecimento: subsídios teóricos para representação da cultura afro-brasileira**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1451>. Acesso em: 18 maio 2021.

LIMA, V. M. A. **A organização do conhecimento no domínio da Ciência da Informação: o mapa conceitual e terminológico como instrumento referencial para o ensino e a pesquisa**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p.

26-48, jan./jun. 2013. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59100/62098>. Acesso em 02 mar. 2021.

LIMA, V. M. A. **Mapa Conceitual como ferramenta para organização do conhecimento em sistema de hipertextos e seus aspectos cognitivos.** Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.9 n.2, p. 134-145, jul./dez. 2004.

LIMA, G. dos S.; ALMEIDA, C. C de. **Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais.** ISKO Brasil, v.6, p. 524-530. 2019. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125408>. Acesso em 08 mai. 2021.

LÓPEZ-CÓZAR, E. D. **La investigación em biblioteconomia y documentación.** Asturias: Ediciones Trea, 2002.

LORENZON, E. J. et al. **Controlled Vocabulary for intelligent information system for shoes.** In: ISKO Conference, v.12. Germany: Ergon-Verla, 2012.

LOTIERZO, T. H.; SCHWARCZ, L. **Raça, gênero e projeto branqueador: "a redenção de Cam", de Modesto Brocos.** Artelogie, Paris, n. 5, p. 1-26, oct. 2013.

LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios.** São Paulo: FEBAB, 2016.

LOUREIRO, M. L. N. M. **Sobre objetos, memórias e mapas conceituais: algumas questões para reflexão.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., 2018, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102301>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In.: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.b

MALDONADO-TORRES, N. **Thinking through the decolonial turn: post-continental interventions in theory, philosophy, and critique – an introduction.** Transmodernity, California, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2011.

MALDONADO-TORRES, N. **Transdisciplinaridade e decolonialidade.** Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. et al. **Disseminação, compartilhamento e apropriação da informação no YouTube: uma análise do canal LGBTQ "Põe na Roda".** Encontros Bibli, Florianópolis, v. 25, 2020, p. 01-18.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. **Hacia una base teórica social de la ciencia de la información.** Anuario ThinkEPI, v. 12, pp. 83-89. 2018a.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Reader-Interest Classifications: Local Classifications or Global Industry Interest? *In*: ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L. (Orgs.). **The Organization of Knowledge: caught between global structures and local meaning**. Emerald Publishing Limited, Bingley, v. 12, 2017a, pp. 51-69.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; BUDD, JOHN, M. **Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies**. *Journal of Documentation*, v. 73, n. 4, 2017b.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SEMIDÃO, R.; FERREIRA, M. **Methodological Aspects of Critical Theories in Knowledge Organization**. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 2, 2016, p. 118-125.

MIGNOLO, W. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, jun., 2017.

MIGNOLO, W. **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. Barcelona: Península, 2001.

MIGNOLO, W. **La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso**. *Tabula Rasa*, n.8, p. 243-281, jan. /-jun., 2008.

MIGNOLO, W. D. **The geopolitics of knowledge and the colonial difference**. *The South Atlantic Quarterly*, Winter, 2002. Disponível em: http://www.unice.fr/crookall-cours/iup_geopoli/docs/Geopolitics.pdf. Acesso em 10 out. 2020.

MIGUEL, L. F. A igualdade e a diferença. *In*: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILANI, S. O. **Uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**. *Perspectivas em Ciência da Informação (on line)*, v. 22, p. 29-53, 2017.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C. **Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica**. *DATAGRAMAZERO*, v. 12, n. 04, 2011.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. **Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área**. *In*: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação, 8., 2007, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MILANI, S. O.; SOUSA, B. P. **Pseudônimos de autoras, aspectos contingenciais e o seu protagonismo social: FRAD, FRSAD e a representação temática em catálogos online**. *LIINC EM REVISTA*, v. 14, p. 329-345, 2018.

MIRANDA, M. L. C. de. **A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD**. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. Anais [...] Bahia, 2007.

MIRANDA, M. L. C. de. **A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD.** Revista África e Africanidades, n. 4, fev., 2009.

MIRANDA, M. L. C. de. **A organização do conhecimento e a filosofia do pluralismo religioso no contexto das religiões de matrizes africanas.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewFile/1374/830>. Acesso em: 18 maio 2021.

MIRANDA, M. L. C. de. **A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas.** Informare: cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

MIRANDA, M. L. C. de. et al. **Organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na Library of Congress Subject Headings.** *In:* ISKO Conference, 2012, p. 153-159.

MIRANDA, M. L. C. de; CABAN, F. de M. **Proposta de expansão da classe espiritismo na classificação decimal de Dewey.** LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 107-132, set. 2020/fev. 2020.

MIRANDA, M. L. C. de; SILVA, F.G. **Religião e cultura periféricas: a representação do islamismo na classificação decimal de Dewey.** LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p.86-120, mar./ago. 2019.

MORAES, M. G. **Tensão identitária e organização do conhecimento: olhar epistemográfico.** *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., 2018, Londrina. Anais...Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/103005>. Acesso em: 16 maio 2021.

MOREIRA, M. A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa.** O ENSINO, Pontevedra/Galícia/Espanha e Braga/Portugal, n. 23-28, 1988, p. 87-95.

MORRISON, T. **A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOTA NETO, J. C da. **Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana.** FOLIOS, n. 48, p. 3-13, 2018.

MOURA, M. A. Intersectionality and the social construction of Knowledge Organization. *In:* RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. (Org.). **Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age.** 1ed. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018c, p. 830-838.

MOURA, M. A. **Interações sociais e comunidades virtuais: transformações na sociabilidade**. IP. Informática Pública, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 85-97, 2005.

MOURA, M. A. Informação e cultura política: desafios para a formação humana no campo da biblioteconomia. *In: SPUDEIT, D. F. A. de O. et al. (Org.). Formação e atuação política na Biblioteconomia*. 1ed.São Paulo: ABECIN Editora, 2018b, v. 1, p. 245-268.

MOURA, M. A. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. *In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Org.). Informação e protagonismo social*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2017, p. 93-108.

MOURA, M. A. **Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder**. LIINC EM REVISTA, v. 14, p. 118-135, 2018a.

MUSTAFA EL HADI, W. Cultural Interoperability and Knowledge Organization Systems. *In: DOBEDEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (Org.). Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural*. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, v. 3, p. 575-606. 2015.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J.; ZONDI, Siphamandla. (ed.). **Decolonizing the University, knowledge systems and discipline in Africa**. Durham: Carolina Academic Press, 2016.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. **The theory underlying concept maps and how to construct and use them**. Florida Institute for Human and Machine Cognition. 2008. Disponível em: <http://cmap.ihmc.us/publications/researchpapers/TheoryUnderlyingConceptMaps.pdf>. Acesso em 09 mar. 2021.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. **Aprender a aprender. Tradução de Carla Valadares**. 1 ed. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. 1984.

NUNES, J. A. O resgate da epistemología. *In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) Epistemologias do Sul*. Edições Almedina: Coimbra, 2009.

OLSON, H. A. **Difference, Culture and Change: The Untapped Potential of LCSH**. *Cataloging & Classification Quarterly*, n. 29, v.1-2, p. 53-71, 2000.

OLSON, H. A. **How We Construct Subjects: A Feminist Analysis**. *Library Trends*, v. 56, n. 2, 2007, p. 509–54.

OLSON, H. A. **The Power to Name: Representation in Library Catalogs**. *Signs*: Spring, 2001, v. 26, n. 3, p. 639-668. Disponível em: https://www-jstor-org.ez31.periodicos.capes.gov.br/stable/3175535?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 05 abr. 2021.

ONTORIA, A. et al. **Mapas conceituais: uma técnica para aprender**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=JBSE9Krufn8C&pg=PA65&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false. Acesso em 07 mar 2021.

ORERA ORERA, L. **Evolución histórica del concepto de Biblioteconomía**. Revista General de Información y Documentación, v. 5, n. 2. Madrid, 1995.

ORTEGA Y GASSET, J. **Misión del bibliotecario**. 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1967. 83p.

ORTEGA, C. D. **Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação**. DataGramZero, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, p. 1-16, out. 2004.

OTLET, P. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. 700 p.

OYĚWÙMÍ, O. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. CODESRIA Gender Series, v. 1, Dakar, 2004, p. 1-8.

PAIVA, A. D. C. de et al. **Ensino da representação temática dos folhetos de cordel: reflexões iniciais**. In: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4683>. Acesso em: 18 maio 2021.

PAREDES, J. **Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario**. La Paz: Cooperativa El Rebozo, 2010.

PERES, E. P. **Escrita Proibida. Expressão Romântica e Diáspora Africana nos Manuscritos de Carolina Maria de Jesus**. 2016. Tese [pós-doutorado em Linguística] – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 25, 2008.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, 2010.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, 2006.

PINHO, F. A.. **Percurso investigativo para contextualização de metáforas em linguagens documentais**. Inf. Inf., Londrina, v. 22, n. 2, p. 117 – 143, maio/ago., 2017.

PINHO, F. A.; MELO, L. A. F.; OLIVEIRA, J. P. **Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas SophiA/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE**. Brazilian journal of Information Science, v. 13, p. 36-47, 2019.

PINHO, F. A.; MILANI, S. O. **Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade**. LOGEION: filosofia da informação, v. 6, p. 84-103, 2020.

PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Organização do Conhecimento crítica: reflexões sobre representação e homossexualidade. *In*: AMORIM, I. S.; SALES, R. (Org.). **Ensaio em Organização do Conhecimento**. 1 ed. Florianópolis: Ed. UDESC, v. 1, p. 187-210, 2021.

PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. **The Male Homosexuality in Brazilian Indexing Languages: some ethical questions**. Knowledge Organization, v. 39, p. 363-369, 2012.

PINHO, F. A.; NASCIMENTO, F. A. **História, memória e esquecimento no cinema brasileiro: a contribuição da organização da informação na reconstrução da imagem social do personagem homossexual**. Logeion: Filosofia da Informação, v. 3, p. 42-63, 2016.

PIQUET, R.; SOUZA, R. F. de. **Uma piscadela classificatória para os acervos indígenas**. *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 16., 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.

PIRES, H. A.C.; DUMONT, L. M. M. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil**. Cadernos BAD, n. 1, jan./jun., p. 157-171, 2016.

PONTES, A. L. **Terminologia Científica: O que é e como se faz**. Revista de Letras v.1, n.19,11. 1997. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2090>. Acesso em 14 mar. 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder y Clasificacion Social**. Journal of world-systems research, v. 2, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 12 abr. 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**, Perú Indígena, vol. 13, n. 29, Lima, 1992.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to Library Classification**. 3 ed. Asia Publishing House, 1967.

RANGANATHAN, S. R. Then, now and hereafter. *In.*: CHANDRASEKHARAN, K. (Ed.). **Library science in India**: silver jubilee volume. London: Blunt & Sons, 1953.

REIS, V. J. S.; SANTOS, J. C. S. dos. **O feminismo negro no contexto da representação do conhecimento: abordagens da representatividade social**. *In.*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/711>. Acesso em: 18 maio 2021.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaira, 2020.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. **O uso de mapas conceituais como metodologia de sistematização de trabalhos acadêmicos na organização do conhecimento**. *In.*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123432>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ROMEIRO, N. L. et al. **Classificando o feminicídio: linguagens ordinárias e ódio em circulação na web**. *In.*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/654>. Acesso em: 18 maio 2021.

ROVIRA, C. **DigiDocMap conceptual maps editor and topic maps norms**. Hipertext.net, n. 3, 2005. Disponível em: <https://www.upf.edu/hipertextnet/en/numero-3/digidocmap.html>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SABBAG, D. M. A.; CASTRO FILHO, C. M. de. Um clássico sólido para um mundo líquido. *In.*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊS, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016.

SAGER, J. C. **A Practical Course in Terminology Processing**. J. Benjamins Publishing Company, 1990.

SALDANHA, G. S. **Ciência da Informação: Crítica epistemológica e historiográfica**. Rio de Janeiro: IBICT, 2020b.

SALDANHA, G. S. et al. **Quem matou Marielle? organização do conhecimento e os caminhos do tesouro do mal**. *In.*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 18., 2018, Marília. Anais eletrônicos... Marília: UNESP, 2017.

SALDANHA, G. S. **Filosofia da linguagem e organização do conhecimento nos anos 1930: a pragmática em Wittgenstein e em Ranganathan**. *In.*: I Congresso ISKO Espanha e Portugal, 2013, Porto. Anais... 2013.

SALDANHA, G. S. **Linha de cumeada: uma arqueologia dos enunciados epistemológicos da Bibliografia na fundamentação da Ciência da Informação**.

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 25, p. 01-16, 2020a.

SALDANHA, G. S. **Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica.** Informação & informação (UEL. Online), v. 13, p. 56-78, 2008.

SALDANHA, G. S. **Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem.** LIINC EM REVISTA, v.6, n.2, p. 300- 315, set., Rio de Janeiro, 2010.

SALDANHA, G. S. Vastu-tantra: sobre a pragmática transcendental em Ranganathan. *In*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. (org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios.** São Paulo: FEBAB, 2016. 222 p.

SALDANHA, G. S.; CERVO, P. de S. F. **A “linguagem” e os fundamentos da ciência da informação no Brasil: entre o desafio metodológico da pesquisa documental e os estudos epistemológico-históricos.** Datagramazero (Rio de Janeiro), v. 15, n. 5, 2014.

SALES, R. **Diferentes perspectivas nos contextos do GT2 da ANCIB e da ISKO-Brasil.** *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 18., 2017, Marília. Anais eletrônicos... Marília: UNESP, 2017.

SALES, R de. **Teoria comunicativa da terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado.** *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 8., 2007. Anais... Salvador: ENANCIB, 2007.

SALES, R. de. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. *In*: LUCAS, E. R. de O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGERT-STEINDEL, G. **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia: reflexões e desafios.** São Paulo: FEBAB, 2016. 222 p.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N.; BUFREM, L. S.; SANTOS, R. N. M. **La producción científica latino-americana desde una mirada pós-colonial.** *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16., 2015, Paraíba. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.

SANDOVAL, C. **Methodology of the Oppressed.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** São Paulo: Novos Estudos, n. 79, 2007.

SANTOS, B de S. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur.** Bogotá: Plural, 2010.

SANTOS, R. F. dos et al. **A representação colaborativa da informação e a construção de linguagens documentárias sobre diversidade de gêneros: análise das contribuições do dicionário de gêneros - “só quem sente pode**

definir". *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 18., 2017, Marília. Anais... Marília: UNESP, 2017. Não paginado.

SARACEVIC, T. **Ciência da Informação: origem, evolução e relações**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. **Interdisciplinary nature of information Science**. Ciência da Informação, v.24, n.1, 1995.

SATÉLITE. *In*: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=sat%C3%A9lite>. Acesso em 22 fev. 2020.

SCHWARCZ, L. **Quase pretos, quase brancos**. [entrevista concedida a] Carlos Haag. Pesquisa FAPESP. n. 134, abr. 2007. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/quase-pretos-quase-brancos/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SHERA, J. H. **Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação**. Publicado em UNESCO Bulletin for Libraries, v. 22, n. 2, p. 58-63, mar./abr. 1968.

SHERA, J.; EGAN, M. **Catálogo sistemático: princípios básicos e utilização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.

SILVA, F. C. G. da.; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: Epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social. *In*: SPUDEIT, D. F. A. de O. et al. (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

SILVA, F. C. G. da; SALDANHA, G. S. **Biblioteconomia negra brasileira: caminhos, lutas e transformação**. *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 20., 2019, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANCIB; UFSC, 2019.

SILVA, L. K. R. BAMIDELÊ: Trajetória histórica informacional da organização das mulheres negras da paraíba. *In*: SILVA, F. C. G. (Org.). **Mulheres negras na biblioteconomia**. 1ed.Salvador: Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota), 2019, v., p. 105-142.

SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A. **Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba**. Transinformação, v. 26, p. 203, 2014.

SILVA, L. K. R.; AQUINO, M. A.; ALVES, E. C. **Por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba**. 2014.

SILVA, M. F. da; ALMEIDA, C. C. de. **A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil.** *In:* Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 18., 2017, Marília. Anais... Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125121>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, M. F. da.; ALMEIDA, C. C. de. **Representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil.** *Scire*, n. 24, v. 2, jul./dez., 2018. p.63-68. 2018.

SILVA, M. F. Representação da Informação do Povo Negro: Reflexões críticas da Umbanda no âmbito dos sistemas de organização do conhecimento. *In:* BARROSO, D. et al. (Org.). **Epistemologias Negras: Relações raciais na Biblioteconomia.** 1 ed. Florianópolis - SC: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2019a, v., p. 197-221.

SILVA, M. F. Desafios Contemporâneos à Biblioteca Escolar: da representação à edificação das identidades. *In:* PIMENTA, J. S. (Org.). **Biblioteca Escolar: memória, práticas e desafios.** 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2018, v., p. 149-161.

SILVA, M. F. Pluralidade Cultural e Identidade: breves reflexões. *In:* SILVA, F. C. G.; LIMA, G. dos. (Org.). **Bibliotecários Negros: informação, educação, empoderamento e mediações.** 1ed.Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019b, v., p. 373-388.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, C.C. **A representação do negro em sistemas de organização do conhecimento no Brasil.** *In:* Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, XVIII, 2017, Marília-SP. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XVIII, 2017.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, C.C. **Representação das religiões de influência africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil.** *SCIRE (ZARAGOZA)*, v. 24, p. 63-68, 2018.

SOUSA, M. A. de; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. **Informação étnico-racial: proposta de glossário sob a égide da semântica discursiva.** *In:* Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 16., 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.

SOUZA, R. R. et al. **Identification of Indigenous Knowledge Concepts through Semantic Networks, Spelling Tools and Word Embeddings.** *ELRA: Marseille*, p. 943-947, 2020.

SOUZA, G. F; PINHEIRO, N. A. M; MIQUELIN, A. F. **Mapas conceituais como recursos de aprendizagem: uma experiência nos anos iniciais.** *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, v.8, n.2, mai./ago., 2018. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/4641>. Acesso em 01 mar. 2021.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, R. **Construindo mapas conceituais**. Ciências & Cognição. v. 12, 2007, p. 72-85. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v12/m347187.pdf>. Acesso em 03 mar. 2021.

TEMMERMAN, R. Approaches to terminology. Now that the dust has settled... *In*: SIMON, I. (ed.). **SYNAPS 20**, Bergen: NHH, 2008, p. 27-36.

TEMMERMAN, R. Understanding terminology in texts. *In*: SIMON, I. (ed.). **SYNAPS 21**. Bergen: NHH, 2008, p. 115-123.

TRIVELATO, R. M da S.; MOURA, M. A. **A classificação bibliográfica, a formação discursiva e a representação da classe religião no limiar do século XXI**. *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 17., 2016, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2016.

VALÉRIO, E. D. **Informação antirracista que circula no movimento social negro**. Revista conhecimento em ação, v. 6, p. 25-46, 2021.

VALÉRIO, E. D. A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais. *In*: OLIVEIRA, D. F. A. de. et al. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. 1ed.São Paulo: ABECIN, 2018a, v. 1, p. 285-290.

VALÉRIO, E. D.. **Redes sociais nos estudos da informação nos movimentos sociais negros**. *In*: Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe, 10., 2016, Belo Horizonte - MG. Belo Horizonte - MG: ECI, UFMG, 2016. v. 1. p. 1124-1136.

VALÉRIO, E. D.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. **A produção científica sobre os (as) negros nos Enancibs sob um olhar cientométrico**. Informação & Sociedade (UFPB. Online), v. 22, p. 151-169, 2012.

VALÉRIO, E. D.; CAMPOS, A. F. **Educação Antirracista no Ensino da Biblioteconomia: percepção discente**. Revista folha de rosto, v. 5, p. 118-126, 2019.

VALÉRIO, E. D.; CAMPOS, A. F. **Resumo em periódico secundário - Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista**. Pesquisa brasileira em ciência da informação e biblioteconomia, v. 15, p. 1, 2020.

VALÉRIO, E. D.; GARCIA, J. C. R. **Análise das informações etnicorraciais a partir dos estudos métricos da biblioteconomia: um olhar cientométrico**. Revista ACB (Florianópolis), v. 18, p. 814-828, 2013.

VALÉRIO, E. D.; SILVA, D. M. F. Informar para a igualdade racial: participação cidadã na produção, acesso e uso da informação étnico-racial. *In*: SILVA, F. C. G. da S.; LIMA, G. dos S. L. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. 1ed.Florianópolis - SC: ACB, 2018, v. 1, p.

VALÉRIO, E. D.; SILVA, D. M. F. **Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri**.

UFCA. Revista brasileira de educação em ciência da informação, v. 4, p. 132-145, 2017.

WALLERSTEIN, I. **Oliver C. Cox as world-systems analyst**. Research in race and ethnic Relations, n. 11, p. 173-183, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Societal development, or development of the World- System?** International Sociology, v.1, n.1, p. 3-17. 1986.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir, y (re)vivir**. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.

WALSH, C (ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito: Editorial Universidad Andina Simón Bolívar, 2005.

WALSH, C. **Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico**. Quito: Boletín ICCI-ARY Rimay, n. 36, 2002.

WALSH, C. **Interculturalizar da nova Constituição equatoriana**. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 31, agosto. 2009.

ZAMBONI, R. C. V.; FRANCELIN, M. M. **Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2016. Disponível em:
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3420>.
Acesso em: 12 mai. 2021.

APÊNDICE A – QUADRO DE AUTORES DECOLONIAIS QUE SUSTENTAM O PROJETO

Autor	Título da obra	Ano
Aníbal Quijano	Colonialidad del Poder y Clasificación Social	2000
Aníbal Quijano	Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina	2005
Aníbal Quijano	Colonialidad y modernidad/racionalidad	1992
Arturo Escobar	Más allá del Tercer Mundo Globalización y Diferencia	2005
Catherine Walsh	Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir	2013
Catherine Walsh	Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas	2005
Enrique Dussel	El encubrimiento del otro hacia el origen del “mito de la modernidad”	1994
Enrique Dussel	Filosofia da libertação	2005
Enrique Dussel	Sistema mundo y transmodernidad	2004
Edgardo Lander	A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.	2005
Joaze Bernardino-Costa; Ramón Grosfoguel	Decolonialidade e perspectiva negra	2016
Nelson Maldonado-Torres	Thinking through the decolonial turn: post-continental interventions in theory, philosophy, and critique – an introduction	2011
Nelson Maldonado-Torres	Transdisciplinaridade e decolonialidade	2016
Ramón Grosfoguel	Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas	2020
Ramón Grosfoguel	Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas.	2007
Ramón Grosfoguel	Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.	2008

Santiago Castro-Gómez	La poscolonialidad explicada a los niños.	2005
Santiago Castro-Gómez	Geografías poscoloniales y translocalizaciones narrativas de “lo latinoamericano”: La crítica al colonialismo en tiempos de la globalización	1998
Walter Mignolo	La opción de-colonial: desprendimiento y apertura	2008
Walter Mignolo	The geopolitics of knowledge and the colonial difference	2002
Walter Mignolo	La colonialidad: la cara oculta de la modernidad	2001

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B – QUADRO DE AUTORAS FEMINISTAS QUE SUSTENTAM O PROJETO

Autor	Título da obra	Ano
Angela Davis	. Mulheres, raça e classe	2016
bell hooks	Ain't I a Woman?: Black women and feminism	1981
bell hooks	Feminist theory: from margin to center	1984
Chimamanda Ngozi Adichie	O perigo de uma história única	2019
Djamila Ribeiro	. Lugar de fala	2020
Heloisa Buarque de Holanda	Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais	2020
Judith Butler	Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade	2003
Julieta Paredes	Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario	2010
Lélia Gonzalez	. Por um feminismo afro-latino-americano	1988
Lélia Gonzalez	Racismo e Sexismo na cultura brasileira	1984
María Lugones	Toward a decolonial feminism	2010
Oyèrónkẹ Oyěwùmí	Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas	2020
Patricia Hill Collins	Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment	2000
Sueli Carneiro	Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil	2011
Virginia Vargas Valente	Una reflexion feminista de la ciudadanía	2000

Fonte: elaborado pela autora.